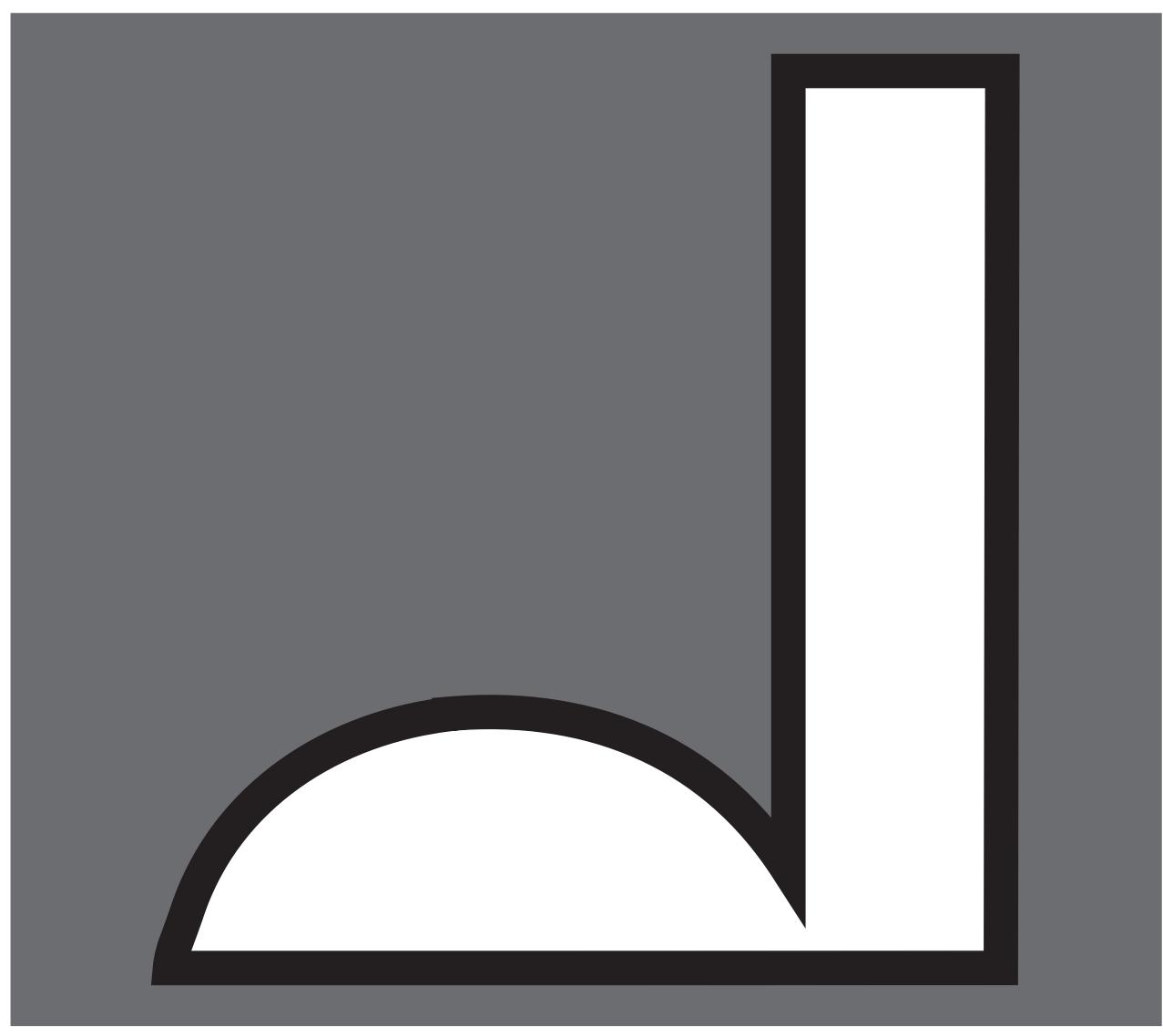




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 203 - TERÇA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maoria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 232ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE DEZEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SHESSARENKO – Homenagem à primeira mulher Presidente da Academia Matogrossense de Letras, Dra. Nilza Queiroz. Leitura de manifesto aberto à nação brasileira, intitulado “Fome de Saber”: a escola pública, os negros e indígenas, pedem passagem para a universidade pública”.....

50394

SENADOR PAULO PAIM – Registro de ato público, com cerca de 4 mil pessoas, realizado em Santos, Estado de São Paulo, em apoio aos 3 projetos aprovados no Senado em favor dos aposentados. Registro do artigo intitulado “O Congresso funciona conforme o rufer dos tambores nas ruas”, publicado no jornal **A Tribuna**.

50400

SENADOR PAPALÉO PAES – Preocupação com o consumo de fumo. Considerações sobre os projetos que tratam da matéria, em tramitação na Casa. Posicionamento sobre a restrição da veiculação de propagandas sobre produtos fumígeros e bebidas álcoólicas.

50408

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 10, de 2008, interposto no prazo regimental, no sentido de que sejam apreciados pelo Plenário, o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que altera os arts. 107 e 109 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de responsabilizar o CONTRAN pelo estabelecimento de requisitos e condições a serem atendidos no transporte de passageiros e cargas por motocicletas e veículos similares (tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2004).

50411

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003 (tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2004), cujo recurso foi recebido anteriormente.

50411

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÃO SANTA – Comentário sobre matéria publicada no jornal Diário do Povo do Piauí , intitulada “Procurador denuncia que a região sul do Piauí vira carvão”.....	50412
SENADOR JOSÉ SARNEY – Leitura de carta enviada ao jornalista Hélio Fernandes, lamentando o fechamento do jornal A Tribuna da Imprensa . .	50415
SENADOR VALTER PEREIRA – Homenagem a todos os operadores do Direito, no transcurso hoje, do Dia da Justiça. Análise do editorial do jornal Folha de S.Paulo , de autoria do jornalista Jânio de Freitas, intitulado “O país escondido”. Críticas à produção de bombas de fragmentação pelo Brasil e à atual diplomacia brasileira, relativa à comercialização de armas com o exterior.....	50417
SENADOR JOÃO RIBEIRO, como Líder – Registro da ida do Presidente Lula, amanhã, à cidade de Colinas do Tocantins, com o fim de inaugurar mais um trecho de 100 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul.	50419
SENADOR PAULO PAIM – Registro de convite para participar da Noite dos Destaques/2008/Colégio ULBRA Cristo Redentor, a realizar-se hoje.	50421
SENADOR PEDRO SIMON – Lembrança sobre o transcurso no dia 6 de dezembro, de mais um ano da morte do ex-Presidente João Goulart. Reflexão sobre a política externa dos EUA na década de 60, no passado recente e no futuro próximo. Transcrição nos Anais de entrevista do ex-Senador Paulo Brossard, publicada no Jornal do Comércio , intitulada “No Brasil os partidos políticos não existem”. Sugestão para a realização de um debate prévio, pluripartidário, envolvendo a próxima sucessão presidencial, discutindo com profundidade as bandeiras e as teses da realidade brasileira.	50422

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Definição do que seria, para S. Exa., o primeiro Presidente do Século XXI nos Estados Unidos, esperando que Barack Obama corresponda a essa expectativa... .

50431

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Argumentação contrária à demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, ao ensejo de que,

no próximo dia 10, o STF dará continuidade ao julgamento da ação, com esse propósito, impetrada por S. Exa. e pelo Senador Augusto Botelho.....

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Comemoração pela outorga a uma escola de Roraima, do Prêmio de Gestão Escolar. Agradecimentos ao Ministro das Comunicações pela disponibilização do acesso à internet em banda larga, em diversos municípios de Roraima.....

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Mão Santa, a respeito do desmatamento no sul do Piauí. Relato sobre a participação de S. Ex^a ontem na festa da vitória, promovida pelo portal “180 graus”, dirigido jornalista Helder Eugênio. Apelo ao Ministro Edison Lobão e ao Dr. José Antônio, Presidente da Eletrobrás, para que fiscalizem o que está ocorrendo na Cepisa do Piauí, tendo em vista a constante falta de energia elétrica no Estado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Reflexão sobre os benefícios à agricultura e ao meio ambiente, conferido pelo Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Destaque para a iniciativa da Prefeitura de Extrema, no sul de Minas Gerais, que vem incentivando pagamentos por serviços ambientais. Cumprimentos ao programa “Globo Rural”, que apresentou em outubro, uma série de programas sobre a atitude da cidade de Extrema-MG.....

SENADOR JOÃO PEDRO – Manifestação sobre a pesquisa detalhada, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, na última sexta-feira, tratando do desempenho do Governo do Presidente Lula.

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.217, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003 (nº 687/1995, naquela Casa), que dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências.....

Nº 1.218, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Petição nº 9, de 2004, do Sr. Carlos Alberto Ribeiro Campos Gradim, que solicita sejam desbloqueados e tornados disponíveis seus bens, bloqueados por ordem da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal criada pelo Requerimento nº 127, de 1999, destinada a “apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional”.....

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Adoção das providências necessárias a fim de atender à recomendação contida na conclusão do Parecer nº 1.218, de 2008, lido anteriormente.

1.2.6 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem), que altera o art. 49 da

50434

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor)... 50473

50437

Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 2008 (nº 2.280/2007, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para acrescentar na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres os portos que especifica. 50474

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 68, de 2008 (nº 110/2008, na origem), de 31 de outubro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 50476

50440

Recebimento do Aviso nº 69, de 2008, de 28 de novembro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 3º trimestre de 2008. 50487

50443

Lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 9 de dezembro do corrente, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Marinheiro. 50487

50445

1.2.8 – Mensagem do Presidente da República

Nº 260, de 2008 (nº 977/2008, na origem), de 3 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Paulo Antonio Pereira Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão. 50488

50451

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 9, terça-feira, com Ordem do Dia anteriormente designada. 50495

50470

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 08-12-2008

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

50473

Nºs 2.708, 2.711 a 2.713, de 2008. 50503

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dezembro de 2008

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 9 50393

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 232^a Sessão Não Deliberativa, em 8 de dezembro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Augusto Botelho e Mão Santa

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 4 minutos, e encerra-se às 20 horas e 9 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, sem prejuízo da ordem de inscritos.

V. Ex^a terá 20 minutos para usar a palavra e a prorrogação regimental necessária.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT)

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes.

Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, gostaria de começar anunciando um fato que para nós, de Mato Grosso, é muito significativo, principalmente porque aconteceu durante os dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Quero homenagear a primeira mulher a presidir a Academia Mato-Grossense de Letras, Dr^a Nilza Queiroz.

Dr^a Nilza Queiroz é uma contadora que passou no vestibular quando tinha 50 anos, tornou-se escritora aos 65 e, aos 75 – está tudo publicado aqui, D. Nilza – assumiu a presidência da Academia Mato-Grossense de Letras, sendo a primeira mulher a assumir esse cargo.

A nossa Academia Mato-Grossense de Letras é uma instituição que tem quase 90 anos de existência e tem, como estou aqui dizendo, pela primeira vez, uma mulher a sua frente como presidente. Isso é um prestígio, é um avanço.

Queria aqui saudar e homenagear todos os acadêmicos da nossa Academia Mato-Grossense de Letras. Nilza é uma lutadora, já escreveu mais de 500 crônicas e um livro intitulado *Crônicas da Cidade Verde*. São crônicas de Cuiabá, que é chamada Cidade Verde, em que ela fala do cotidiano da cidade. Ela conseguiu, com muita luta, publicar esse livro. Quer dizer, é uma

mulher lutadora, guerreira, batalhadora que fez um vestibular aos 50 anos, começou a publicar suas obras aos 65 anos e hoje chega à presidência da Academia Mato-Grossense de Letras. Com certeza, Nilza Queiroz tem muitos méritos e é um exemplo a ser seguido, pela perseverança e persistência na conquista de seus objetivos, como mulher e como profissional.

Parabéns aos acadêmicos da Academia Mato-Grossense de Letras por terem visto os méritos de Dr^a Nilza Queiroz e a elegerem presidente. Especialmente o nosso abraço, o nosso carinho à D. Nilza Queiroz por todas as suas lutas. E ela assume mais uma, em que, com certeza, será vitoriosa.

Eu gostaria agora, Sr. Presidente, de ler um manifesto aberto à Nação brasileira pela aprovação do projeto de reserva de 50% das vagas para escola pública, respeitando a proporção de negros, indígenas e o critério de renda, conforme aprovado em 20 de novembro de 2008.

Esse manifesto, Sr. Presidente, intitula-se *Fome de Saber: a escola pública, os negros e indígenas pedem passagem para a universidade pública*.

Vitória é o nome da mulher de Fabiano em *Vidas Secas*, a narrativa literária da fome no Brasil, livro que faz 70 anos em 2008.

Falta do que comer, falta de achar palavras para dizer isto, é parte do drama da família retirante nordestina.

No Brasil, em dezembro de 2008, época de vestibulares viciados, há muita fome de saber, há fome de universidade pública e gratuita, muita fome.

A moça negra que concluiu o ensino médio em Cidade Tiradentes, periferia de São Paulo não acreditava que a USP era de graça: “Nunca vi propaganda da USP na televisão, ela existe mesmo?

Cerca de 4 milhões de pessoas, como Idalina, brasileiros e brasileiras, fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM-2008, com o estômago e o olho na universidade, a

maioria da juventude brasileira sonha em entrar numa universidade, mais de 70%, conforme identificou pesquisa em caderno recente sobre juventude, no jornal Folha de S.Paulo, e pesquisa de campo coordenada por pesquisadores da Ação Educativa no ensino médio. Muitos homens e mulheres entre 30 e 60 sonham do mesmo jeito com isto. O mundo tá virado.

Em torno de dez milhões de pessoas estão matriculadas no ensino médio público brasileiro, significando por volta de 88% do total de matrículas. Repita-se: há fome de saber e de universidade pública, em milhões de famílias brasileiras.

Como a fome de Fabiano, do menino mais novo, a fome de saber tem pressa, quer comer já.

Há políticos sérios e responsáveis no Brasil.

Felizmente! Somos muitos, com certeza, Presidente. E aqui aqueles que lançam esse manifesto dizem, confirmam: Há políticos sérios e responsáveis no Brasil.

Na era do conhecimento, em tempo de crises econômicas, o País da Casa-Grande e Senzala, historicamente, com uma das piores distribuições de renda do planeta, não pode vacilar, não pode pestanejar. Mudanças começam a acontecer. Angústias e imprecisões não podem impedir que elas avancem. Até o índice de Gini começou a captar isso.

Como no livro Vidas Secas, grassa no ar do Brasil um grave problema com usos e significado das coisas e das palavras em setores da grande imprensa.

Como a família de Fabiano, estamos em combate pacífico para matar nossa fome de saber.

À maneira de Graciliano, dói ver imagens e faltar palavras na boca para traduzi-las. Por outro lado, assusta a jactância, a eloquência e o vômito das palavras sofisticadas de alguns, semeando verdades autoritárias como arpões caçadores de baleias no mar populacional brasileiro. Baleia peixe, baleia cão faminto, baleia gente faminta de saber!

Na dor do parto do Brasil, há o sangue do africano escravizado, da africana escravizada. Há sangue dos indígenas autóctones. Há o peso do poder de fogo, objetivo e subjetivo, do colonizador branco, barbudo, como diria Darcy Ribeiro.

Nossa tradição cristã, como nos ensina Florestan Fernandes, nos fez tementes a Deus e ao pecado. Por causa do pecado, nunca foi de bom-tom falar em público das coisas feias dos mais de 350 anos de escravidão. Por isto o racismo das rodinhas privadas e das restrições públicas sempre quis se esconder, impossível, porém, ser deixado embaixo do tapete pela razão.

Só o choque dos diferentes sistemas imunológicos dizimou milhares de indígenas.

Estranha a história do Brasil: a minoria subjugou as maiorias, os que vinham de África e os naturais da terra brasiliis.

Como o tambor africano e a flecha indígena, repitamos, à moda de Gonçalves Dias, há políticos e políticas sérias no Brasil.

Por ora, fujamos como o diabo da cruz dos tapa-olhos que não querem nos deixar ver África no Brasil, nem povos indígenas no Brasil.

Vamos ver as coisas com olhos limpos. Afinal, até releitura da obra machadiana o Brasil teve em 2008. Fruto de pista deixada por estudiosa americana que leu e escreveu sobre Machado nos anos de 1960, anos de intensa lutas pelos direitos civis nos EUA, seja pelo direito do negro, seja pelo direito da mulher, que deu na Lei dos Direitos Civis Americanos e na figura histórica de Martin Luther King.

Então, a questão não é mais se Capitu traiu Bentinho, disse famoso professor da academia brasileira, na abertura da Feira Literária de Paraty 2008, um dos maiores estudiosos da obra do mestre na periferia do capitalismo. Mas, se a menina pobre da periferia seria aceita na tradicional família escravocrata brasileira do século XIX, daí a ira, o poder brutal machista que Bentinho descarrega sobre Capitu visando destruí-la. Este outro olhar sobre o negro Machado de Assis, também festejado em 2008, pode nos ensinar coisas sobre as reações atuais aos movimentos dos machadinhos, das Capitus e de tantos outros.

Por isso, como Padre Vieira, repitamos para fazer ouvir os peixes do Brasil: há políticos sérios e responsáveis no Brasil.

Óbvio, há os de outro tipo também, desnecessário falar destes.

Em Brasília, na casa do povo, em 2004, os políticos sérios e responsáveis, fossem de que partidos fossem, aprovaram o sistema público de bolsas de estudos em universida-

des privadas, o ProUni e com isso criou-se jurisprudência, respeitou-se a escola pública, o homem negro, a mulher negra, o homem pobre, a mulher pobre. Nas vilas, quebradas, favelas, baixas periferias, espalhou-se a notícia como um raio.

Muita gente, mais de 384 mil até 2008, Senador Paim, muitos talentos puseram os pés na universidade privada, não apenas para fazer a massa e pôr cimento, como entoa a canção, mas desta vez para estudar. A maioria era a primeira geração de suas respectivas famílias que iam para a universidade. Mais de cem mil negros e negras e indígenas entraram na universidade. Os políticos sérios e responsáveis fizeram a boa semeadura do saber, para saciar a fome de saber dos povos brasileiros.

Não foi tudo bela viola. Havia quem duvidasse da habilidade intelectual dos pobres. Tossiam as exceções, jogando a culpa nas vítimas, para não mudarem as regras, acreditavam na exceção tipo Machado, não acreditavam na regra, não acreditavam no povo brasileiro.

O desempenho intelectual no Enem e dentro das universidades dos machadinhos e capitus do ProUni desmascarou os pecadores envergonhados das elites. Com mérito e oportunidade para mais gente, o Brasil se fez mais coeso socialmente um tantinho assim. Nenhuma guerra racial ocorreu.

O Setor, como se diz polidamente no Congresso, ganhou. Faculdades e universidades privadas ganharam. De forma que, mesmo com controvérsias, foi um jogo de soma positiva, pois os novíssimos movimentos sociais que lutavam por um sistema público de bolsas ganharam também.

Outros, de outra estirpe, também os há, como diriam Vieira e Gregório de Matos.

Em 2008, de tantas efemérides carregadas de simbologia de sentimento de soberania nacional, o Congresso Nacional agiu. Verbo é ação como dizem a Bíblia de Goethe.

A Comissão de Educação do Senado e da Câmara realizaram em 13 de maio de 2008 o Seminário “200 anos de ensino superior no Brasil, a escola pública pede passagem para a universidade pública! As pegadas das faculdades, dos cursos superiores deixadas no chão brasileiro desde a chegada de D. João VI, foram seguidas pelo Zé Esperança, pela Maria Esperança, sem universidade, acredi-

tando que a sua hora de ir para a universidade pública chegaria.

A opção trilhada pelos novíssimos movimentos sociais em sua ação no Congresso Nacional em um tempo de Presidente da República sem universidade, que tanto sofreu na pele esse preconceito, foi de urbanidade, de pressão social legítima, de diálogo intenso, autonomia, diplomacia, ação cultural e caráter supra-partidário, nem que fosse muitas vezes aos trancos e barrancos. Tanto a esse modo que o Professor Paulo Delgado, Presidente da Comissão de Educação da Câmara ficou meio incrédulo, mas feliz, quando houve consenso em garantir o projeto de reserva de 50% das vagas, por turno e por curso, para a escola pública na universidade pública, respeitando a proporção de negros e indígenas, conforme o IBGE, região por região.

A relatoria era do Deputado Carlos Abicalil; a autoria era da Deputada Nice Lobão, de Partidos bem diferentes, mas coesos. A Comissão de Educação da Câmara aprovou o projeto por unanimidade, [sob a relatoria do Deputado Carlos Abicalil, do nosso Estado de Mato Grosso. O projeto foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça: política com “p” maiúsculo, políticos e políticas sérios.

Meio incrédulo, mas também contente, o professor Cristovam Buarque, em agosto de 2008, na Comissão de Educação do Senado Federal, como Presidente, homem que tem credenciais para liderar a Unesco num mundo que precisa de mais representação do Sul nesses órgãos internacionais, assistiu à emenda de um Senador goiano, no sentido de estender a reserva de vagas de, no mínimo, 50% para a escola pública na universidade pública, no ensino técnico e tecnológico no Brasil, por turno e por curso, respeitando a proporção de negros e indígenas no Brasil, projeto de uma Senadora catarinense, relatada por um senador gaúcho. Marconi Perillo, Paulo Paim, Ideli Salvatti e toda a Comissão de Educação do Senado Federal votaram em uníssono. A notícia, de pronto, espalhou-se pelo Brasil. A Comissão de Educação do Senado Federal aprova, em caráter suprapartidário, as esperanças dos Zés e Marias sem universidade. Alegria em milhares de lares brasileiros.

Como a pintura de guerra no rosto da índia Macuxi e a capoeira do Mestre Leopoldina,

não custam reprisar: há políticos e políticas sérios neste País.

Em 2008, têm muitas datas que chamam atenção: 200 anos da educação superior, 60 anos da declaração universal dos direitos humanos, 120 anos da abolição inconclusa. O Brasil tem fome, fome de saber.

De fora uma notícia: um negro foi eleito Presidente dos Estados Unidos. Aí juntou tudo. O bicho pegou. Na cozinha, tudo bem, mas, na sala de jantar... Mais o mundo do que os próprios Estados Unidos, numa proporção de quase sete para cada dez terráqueos saudaram a novidade. É o anuncio de um mundo pós-racista, o que, por si só, fez aparecer novos racismos, neo-racismos, como uma espécie de cordialismo vulgar.

Comentando em texto a eleição americana, o professor Luiz Felipe de Alencastro, da Sorbonne, estudioso da história do Brasil nas relações entre Luanda, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, clamou: o Brasil está atrasado em assumir políticas afirmativas. A demografia brasileira, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, denuncia os negros(as) como maioria se formando no Brasil. E lasca apoio ao projeto parado no nosso Congresso Brasileiro.

Que rompam os tambores! Haja festa!

No dia de Zumbi, a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou o projeto de reserva de 50% das vagas para a escola pública na universidade pública, por turno e por curso, respeitando a presença de negros, indígenas e uma "cunha" de renda.

Epa! Como?

Pois bem, na semana da consciência negra, no dia 18, os novíssimos movimentos sociais entregaram ao Sr. Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, a assinatura de mais de 270 Parlamentares, de vários partidos, apoiando o projeto aprovado nas Comissões da Câmara e solicitando sua inclusão na pauta.

No dia 19 de novembro, na audiência pública da Comissão de Legislação Participativa, frente a frente, o ex-Ministro da Educação, Paulo Renato, e o Relator do projeto, Deputado Carlos Abicalil, MSU, a Educafro, a Coiab, a UNE, a UBES, a representante das Centrais Sindicais convergiram para um acordo, cederam para agregar ao projeto a cunha de renda proposta pelo ex-Ministro, desde

que o ex-Ministro admitisse a importância da inclusão dos negros(as) e indígenas. Com participação fundamental do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da Comissão da Juventude da Câmara, o texto do acordo foi pego às seis da tarde daquele dia e entregue ao Presidente da Câmara, como emenda. O Ministro da Educação, Fernando Haddad e o colégio de Líderes convergiram, arestas foram aparadas em plenário e o projeto foi aprovado por consenso suprapartidário, por uma nova era do conhecimento no Brasil e por mais coesão social.

Como analisou o Professor Milton Santos, utilizando-se da categoria científica de Paradigma, de Kuhn, em seu livro Por uma Geografia Nova, Keynes, ao sustentar teoricamente a necessidade de o Estado intervir na economia, estava dando adeus ao paradigma liberal dominante até a crise mundial de 1929, ao que se assiste hoje nas televisões quando os governos, para debelarem a crise, enterraram o Neoliberalismo e interviveram na economia

Analizando friamente, sem sobressaltos ou ufanismos, o que aconteceu no Senado Federal, por unanimidade, na Comissão de Educação e o que aconteceu na Câmara, em caráter também suprapartidário no dia 20 de novembro de 2008, Dia de Zumbi, foi simples: mudança de paradigma para o acesso à universidade pública no Brasil. O clamor dos novíssimos movimentos sociais foi ouvido, o clamor da escola pública, do movimento negro, do movimento indígena, do movimento popular, das centrais sindicais foi ouvido pelos políticos.

E, deste modo, dá-se adeus ao velho paradigma dominante por séculos e seculorum que tanto favoreceu elites locais que ninguém duvida de que têm cota, com cor e dinheiro no bolso, e que dominam as principais carreiras universitárias brasileiras.

Como fica em pé o novo paradigma?

Primeiro, pela gama de experiências já existentes, desde a UERJ até a Federal de Sergipe, que já abandonaram o paradigma mofado. Por seus resultados sociais efetivos, por seus resultados intelectuais efetivos [Cumprimento-os, efetivamente].

Outros qualitativos o sustentam: a opção pela escola pública como patrimônio nacional, que merece ser incentivada na era do conhe-

cimento, o que impacta nas necessidades de soberania nacional, domínio da ciência e da técnica em qualidade e quantidade pelo povo brasileiro para a garantia da soberania nacional e o pleno desenvolvimento do País. O reconhecimento da formação histórica do povo brasileiro, dos povos brasileiros, incorporando a diversidade social real para dentro da universidade, sem privilégios, com competição no âmbito da escola pública, recrutando talentos e valorizando e ampliando a coesão social no Brasil.

Como paradigma novo, é política pública de curto prazo, para gerar justiça e superar situações aberrantes historicamente. Mata a sede de saber do povo. Divide o bolo da educação pública superior, profissional e tecnológica com todos, pois o bolo já cresceu, tornando público o que hoje é mais meramente estatal, superando o dito de que “tem que esperar crescer para depois dividir o bolo da riqueza”. Ou seja, o pobre também tem direito ao ócio criativo, a especulação intelectual típica das elites somente no Brasil. Isso se coaduna com a densa mudança demográfica no País e com o aumento da expectativa de vida.

Outro efeito do novo paradigma é no combate à violência pela positividade do exemplo que gera, dados os alarmantes índices de homicídios entre jovens brasileiros por 100 mil habitantes, um dos maiores do mundo.

O novo paradigma está sujeito a avaliações permanentes por parte dos gestores do Estado, pois é política de Estado e não de Governo. Paradigma novo que é, abençoado por Deus e bonito por alegrar mais lares brasileiros, não é fatalista, fundamentalista, mera profissão de fé ou dogma.

É uma ação brasileira por justiça social, equidade, oportunidades iguais ou diferentes e enterro das intolerâncias.

Por obras e artes da legislação brasileira, o projeto viverá seu dezembro no Senado Federal antes da sanção presidencial.

Oxala a seriedade, o caráter suprapartidário, o consenso inteligente façam o novo paradigma brotar da decisão do Senado e ser semeado no solo brasileiro, onde seus filhos e filhas não fogem à luta.

Ainda nos falta achar palavras para expressar nossa alegria.

Convocamos todos e todas a estarmos juntos e atentos nestes dias.

É que, quanto às bruxas, elas não existem, mas... alcoviteiras, bocas-de-aluguel, penas de aluguel, tudo isso existe mesmo. Eles pendem para sustentar o velho paradigma, ancorados em interesses até “legítimos” das elites ou de parte delas, sejam eles comerciais ou não, covardes ou não, de “especialistas” ou não. Pela análise dos discursos dominantes, o alvo central é a palavra cota, o objetivo é botá-la na sala das casas dos brasileiros como um bode expiatório e demonizá-las para que as pessoas corram de medo etc. Fonte até de novas piadinhas racistas nas altas rodas da granfinagem. É uma tática desesperada e terrorista, à la Bush, para justificar uma guerra, enxergando bombas químicas onde há apenas gente simples com fome de saber e com talento para aprender.

Em termos políticos, não custa lembrar, com a devida vénia, ao Congresso Nacional e ao Governo brasileiro que o Estado não pode legislar apenas para um setor e deixar solto o privilégio no setor público de ensino superior, técnico e tecnológico. Não pode o trabalhador ou a família trabalhadora brasileira ter como única alternativa de oportunidade de acesso o ensino superior privado.

Nesse sentido, o novo paradigma tem uma dimensão de Programa Universidade para Todos e para Todas, uma espécie do que podemos chamar ProUni das Públicas.

Nossos Senadores e Senadoras,...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys, V. Ex^a é muito dedicada ao assunto. É professora. Está com mérito aqui. Aliás, uma das vitórias... Venceu um mito da política democrática. Mas é muito sério. Estudando, em 1990, Papaléo, das dez melhores universidades que havia no Brasil, sete eram públicas e três, privadas. Agora, inverteu-se. Em 1999, 2000, só havia três públicas. A do Piauí era a Uesp. Está arrasada. Hoje, das dez, só tem duas públicas, oito universidades privadas são as melhores. E vamos para a prática. Um quadro vale por dez. Está aí o Papaléo Paes. Professora Serys, eu vi. Está certo, não vou falar da minha família, até poderia, Paim, pois meu avô era industrial. Mas eu vi muitas pessoas humildes fazerem Medicina, e o pós-graduado em estruturas públicas. Eu fiz no Hospital Servidor do Estado. Agora, Senadora Serys, há escolas privadas de Medicina – não vou

citar nomes, porque sou até amigo – de R\$4 mil por mês. Atentai bem! Não é só o pagamento. Ele vai ter de comer, vestir-se, transformar-se, os livros são caros. Não estou culpando ninguém, não. Estou dando o quadro e mostrando como está. Está complicando. Sei que houve intenção boa do Presidente da República, que é generoso. Mas é insuficiente. Esses não têm direito a ProUni, porque são R\$4 mil. Nos Estados Unidos, o salário era grande. Então, eles conseguem trabalhar – o estudante universitário. O garçom lá recebe 20%. Até de garçons vi muitos estudantes. Ele ganha o suficiente para pagar. Aqui, o salário mínimo melhorou, mas, apesar do progresso, da luta do Paim, do Presidente da República e nossa, não é suficiente para pagar uma faculdade. Está ouvindo, Serys? E o que tem de inadimplência por aí está uma loucura! O ProUni foi uma taxa. Vamos melhorar. Creio que deveria V. Ex^a, que pertence ao Partido do Governo – se me convidasse, eu até iria –, ver o modelo do Chile. No Chile, o sujeito entra. Falei com um motorista, eu estava no táxi. A minha filha estudava medicina. Ele disse que seu filho era. Eles vão ao banco e fazem um contrato. Esses bancos não arrumam dinheiro para tudo? Se arrumam para um carro ou para uma casa em dez anos, por que não arrumam para uma formatura? Eles fazem um contrato e se formam. Então, penso que a gente tem de ver o modelo do Chile, em que o Governo empresta ao estudante e depois ele reembolsa a vida toda.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Senador.

Tenho duas páginas só e gostaria de dizer que é o apelo das entidades – vou já ler os nomes de uma por uma aqui – a nós, Senadores, a nós, Senadoras, com a convicção que eles têm de que, como já foi aprovada a lei de cotas, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, em comissões, e como sou relatora na CCJ, tudo isso será aprovado, por unanimidade, como foi na Câmara, aqui no Senado também.

E eles dizem ainda:

Que nossos Senadores e Senadoras não nos decepcionam no Senado Federal. A escola pública agradece, o povo negro agradece, o povo indígena agradece.

Quanto às coisas humanas que as palavras não esgotam, leiamos Graciliano Ramos e fujamos de bate-bocas à toa, porque temos fome, temos pressa, isso é real e urgente. A fome de saber saciada matará outras fomes neste País, porque o filho da periferia não vai ter medo de ser médico e atuar no sistema de saúde na periferia, por exemplo. E isso deixa

o rastro sadio do exemplo para as gerações futuras.

Cremos no humanismo. Na vitória de nossa luta árdua. No gesto de Francisco de Assis, que deu suas vestes aos que não as tinham, para que todas e todos se vestissem bem.

No gesto de Zumbi, que não aceitou cedido a escravidão.

No gesto dos pataxós, que participaram da construção da Constituinte para escrever na Constituição que os indígenas têm direito às suas terras.

Na luta dos excedentes que ficavam de fora das universidades nos anos sessenta e lutaram pelos seus direitos. Que as exceções virem regra no Brasil. Viva o novo paradigma.

Axé, Brasil! A luta continua!

Ah... se lhe disserem que o Brasil deve cuidar da educação básica, diga que sim, que estamos juntos para qualificá-la melhor e com mais investimentos.

E isso a gente sabe que está acontecendo no Governo do Presidente Lula, é claro e evidente, sob o comando do nosso Ministro Fernando Haddad.

Se lhe disserem para esperar melhorar a qualidade, diga que nós é burro, mas nós não é besta, ou como Keynes, no longo prazo estaremos todos mortos. A fome de saber tem pressa.

Viva o Brasil! Viva a luta soberana do povo brasileiro por seus direitos!

A escola pública e sua diversidade pedem passagem para a universidade pública no Brasil!

Muito obrigada!

MSU – Movimento dos Sem Universidade

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

EDUCAFRO – Educação para Afrodescendentes

COIAB – Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira

CIMI – Conselho Indígena Missionário

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONEM – Coordenação Nacional das Entidades Negras

CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais

CMP – Coordenação dos Movimentos Populares

CUT – Central Única dos Trabalhadores
CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Força Sindical
UGT – União Geral dos Trabalhadores
NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
UNE – União Nacional dos Estudantes
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

São esses que assinam este documento.

Quero aqui, Sr. Presidente Papaléo Paes, que nos concedeu este tempo, agradecer; Senador Botelho, que está aqui na Mesa; Senador Mão Santa, que fez um aparte importante, que, com certeza, daria uma ótima discussão, até em relação à questão do ProUni, pois, como V. Ex^a sabe e colocou, a universidade tem que ser pública, do meu ponto de vista, mas as privadas têm o seu espaço e o seu direito de ser, e o ProUni ajuda aqueles que não conseguem chegar à pública ainda; o nosso Senador Paim, que não teria como descrever agora, porque gostaria de fazer a biografia dele aqui, porque falar do negro, falar de educação, falar do trabalhador é citar Paim. Eu citei vários aqui, a Senadora Ideli, o Senador Marconi Perillo. Bom, foram vários os Senadores que mencionei.

Mas gostaria de deixar dito que o Frei Davi me deixou um documento, que não vou poder ler porque não dá tempo. Em uma escala de zero a cinco, os já cotistas na UnB, alcançarem média de coeficiente de rendimento 3,9 contra 2,3 dos não-cotistas, gente. Ou seja, quanto aos cotistas, que muitos estão dizendo que vão baixar a qualidade da universidade, não, não vão baixar. Eles estão aqui com mais de um ponto superior aos não-cotistas. Portanto, cotistas e não-cotistas estudem, vão à luta, se preparem antes de chegar na universidade e muito mais depois, quando estiverem lá.

Quero aqui também dizer que o Senador Marco Maciel me repassou a lei de cotas, como a gente está chamando. Portanto, sou a Relatora na CCJ e aqui agradeço realmente ao Senador Marco Maciel que, a pedido de entidades, realmente nos designou; agradeço ainda a vários Senadores que aqui buscaram essa oportunidade para a nossa pessoa; agradeço em especial ao Presidente da CCJ, Senador Marco Maciel. Tenho certeza de que todos os Senadores e Senadoras da CCJ estaremos unidos juntos discutindo a lei de cotas, a lei de cotas por renda, a lei de cotas para negros, a lei de cotas para indígenas, que já existem,

mas que juntas vão fazer a grande diferença no ensino superior deste País e principalmente nas camadas mais despossuídas e que precisam ter esse espaço na nossa universidade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, sem prejuízo na ordem dos inscritos e com a devida aquiescência do Senador Mão Santa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, peço a palavra pela ordem porque hoje temos aqui no Senado uma visita especial, quebrando aqueles parâmetros que, infelizmente, a sociedade acaba moldando, permitida graças a uma lei desta Casa, que assegurou a toda pessoa com deficiência visual o direito de andar com seu cão guia.

É com satisfação que convido o Luciano, que é cego – Luciano, por favor, – e é funcionário do nosso gabinete. Graças a um acordo que fiz com a Mesa do Senado, a partir de hoje, o Luciano vai transitar pela Casa com sua amiga – como é o nome dela? (Pausa.) Mites é a cadela que será a guia dele daqui para frente.

Fiz questão de registrar isso porque o Luciano ficou quase um mês –não é Luciano? – em um centro onde mostraram a ele toda a estrutura para que ele pudesse, a partir de hoje, transitar pelo Senado.

Na semana passada, o Senado encerrou a Semana da Pessoa com Deficiência e, já na segunda-feira, aqui está o Luciano com a sua Mites, circulando pela Casa, fazendo seu trabalho. Confesso, Luciano, que estou muito orgulhoso.

O Luciano é um excelente assessor do meu gabinete: prepara inúmeros discursos, recolhe assinaturas, apresenta e protocola projetos.

Como temos dito, Senador Papaléo Paes, as pessoas com deficiência precisam apenas de oportunidade.

O Luciano, lotado no meu gabinete, está na faculdade e, com a oportunidade que lhe foi dada pelo Senado, vai circular por esta Casa com o seu cão guia, fazendo o seu trabalho. Considero essa cadela uma amiga não só do meu gabinete mas também do Congresso Nacional.

Espero que outros órgãos do Judiciário e do Executivo, seguindo esse exemplo, não barrem a circulação do cão guia, que é permitida por uma lei aprovada aqui pelo Senado. Faço essa apresentação porque de hoje em diante o Luciano vai circular, com certeza, com o aval da Mesa e amparado pela lei aprovada por nós,

por toda esta Casa, fazendo o seu trabalho com a competência que sei que ele tem.

Luciano, tenho muito orgulho de trabalhar com você. Pode ter certeza absoluta de que você é exemplo para muitas pessoas que têm dificuldades e acham que não é possível chegar aonde querem. Você chegou à faculdade, é assessor deste Senador e hoje dá mais um exemplo pela sua persistência, pela sua fibra. O Luciano ficou um mês – repito, Senador Papaléo Paes, – concentrado com os instrutores aprendendo a caminhar com aquela que vai ser os olhos dele e também os nossos olhos, porque haverá muitos projetos – tenho certeza – que ele vai fazer guiado por ela e que, encaminhados às comissões correspondentes com o apoio dos Senadores, vão tramitar nesta Casa.

Parabéns Luciano.

Era isso, Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado Senador Paulo Paim.

Quero, em nome da Mesa, parabenizar o Luciano. Que as referências que V. Ex^a, Senador Paim, fez ao Luciano sejam incorporadas por nós aqui e retransmitidas a ele, enfatizando que é motivo de orgulho para todos nós termos funcionários competentes na Casa. Temos o Luciano como um exemplo de funcionário, do qual V. Ex^a é a maior testemunha. Este, realmente, é um projeto extremamente importante,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Romeu Tuma foi o autor.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – ...cuja autoria é do Senador Romeu Tuma. Já foi aprovado nesta Casa e possibilitará que as dificuldades de pessoas com deficiência visual venham a ser supridas pelo cão-guia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador..

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Então, nós ficamos muito satisfeitos, Senador Paim, de ver que, no nosso mandato aqui, nós já tivemos oportunidade de aprovar muitos projetos sociais, e a Casa está de parabéns por isso.

Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só queria fazer minhas as palavras de V. Ex^a, aplaudir o Senador Paim e dizer que agora eu entendi o poeta Antoine Saint-Exupéry, que diz: “*o essencial é invisível aos olhos; quem vê bem vê com o coração.*” Aí nós vimos o Luciano, com essa visão de inteligência e de solidariedade na nossa sociedade, que vive um momento de grandeza. Então, é mais um motivo para nos orgulharmos da presença desse extraordinário Senador que é o Paulo Paim. Ele lidera aquele movimento, Serys. Não houve o Diretas

Já? Pois ele está defendendo um negócio muito parecido: derrubar o redutor dos aposentados já!

Olha, ele fez uma manifestação em Santos, São Paulo, que era o povo todo e os aposentados. Então, sem dúvida nenhuma, todos nós temos que apoiar o Senador Paulo Paim. Quando eu estava no aeroporto, vários idosos e aposentados me perguntavam, e eu dizia da confiança que tenho na liderança do Paim, que ele haverá de encontrar uma solução satisfatória para resgatar aquele calote que estão dando nos velhinhos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, eu quero iniciar a minha fala reafirmando que este projeto é do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma apresentou aqui, foi aprovado no Senado, depois aprovamos na Câmara, e o Presidente Lula sancionou para que o cão-guia possa transitar em todas as áreas. Não há um lugar em que ele, o cão-guia seja proibido para o exercício da função daquele que acompanha. Então fiquei muito feliz porque o Luciano se apresentou hoje, pronto para retornar ao trabalho, acompanhado pelo seu cão-guia.

Sr. Presidente, o Senador Mão Santa deixou aqui um gancho com o qual inicio meu discurso. Estive nesse fim de semana, na sexta-feira, na Baixada Santista. Simbolicamente as fábricas pararam em torno de duas horas em diversos pontos da cidade, em apoio aos três projetos aprovados aqui no Senado, tanto o fim do fator, como aquele que quer recuperar o benefício pelo número de salários mínimos e aquele que quer garantir o mesmo percentual de reajuste dado ao mínimo e aos aposentados.

Foi o primeiro grande ato em São Paulo, na Baixada Santista, chamado de evento de homens e mulheres de cabelos prateados, muitos usaram o termo cabeças brancas. Sob um sol forte, cerca de quatro mil pessoas lotaram a Praça Mauá, centro histórico do Município, bradando forte por seus direitos. Foi um gesto cívico e patriótico que, não me canso de dizer, não é contra ninguém nem contra essa ou aquela pessoa, mas, sim, a favor de um País mais justo e mais fraterno. A cidade de Santos, Sr. Presidente, que foi palco histórico de movimentos importantes para o País, como o abolicionismo e a luta pela redemocratização, mais uma vez fez história. O próprio Prefeito municipal, João Paulo Tavares Papa, do PMDB, Senador Mão Santa, que esteve a meu lado, fez questão de dizer que o Senado Federal, mais uma vez, não fugiu de suas obrigações. Ele, em nome de todos os Prefeitos da região, fez questão de cumprimentar o Senado e a

todos os Senadores pela justeza desta causa: a causa dos aposentados e pensionistas brasileiros.

Sr. Presidente, pude constatar o carinho e o reconhecimento que a população está dedicando ao Senado. O Movimento dos Homens e das Mulheres de Cabelos Prateados, como já está sendo chamado lá em São Paulo, com toda certeza, será como um rastilho de pólvora pelo País inteiro. Iniciou-se uma campanha nacional, lá proposta, para coletarmos milhões de assinaturas pela aprovação dos projetos que esta Casa já aprovou por unanimidade.

O próximo passo do movimento será a realização de outros atos como o que ocorreu lá na Baixada Santista. Estão previstos atos organizados pelos homens e mulheres de cabeças brancas em Belo Horizonte, Minas Gerais; Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Piauí; Volta Redonda, Rio de Janeiro; Salvador e – quem sabe? – um ato final na Praça da Sé, em São Paulo. Eu gostaria, ainda, de agradecer a todos os que apoiaram o evento na cidade de Santos e aos que lá estiveram.

Sr. Presidente, rapidamente, eu gostaria de mostrar algumas fotos. Estavam lá presentes várias centrais sindicais: CGTB; CUT; Força Sindical; Nova Central Sindical; UGT; CCP; confederações e federações de trabalhadores; Cobap e ainda representantes da Atmas – Associação dos Aposentados de Santos; sindicatos de aposentados (CUT, da Força Sindical; Anapi; da Ueapi; rodoviários; químicos; administração; portuários; operários do porto; caminhoneiros; aquaviários; urbanitários; metalúrgicos; profissionais liberais; estivadores; empilhadeiras e o Movimento Negro.

Sr. Presidente, estou apenas trazendo algumas das fotos para mostrar que foi um ato suprapartidário, intersindical, com a presença de quase todos os prefeitos da região da Baixada Santista, como mostra essa foto aqui do palanque.

Sr. Presidente, quero ainda dizer a V. Ex^a que o Prefeito João Paulo Tavares Papa e todos os prefeitos da Baixada Santista, Deputados federais e estaduais, Vereadores, a OAB, o Bispo Diocesano de Santos, Dom Jacyr Francisco Braido, ao Grão-Mestre do Grande Oriente de São Paulo, Benedito Marques Ballouk Filho, e a Grande Loja Maçônica de São Paulo também declararam lá o seu apoio a esse movimento. Faço referência também ao Diretor do Santos Futebol Clube, José Geraldo Gomes Barbosa, que me presenteou, naquela oportunidade, com uma camisa do clube, onde está escrito: Senador Nota 10 – mas eu sei que isso não é dirigido só a mim, mas a todos os Senadores que estão nessa caminhada. Está aqui a camiseta que recebi lá na Vila Belmiro pelo movimento que estamos aqui realizando.

Finalizo, Sr. Presidente, deixando aqui abraços a todos os amigos que lá deixei: Antonio Carlos, Pestana,

Passos, Cirino, Itamar, Robson, Magalhães, Nogueira e Marquito. E como disse Luís Carlos Prestes, não há vento favorável para quem não sabe a que porto quer chegar.

Cumprimento todos e lhes agradeço. Aqui está, representando todos eles, o nosso companheiro Antônio Carlos... (Pausa.) O Itamar. A lista aqui é enorme. Pediria ao Itamar que se levantasse. Itamar veio lá de São Paulo, representando todos esses companheiros que fizeram esse magnífico evento com a presença de cerca de quatro mil pessoas numa sexta-feira à tarde. Obrigado, Itamar. Parabéns pelo movimento realizado por todos os trabalhadores.

Senador Papaléo, peço, se possível, seja publicada na íntegra nos Anais da Casa entrevista publicada no jornal *A Tribuna*, com o título “O Congresso funciona conforme o rufer dos tambores nas ruas”. O Senado quer uma Previdência universal, igual para todos. Eu peço a V. Ex^a que o material que trouxe à tribuna seja considerado na íntegra.

Antes de passar para outro tema, quero que o Senador Mão Santa, que foi lembrado lá, use da palavra neste momento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, com a sua caminhada até Santos, provou que o Senado é o povo. Nós nascemos do povo. Igual ao Presidente da República, somos filhos da democracia, do voto, que é do povo. V. Ex^a foi muito feliz, porque iniciou em Santos, e Santos não é só a sede do time de futebol do Pelé e do Coutinho, não; não é só o maior porto de Brasil, não; é também parte da história política. Por lá...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Andou Prestes. Santos era a cidade do coração dele.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E o Mário Covas. Estão aí dois exemplos, só para citar. Então, Santos, que está com saudades de ganhar como naqueles tempos do Pelé e do Coutinho. E vai ganhar. Lá iniciou – foi a vanguarda – essa jornada. E eu sugeria ao amigo... São Paulo tem história, e nós precisamos... E esse negócio é muito de Deus, cristão: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça porque serão saciados.” Isso é um clamor de Justiça para os velhinhos aposentados resgatarem aquele calote que o nosso Brasil está dando a eles. Eu não estou culpando “a”, “b” ou “c”, não; somos todos nós. A pátria somos nós. Mas que V. Ex^a fizesse logo a segunda jornada. Esse movimento nasceu em Santos, que representa a grandeza na história do Brasil. Tem até a música de Roberto Carlos, as curvas das estradas de Santos... Então, vamos fazer uma lá na capital mesmo, na Praça da Sé. Eu sugeri o horário da manhã, porque aí os velhinhos aposentados estão com mais vigor. Depois, Porto Alegre, para lembrar os heróis das Farroupilhas, os lanceiros negros, o trabalhismo de Getúlio Vargas,

de Goulart, de Alberto Pasqualini, depois chegaríamos ao nosso Piauí, nessa campanha que saiu daqui do plenário e agora eu tenho toda a crença, porque na democracia soberano é o povo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Permita-me lembrar, Senador Botelho, que, quando estávamos no meio do ato chegou um telegrama de Brasília, por parte da assessoria do Presidente Lula, dizendo que apoiavam totalmente aquele ato a favor dos aposentados e pelo fim do fator previdenciário.

Sr. Presidente, Senador Botelho, eu vou pedir um pouquinho de tolerância a V. Ex^a, nesta segunda-feira. No dia de hoje, depois de ter tido a alegria de estar na Baixada Santista, eu gostaria de dizer que foi muito bonito sentir o abraço, o carinho, ver a forma como as pessoas me levaram para o palanque, como eu desci do palanque para conseguir chegar até o carro... Foi um momento lindo! Isso não tem preço. Isso fica na alma, no coração da gente para sempre. Eu quero, nesta segunda-feira, aproveitando que o tempo é maior, fazer um agradecimento a todo o povo brasileiro pela forma como nós temos sido homenageados por ele ao longo do nosso mandato.

Sr. Presidente, para mim, é muito gostoso ter amigos. E considero um privilégio estar aqui, hoje, na tribuna do Senado para agradecer publicamente a todos os meus amigos e amigas que, ao longo deste ano, enviaram correspondências, e-mails, enfim, pessoas que deixaram mensagens no blog, no orkut, que me telefonaram, que se preocuparam com o nosso mandato, que rezaram por nós, conforme dizem. Esses grandes amigos que tenho conquistado vida afora são uma das razões do meu viver.

Quando leio, Senador Mão Santa, essas mensagens, sinto como se aquelas pessoas estivessem ao meu lado, conversando comigo. E isso causa uma sensação que aqui não dá para descrever. Eu me sinto tão honrado em poder compartilhar das suas vidas, dos seus temores, das suas esperanças, das suas alegrias e até das suas tristezas.

E é exatamente isso que acontece quando trocamos mensagens, pois estamos trocando energia, estamos dando vida uns aos outros.

É isso, Sr. Presidente. Eles me enchem de ânimo, eles são minha motivação diária. Eles alimentam minha alma.

Suas vivências são minha fonte de inspiração. É a partir do seu viver, das suas necessidades, dos seus anseios que eu extraio as idéias e as coloco no papel.

Então, quando eles fazem contato comigo e, como bons amigos que são, mostram-me onde eu estou acertando ou errando, eles me enchem de possibilidade de fazer o meu melhor.

Eles me dão oportunidade de me tornar uma pessoa mais inteira, mais atenta aos outros, menos egoísta.

Eles me dão a exata consciência de que somos parte do mesmo Universo, do mesmo Todo.

Meus amigos e minhas amigas, eu sei que vocês estão me ouvindo, estão me assistindo pela TV Senado. Preciso dizer a vocês que escrevem para mim com tanto carinho que é dessa forma que me sinto na companhia de vocês.

E é com grande ansiedade que espero o contato de cada um, pois, para mim, a vida só tem sentido em estar aqui por vocês que estão aí.

Nós estivemos unidos em diversas lutas. Vocês, idosos, negros, índios, pessoas com deficiência, jovens, trabalhadores, desempregados, aposentados, todos tivemos contato, um contato amigo. Nós peleamos juntos e vamos pelear muitas vezes.

Nós criamos todos esses projetos. Para muitos, polêmicos. Mas são projetos do bem; são projetos de alguém que quer melhorar a qualidade de vida do nosso povo, melhorar a qualidade de vida de toda a nossa gente. Nós choramos. Claro que choramos! E rimos juntos. Nós nos demos força e coragem para seguir adiante e mostramos que somos incansáveis, somos peladores, somos lutadores, não nos entregamos.

Quantos pronunciamentos em favor, por exemplo, do Fundo de Ensino Técnico, o Fundep; do Estatuto da Igualdade Social e Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto do Idoso, da periculosidade para os carteiros. Lembram-se, carteiros? Disseram que nós íamos quebrar o País, mas vocês ganharam os 30%, e não quebrou o País. Lembram da PEC paralela? Um ano peleando, aprovamos, e não quebrou o País coisíssima nenhuma. Pelo fim dos preconceitos, pela preservação do meio ambiente.

Aliás, quantas conversas nós tivemos sobre o nosso querido meio ambiente? Você se lembram de quando eu disse que cada um deve fazer a sua parte, fazer o possível coletivamente e perseguir aquilo que, para muitos, pode parecer impossível? Mas nada é impossível.

O coração brasileiro, que pertence à mãe natureza, tem um nome belíssimo. Ele é lindo e, modéstia à parte, é invejado pelo mundo inteiro. E o nome é Amazônia. Esse coração é irrigado de forma permanente pelas águas dos rios que correm em suas veias, saudando a vida. Sua batida é o pulsar da natureza em toda a sua plenitude, fundindo-se com a infinita majestade do Universo.

A história que temos vivido juntos é feita de vitórias e de derrotas. Eu bem que gostaria que tivéssemos apenas vitórias, mas nem sempre isso é possível. Por isso, nós perseguimos até o impossível.

Isso, no entanto, não nos impediu de seguir adiante. Vocês me disseram muitas vezes: "Coragem, Senador! Temos que continuar peleando." Quantas cartas recebi, inclusive das crianças, cartas enfeitadas com desenhos, cartas que agradeciam por coisas feitas para o bem dos pais, das mães, dos avós e dos bisavós? E outras, recebidas de idosos, que contavam com alegria que estavam vendendo os seus direitos respeitados graças ao Estatuto do Idoso, que nós construímos juntos? Quantas mensagens agradecendo as audiências públicas, que permitiram as pessoas debaterem assuntos de interesse do nosso povo?

Eu sei que vocês estiveram com a gente todos os dias. Sei que nunca estivemos sozinhos. Sei que a mesma música embalou nossos sonhos e que Deus nos uniu para um propósito maior.

Muitas vezes, no clube de terceira idade, eu dançei, eu bailei, eu cantei aquela música "meu velho", cantada por Roberto Carlos, por Altemar Dutra e por tantos outros. Diz a música:

[...]) Velho, meu querido velho
Agora caminha lento
Como perdoando o vento.
Eu sou teu sangue, meu velho
Teu silêncio e teu tempo [...].

Mas eu creio que Ele, lá no alto, sabia que nós tínhamos somente uma coisa: fome! Fome! Fome de justiça social!

Podem acreditar: é muito bom chegar ao final deste ano com a nossa amizade fortalecida e ciente do dever cumprido. Eu só tenho a agradecer. Vocês enchem minha vida de amor pela vida. Obrigado a cada um de vocês. Não se esqueçam de que vou sempre fazer o máximo para corresponder à confiança que vocês depositaram em mim.

Sr. Presidente, permita-me. Gostaria ainda de fazer um agradecimento especial a toda a equipe que trabalha comigo, que me ajuda a levar este mandato, pelo bem de toda a nossa gente. Quero fazer dois agradecimentos.

Primeiramente, agradeço à equipe lá da Comissão de Direitos Humanos. Olhe, vou falar aqui, mas não importa o detalhe. Eu abri mão, para presidir a Comissão de Direitos Humanos, de todos os cargos que podíamos ter lá, num grande entendimento, legítimo também. Assim mesmo, a equipe do meu gabinete e os funcionários da Casa, somente da Casa, levaram a Comissão de Direitos Humanos dia e noite. Por isso, fizemos um grande trabalho.

E eles escreveram uma pequena homenagem, Senador Augusto Botelho, que faço questão de ler:

Senador Paulo Paim,
Sentimos a proximidade com o nosso
Senador, e ela é tamanha que, muitas vezes,

esquecemos que ele é o Grande Homem da Tribuna, o Parlamentar aguerrido que não se cansa de pensar e pensar em meios de colocar ao alcance de todos possibilidades iguais.

Nós o vemos, muitas vezes, como amigo, como uma espécie de educador paciencioso que, de bom grado, divide seu conhecimento de vida, suas experiências pessoais. [Aí todos crescem juntos.]

Corremos ansiosos para corresponder às suas expectativas, porque sabemos que mais uma grande idéia brotou [aqui ou acolá] e precisa ser levada adiante. Olhamos para ele, ávidos por saber o que virá agora.

E sempre o que vem nos surpreende e nos faz silenciar diante da nova semente que [...] [nós ajudamos a plantar].

Temos a honra de cultivar a terra junto com ele. Temos a honra de ser convidados a fazer parte da missão de distribuir os frutos. Temos a honra de ver pessoas se fartando desses frutos.

Nessa seara, [...] [Senadores], nós somos grandemente privilegiados, e agradecer, por mais que o façamos, nunca será o suficiente.

Caminhar [...] [com os senhores, neste grande campo de idéias e atitudes] será sempre um grande aprendizado que a vida nos possibilita.

Nosso carinho, respeito e admiração não são definíveis, mas eles vêm da alma [a todos os Senadores]. E, com certeza, nossa alma aprendeu [...] [com vocês] a amar cada possibilidade de fazer o bem. Obrigado por nos [...] [darem] este presente!

Obrigado [...], [Senadores], porque sabemos nós que, além de ser uma grande plantaçāo no coração de muitas pessoas, nos permite a honra da convivência diária com seres humanos que habitam dentro deste coração.

Sr. Presidente, eu responderia, antes de passar a palavra ao Senador Papaléo Paes, aos nossos queridos amigos, funcionários da Casa e do meu gabinete, somente dizendo isto: tenham certeza de que a honra é nossa e de que somos muitos gratos por ter vocês bem juntos da gente nesta estrada em que Deus nos colocou.

Sr's e Srs. Senadores, enfim, quero agradecer de coração, de alma a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, nos ajudam nesta longa e difícil caminhada.

Muitos foram os espinhos, mas muitas, com certeza, foram as rosas.

Inspirado, neste momento, na letra, do Cartola, de "As Rosas Não Falam", eu digo: vocês são essas

rosas que neste instante não falam, mas que exalam o perfume que lhes roubaram. Esse perfume é como um bálsamo a embriagar este plenário, dando sentido às nossas vidas.

Para finalizar, quero, antecipadamente, ler, Senador Augusto Botelho, uma mensagem de Natal e de ano novo que pretendo deixar em minha página e vou remeter a todos os Senadores.

É com carinho que eu a leio neste momento. A mensagem é a seguinte – esta fui eu que escrevi:

Me dá cá um abraço. Por favor, estende tua mão pra mim e aceita a minha. Escuta o que o meu coração tem pra te dizer e me deixa compartilhar contigo os meus andares.

Mais um ano se passou em que permitiste que eu me expressasse pelo bem da verdade que meu coração trazia.

Caminhaste comigo o trajeto necessário para cumprir as batalhas das quais não podíamos e não queríamos nos omitir.

Foste meu amigo e meu aliado e toda dedicação que somei aos meus dias só me tornou mais inteiro, mais determinado e mais feliz.

Receber tuas cartas, abrir teus e-mails, atender teus telefonemas, conversar contigo foi um grande presente para mim.

Ouvir os falares da nossa gente, estar atento às mais justas demandas, sentir a dor dos excluídos, enfrentar desafios pelos seus direitos, perceber o sofrimento que os inunda individualmente ou enquanto comunidades, criar projetos que aplauem sua dor, considero tudo isto pouco em face da confiança que depositas em mim.

Meu coração te prometeria tudo, tudo se pudesse. Talvez ele não possa, mas, com certeza, ele te promete amizade, fidelidade, companheirismo na luta e dedicação no agir..

E, acima de tudo, ele te promete colocar muito amor em tudo que construir. Ele te promete jamais fechar os ouvidos aos teus clamores. Ele te promete doar-se com integridade e lealdade.

Será muito bom caminhar novamente ao teu lado no próximo ano. Vamos nos unir e deixar que novos ventos venham carregados de solidariedade, justiça social e muito amor.

Afinal, quando deixamos um ano para trás, a única coisa que conta é a intensidade do amor que colocamos em nossas ações. É na força do amor que toda luta transcende o individualismo e responde sim ao Universo.

Senador Papaléo Paes, faço questão do seu aparte. Já recebi o do Senador Mão Santa.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paim, inicialmente, quero parabenizar V. Ex^a pela sua atuação nesta Casa. V. Ex^a é autor, é relator de diversos projetos na área social, cujos resultados nós vemos às claras. Ainda há pouco, o Luciano esteve aqui comprovando um dos projetos aprovados nesta Casa. V. Ex^a lidera um movimento a favor dos aposentados e nós todos estamos lhe acompanhando. Então, o que nós estávamos conversando, eu e o Senador Mão Santa, é sobre o sistema eleitoral brasileiro. Nós vemos um país de Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, fazer uma prévia dentro do próprio partido. Mas não é aquela prévia em que se contrata cabo eleitoral para votar, não; são prévias, realmente, da vontade popular, da análise do povo, vendo os candidatos debaterem. Tenho certeza absoluta de que, se nós tivéssemos isso aqui no Brasil, V. Ex^a seria um dos que deveriam, pela vontade do povo e pela nossa vontade, participar dessas prévias, e, com certeza absoluta, V. Ex^a teria uma preferência para disputar a Presidência da República. Conversávamos eu e Mão Santa há pouco. Mas, infelizmente, hoje, quem determina os candidatos? Primeiro, isso é resolvido em cima da hora; não dá mais tempo para se saber quem é quem. É uma meia dúzia de pessoas que faz a votação ali no diretório, e sabemos, muitas vezes, como acontece essa votação. Quando o diretório, o Presidente e o Secretário-Geral querem, eles resolvem lá dentro e indicam os secretários; ou, então, quem está no poder põe alguém, começa a tentar fabricar candidatos. E essa fábrica de candidatos é muito perigosa. Se temos hoje o Presidente Lula como Presidente do Brasil é em consequência da sua luta, do seu currículo político. Já vemos o Presidente Lula colocar o braço no ombro da Chefe da Casa Civil. É um grande risco. Devemos ter pessoas com tendência natural à democracia, e que essa tendência natural à democracia esteja à vista de todos. V. Ex^a nunca escondeu de nós sua capacidade, seu compromisso social, sua luta pelo trabalhador brasileiro e V. Ex^a tem a nossa admiração e o nosso apoio para – digo até, Senador Paulo Paim, falando de uma maneira muito séria mesmo – colocar seu nome à disposição no PT. V. Ex^a tem lá dentro condições de disputar, porque, de acordo com a legislação atual, V. Ex^a tem um grupo muito forte no PT; tenho certeza absoluta disso. Então, V. Ex^a é o nome que respeitamos. É preciso acabar com esse elitismo dentro do PT, a fim de que ele volte a ser um Partido do povo, um Partido simples e justo. Por isso, eu e Mão Santa, que conversávamos a respeito de V. Ex^a, deixamos o nosso voto de sucesso e de progresso. Que V. Ex^a realmente nos ouça e analise a possibilidade de disputar – porque já está na hora – uma vaga no seu Partido para a Presidência da República. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, agradeço muito a V. Ex^a. Claro, e eu sempre digo isto, inclusive quando fui entrevistado pela imprensa da Baixada Santista, que todos gostaríamos de ver nosso nome lembrado, seja para Deputado Federal, para Governador, para Senador ou para Presidente da República?

Lá mesmo, na Baixada Santista, naquele ato maravilhoso, muitos lembraram essa questão. Mas eu queria dizer, com todo o carinho, que essa minha jornada em nível nacional visa aprovar os projetos em benefício dos aposentados, dos pensionistas, dos deficientes, dos idosos, da igualdade racial e do ensino técnico. Não estou fazendo essa jornada, com certeza... Agradeço com muito carinho a lembrança do meu nome.

Permitam-me os senhores – e aí vou terminar mesmo, meu Presidente – a não ser que o Senador Cristovam queira um aparte. (Pausa.)

Neste momento, não vou perder o direito desse aparte, que recebo com muita alegria.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paim, na mesma linha do nosso amigo e colega Senador Papaléo, mas não por causa dos aposentados, porque o senhor tem sido, e certamente continuará a ser, o grande baluarte nesta Casa, como vejo por todas as correspondências que recebo. Independentemente disso – deixemos isso de lado –, há um vazio de pessoas aparecendo como possíveis condutores deste País a partir de 2011. O pós-Lula não está claro, até porque não vai ser fácil substituir um presidente que chega ao final do seu mandato – estamos perto – com 70% de apoio; que fez algumas transformações importantes. Havia um vazio. As pesquisas de ontem mostram isso. Quando um só candidato concentra tantos votos dois anos antes das eleições, é porque os outros estão muito fracos, não é porque ele está muito forte. Nesse vazio, é preciso que ninguém tenha modéstia ou conforto pessoal...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ou coragem.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É preciso que nenhum tenha esse lado que nega participar do processo. É preciso que tenha coragem; é preciso que tenha predisposição; é preciso que tenha patriotismo para colocar seu nome, como dizia o Senador Papaléo, à disposição dos partidos. E, nesse sentido, quero lhe dizer que, na sexta-feira, tive uma reunião com universidades do Rio de Janeiro. Essas universidades vão organizar debates com personalidades da política – não para fazer debate técnico –, convidando através dos partidos, mas individualmente, para que cada um venha dar o seu recado para o Brasil pós-2011. E tenho absoluta certeza de que um dos nomes que eles vão convidar, se eles tiverem um mínimo de percepção, é o seu. Eu acho que, aí sim, a colocação do Senador Papaléo

vai além. Aí, não é o senhor se colocar; é o senhor se negar. Não seria correto se negar a participar disso, se vier o convite, e debater e dizer o que pensa, não sobre aposentados apenas, como eu não posso ir falar só de educação, mas fazer o retrato que temos do Brasil pós-2011. Aqui, nesta Casa, todos deveriam ser convidados. Todos! Ninguém chega a esta Casa levianamente, nem chega a esta Casa sem alguma capacidade de propor coisas, mesmo que muitos de nós considerem que sejam propostas ruins, negativas, contraditórias. Então, reafirmo a colocação do Senador Papaléo: acho que o Sr. Senador Paim tem, sim, o que dizer a este Brasil inteiro como um dos possíveis, pretensos, pré, pré, pré – ponha quantos pré quisier – candidato pelo seu partido, que é o Partido dos Trabalhadores. Não é possível que cada partido já saia com um nome e já saia defendendo esse nome sem uma consulta anterior, como parece ser o caso dos outros partidos, salvo um. Hoje, há um partido democrático: o PSDB, porque tem dois candidatos. O PSDB tem dois. Então, de certa maneira, andou-se comportando com o mínimo de democracia interna, deixando que os dois se apresentem na opinião pública para ver qual será o escolhido. E espero que o nome do Paulo Paim esteja entre esses nomes, pelo menos durante o ano de 2009, depois isso vai afinando, depois isso se vai condensando em poucos nomes, até que cheguem ao primeiro turno pouquíssimos nomes, e até que, no segundo, haja dois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir mais dois minutos, concluo.

Senador Cristovam, quando usei a palavra coragem, quis elogiar V. Ex^a. V. Ex^a já foi candidato e colocou à disposição do seu partido novamente o seu nome. E entendo que V. Ex^a seja um grande nome para esse debate, como é a Ministra Dilma, como é o Serra, como é o Aécio Neves. E, como V. Ex^a falou, oxalá todos os Senadores colocalsem seus nomes à disposição. Mas quero dizer que, no meu entendimento, V. Ex^a é um grande nome e fico feliz de saber que o seu nome está sendo lembrado como um dos que poderão disputar a Presidência da República.

Mas, Senador, se me permitir mais dois minutos, terminarei falando, Senador Botelho, a “Prece do Gaúcho”, pedido que recebi nesses milhares e milhares de e-mails que recebi. Eu a fiz em uma madrugada aqui, quando terminamos a vigília, às duas da manhã, e eles pediram-me que eu a terminasse. É bem curta. Se V. Ex^a me permitir, termino com ela.

Eu não a declamei; eu a li porque não sou bom para declamar. A “Prece do Gaúcho” diz:

Prece do Gaúcho
Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e com licença, Patrônio Celestial...
Vou chegando, enquanto cevo o meu amargo de minhas confidências, porque, ao

romper da madrugada e ao descambiar do sol, preciso campear por outras invernadas e repontar do Céu a força e a coragem para o entrevero do dia que se passa.

Eu bem sei que qualquer guasca, bem pilchado, de faca, rebenque e espora, não se afirma nos arreios da vida, se não se estriba na proteção do Céu.

Ouve, Patrão Celeste, a oração que te faço ao romper da madrugada e ao descambiar do sol.

Tomara que todo o mundo seja como irmão!

Ajuda-me a perdoar as afrontas e a não fazer aos outros o que não quero para mim.

Perdoa-me, Senhor,

porque rengueando pelas canhadas da fraqueza humana, de quando em vez, quase sem querer, eu me solto porteira afora...

Êta, potrilho chucro, renegado, rebelde a caborteiro...

“O Congresso funciona conforme o rufar dos tambores nas ruas”

RODOLFO RIBEIRO
DA REDAÇÃO
Metalúrgico, líder do PT, deputado constituinte. O currículo do senador gaúcho Paulo Paim (PT) é extenso. Afinal, são 25 anos na vida pública. Foram quatro mandatos como deputado federal. Em 2002, foi eleito senador com 2.102.904 votos.

Em sua trajetória, a defesa das minorias e das aposentados sempre esteve presente. Desde 1997, a recuperação das aposentadorias constava de seus discursos. Agora, mesmo pertencendo ao partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele é voz discordante. Foi autor do projeto que prevê a recomposição dos benefícios previdenciários, acrescentou emenda na medida que define a recuperação do salário mínimo e luta pelo fim do fator previdenciário. Nesta entrevista, ele traça um panorama da Previdência no País.

A recomposição dos benefícios sai?
Acho que esse é o momento, mas tudo é discutível. Se a atualização não ocorrer em cinco anos, como estou proposto em meu projeto, que se pague em seis ou sete anos. Entretanto, é preciso haver uma política clara e definida, que garanta que os aposentados voltem a receber o número de salários-mínimos da época em que obtiveram o benefício. Daí para frente, com o terceiro projeto em pauta, garantir sempre o mesmo percentual concedido ao mínimo, caso contrário a defasagem volta a acontecer.

Há condições de a atualização das aposentadorias ser aprovada?

Repto sempre a seguinte frase nesses quase 25 anos de Congresso: “O Congresso funciona conforme o rufar dos tambores nas ruas”. Se o rufar for forte, o Congresso vota. Caso contrário, não vota. Aposto na mobilização para que o Congresso vote e o presidente Lula sancione. Aí começará a velha discussão.

A Previdência é deficitária?

Isso é totalmente errado. Se considerarmos as contribuições de empregados e empregadores, a de faturamento, lucro, jogos-lotéricos, PIS e Pasep, demonstramos que a Previdência no Brasil é superavitária e pode atender à demanda dos aposentados e pensionistas.

Então, qual o motivo de se falar tanto em déficit?

Os que alegam isso computam somente as contribuições dos empregados e empregadores. Desconhecem as demais contribuições que acabam de destaca. Além disso, se a Previdência fosse deficitária, por que a Reforma Tributária, que está em debate no Congresso, estaria diminuindo a contribuição do empregador de 22 para 14%? É porque eles sabem que há dinheiro sobrando.

E para onde vão esses recursos?

O Governo insiste na lenda do déficit porque, infelizmente, sabemos que o dinheiro da Seguridade e da Previdência foi usado, historicamente, para outros fins. Entre eles, construir Brasília, a ponte Rio-Niterói e a Transamazônica. Atualmente, grande parte é usada para o superávit primário e outra para ministérios

que estão com problemas, o Legislativo e o Judiciário.

A reivindicação inclui o fim do fator previdenciário?

O senhor acha que a medida passa pelos crivos da Câmara e do Governo?

O fator é uma lei criada em 1999, que trabalha o cálculo do benefício com expectativa de vida, idade e tempo de contribuição. Ele, na verdade, é um redutor de 40% no benefício do trabalhador. Quem ganha, por exemplo, R\$ 2 mil, deveria receber esse valor, porque contribuiu sobre ele. Mas, na prática, essa pessoa vai receber só R\$ 1,2 mil*. É um assalto ao bolso do trabalhador, que questiono, brigo e luto para mudar. Quero uma Previdência universal; igual para todos.

Esta semana o ministro da Previdência conversou com as centrais de aposentados e foi citado o fator 95 como uma alternativa para a aplicação do fator previdenciário. Isso resolve a questão?

Uma das propostas apresentadas informalmente é o fator 95. Ele funciona de modo que o tempo de contribuição e idade

Mas eu te garanto, meu Senhor, quero ser bom e direito!

Ajuda-me, Virgem Maria, primeira prenda do Céu.

Socorre-me, São Pedro, capataz da estância gaúcha.

Pra fim de conversa, vou Te dizer, meu Deus, mas somente pra Ti: que Tua vontade leve a minha de cabresto pra todo o sempre e até a querência do Céu.

Amém.

É isso, Senador Papaléo.

Muito obrigado, Senador Botelho, principalmente pela tolerância, para que eu pudesse atender a esses companheiros e companheiras.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

 Quero uma Previdência universal; igual para todos

Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo - SOPESP	
ATA DO REGISTRO DE CHAPA	
Em cumprimento ao que prescreve o Parágrafo 4º do Artigo 39º, do Estatuto do SOPESP, falso, a saber, que foi registrada a seguinte CHAPA 01, para concorrer a eleição para o CONSELHO DIRETOR e CONSELHO FISCAL, triênio 2009/2011, que será realizada no próximo dia 12 de dezembro de 2008, às 10:00 horas, na Associação Comercial de Santos, situada à Rua XV de Novembro, 137 - Centro - Santos/SP, conforme Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária, publicado no Jornal A Tribuna, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2008.	
CHAPA 01	
CONSELHO DIRETOR:	
CARGILL AGRÍCOLA S.A.	
CIA. AUXILIAR DE ARMAZÉNS GERAIS (COPERSUCAR)	
FERTIMPORT S.A.	
LIGER TERMINAIS S.A.	
LOUIS DREYFUS COMMODITIES S.A. (LDC)	
RODRIMAR S.A. - TRANSPORTES, EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS E ARMAZÉNS LTDA.	
SANTOS BRASIL S.A.	
TECONDI - TERMINAL PARA CONTÊNERES DA MARGEM DIREITA S.A.	
CONSELHO FISCAL:	
TITULARES	
CARAMURU ALIMENTOS S/A.	
FISCHER S/A AGROINDÚSTRIA	
TRANSCHEM AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA.	
SUPLENTES	
LOCALFRIO S.A. ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS	
MOMBO PACÍFICO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	
TEACU ARMAZÉNS GERAIS S.A.	
Santos, 05 de dezembro de 2008	
José dos Santos Martins - Diretor Executivo	

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes. Em seguida, pela ordem de inscrição, Senador Cristovam Buarque, Valter Pereira, Mão Santa e Augusto Botelho. Após o Senador Papaléo, será o Senador Cristovam Buarque.

Senador Valter, puxe a relação dos inscritos: primeiro, Senador Marco Maciel, que cedeu a palavra ao Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por ordem de inscrição e cessão do Senador Marco Maciel.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Sr's e Srs. Senadores presentes, hoje já ouvimos alguns pronunciamentos importantes da Senadora Serys sobre a área da educação; do Senador Paim, sobre os diversos projetos e as consequências deles na Casa, projetos da área social; e eu vou fazer uso da palavra para falar sobre um tema que é muito importante, pois o fumo se constitui numa das causas preponderantes para os gastos com a saúde. E, Senador Mão Santa, vamos lembrar que isso já foi muito pior!

O tabaco afeta praticamente todo o organismo, podendo causar danos às seguintes partes do corpo humano: cérebro, nariz, boca, laringe, coração, pulmão, aparelho digestivo, rins, bexiga, pênis, sistema reprodutor feminino, circulação e ossos.

Os especialistas afirmam que o número de doenças provocadas pelo uso da substância pode chegar a 57 doenças, tendo grande alcance letal. A maioria dessas doenças leva à morte. Destacam-se o infarto do miocárdio; hipertensão; acidente vascular cerebral (que popularmente conhecemos por AVC); bronquite crônica e enfisema pulmonar; vários tipos de pneumonia; tuberculose; vários tipos de câncer, principalmente os de pulmão, boca, faringe, esôfago e estômago; além de amigdalite, otite e sinusite; morte súbita infantil e aborto; úlceras do estômago e do duodeno; osteoartrite e osteoporose; catarata; aneurisma abdominal, entre outras.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a, que é médico, assim como o Senador Mão Santa, sabe muito bem que a nossa intenção não é falar tecnicamente, mas esses nomes aqui são populares, o povo já sabe, mais ou menos, o que significam. Nossa fala é para lembrar às pessoas o número de doenças, e que a maioria

das doenças causadas pelo cigarro, predispostas pelo fumo, são letais.

Sr. Presidente, hoje em dia, com a campanha maciça e permanente para, se possível, excluir o fumo da sociedade, nota-se uma diminuição sensível da população de fumantes no País. Na semana passada, numa audiência pública que fizemos para normatizar a regulamentação do uso de propaganda sobre bebidas alcoólicas, um dos palestrantes que defendia as empresas fabricantes de bebidas alcoólicas dizia que a lei que proíbe o fumo em determinados locais não tinha alterado o número de fumantes. Eu discordei e discordo profundamente, porque é sensível essa diminuição. Hoje, você tem até dificuldade de ver pessoas, pelo menos em lugar público, até tentando burlar a lei, fumando. Até na rua também é mais difícil do que era antes.

Nós já temos o Dia Nacional do Combate ao Fumo, criado pela Lei nº 7.488, de 1986, que definiu a data de 29 de agosto com essa finalidade. O tema escolhido para as atividades deste ano, só para lembrar, foi “Ambientes 100% Livres de Fumo: um direito de todos”.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, um ambiente totalmente despoluído é direito de todos, principalmente levando-se em conta os potenciais maléficos presentes na fumaça originada dos produtos elaborados com tabaco.

O uso do tabaco foi praticamente generalizado durante quase todo o século XX. Somente a partir de 1980, deu-se início à conscientização sobre os males que o fumo causava ao organismo humano.

O Ministério da Saúde editou a Portaria nº 428/GM, de 28 de agosto de 1987, instituindo políticas de proteção ao não-fumante no prédio daquele Ministério. Portarias de teor semelhante se sucederam em outros órgãos públicos, até que veio a Lei nº 9.294, de 1996, que foi regulamentada pelo Decreto nº 2.018, do mesmo ano. A Lei nº 9.294, de 1996, proíbe o fumo em ambientes coletivos fechados, remetendo a fiscalização e a aplicação das penalidades, em caso de infração, à autoridade sanitária municipal.

O Ministério da Saúde passou, a partir daí, a ter como um dos eixos de sua política a inclusão das ações do fomento a ambientes livres do tabaco.

Agora, decorridos doze anos, é possível ter uma idéia dos efeitos da legislação relativa à proibição do fumo, o que permite tratar de aperfeiçoamentos que a tornem mais racional e útil para o bem-estar geral, principalmente dos não-fumantes.

Por conseguinte, devemos aproveitar a discussão de dois projetos apresentados no Senado, o PLS nº 315, de 2008, e o PLS nº 316, de 2008, para ava-

liarmos a possibilidade de aperfeiçoar a legislação já em vigor sobre esse assunto tão importante e que diz respeito, efetivamente, a aspectos de saúde presentes no País inteiro.

O primeiro projeto, o PLS nº 315, de autoria do nobre colega Senador Tião Viana, médico de profissão, assim como nós, Senador Augusto Botelho e Senador Mão Santa, propõe simplesmente a proibição do “uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígero, derivado ou não de tabaco, em ambiente fechado, público ou privado”.

Já o PLS nº 316 foi apresentado pelo Senador Romero Jucá, com finalidade semelhante, mas excluindo da proibição os locais abertos em pelo menos um de seus lados, como varandas, calçadas, terraços, balcões externos e similares. Quer dizer, ele deixa essa flexibilização para se determinar um lugar para o fumante. No projeto do Senador Tião Viana, é proibido totalmente: não há lugar especial, não existe “fumódromo” em ambientes fechados, públicos ou privados.

Sem dúvida, Sr. Presidente, o assunto demanda uma discussão séria e minuciosa, envolvendo a opinião e o conhecimento de especialistas para auxiliar na decisão mais acertada por parte do Legislativo. É importante registrar que o Senador Antonio Carlos Júnior apresentou requerimento para que os dois projetos tramitem em conjunto, tendo em vista que têm propostas intimamente relacionadas.

Segundo a mesma linha, Sr's e Srs. Senadores, apresentei voto de aplauso ao Governador do Estado de São Paulo, José Serra, do PSDB, pela elaboração do projeto de lei que proíbe o fumo em ambientes coletivos, sejam públicos ou privados. Tal projeto foi entregue à Assembléia Legislativa paulista no último dia 28 de agosto, véspera das comemorações do Dia Nacional de Combate ao Fumo. A iniciativa do Governador Serra é uma vitória para os defensores da saúde pública brasileira. Trata-se da mais dura legislação contra o tabaco já lançada na história de São Paulo, com sanções para os estabelecimentos onde a infração for constatada.

Quero ressaltar que uma medida como a proibição do fumo em locais de uso coletivo não objetiva simplesmente excluir do convívio pessoas que desenvolveram dependência em relação ao tabaco e muito menos estigmatizá-las, sujeitando-as a atitudes repulsivas daqueles que não têm o hábito de fumar.

O que vem ao caso é a preocupação com a saúde da população em geral, resguardando-se aqueles que não fumam das consequências funestas que os componentes tóxicos do tabaco provocam. Também não se trata de punir, simplesmente, os dependentes do tabaco por uma atitude que, até há pouco tempo,

era aceita socialmente sem restrição. Fumava-se até mesmo nos aviões, onde, apesar de haver a separação de um setor para os fumantes, o ambiente era único.

Quanto à discussão dos projetos a que me refiri anteriormente, para que possamos obter subsídios abalizados que nos permitam tomar a decisão mais acertada sobre o assunto, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, CASSaúde, de que o Senador Botelho é Vice-Presidente, aprovou a realização de audiência pública para debater o tema.

Esperamos, com a realização dessa audiência pública, suprir todos os membros desta Casa com as mais completas informações sobre o tema, para que a decisão do Senado seja a melhor para o bem-estar da população. Assim também, esperamos que, com o aperfeiçoamento da lei e o estabelecimento da proibição de fumar em qualquer ambiente fechado, o número de doenças provocadas pelo cigarro e por outros produtos derivados do tabaco diminua significativamente.

Quanto àqueles que se entregam ao hábito do fumo, só nos resta esperar que consigam libertar-se enquanto é tempo e antes que sejam vítimas das doenças resultantes desse hábito. Seria a forma de não engrossarem as estatísticas amedrontadoras das piores doenças imagináveis a que estão sujeitos, como já dissemos no início do nosso pronunciamento.

Para finalizar, Sr. Presidente, creio que, quanto mais se puder restringir a veiculação de propaganda dos produtos fumígeros, melhor para a saúde de cada cidadão, para a saúde pública e para a economia como um todo.

E já que falamos em restrição de veiculação de propaganda dos produtos fumígeros, estamos discutindo também a veiculação de propaganda de álcool, de bebidas alcoólicas, especialmente a cerveja.

Quero deixar bem claro aqui que minha religião não faz qualquer restrição ao fumo e à bebida alcoólica. Por isso, estou me posicionando exatamente como um cidadão que é médico e que pode contribuir com orientação para a sociedade, principalmente na questão relacionada ao fumo e ao álcool.

O álcool também precisa de vigilância. É pelo álcool que se iniciam os grandes vícios, é pelo álcool que tem início o processo de vício em drogas mais pesadas. O álcool é uma droga e V. Ex^a sabe muito bem disso.

Hoje, vemos jovens de 13, 14 anos fumando e bebendo. O fumo evoluiu para as drogas fumígeras, e o álcool evoluiu para antecipar o consumo de drogas como cocaína, crack, maconha e outras drogas. Então, temos de prestar atenção em nossa juventude, e um dos meios de prestarmos atenção à juventude é

evitar que o álcool seja propalado, como é propalada a venda, principalmente da cerveja, no meio televisivo, em que aparecem figuras nacionais, moças bonitas, rapazes bonitos e atletas, traduzindo no inconsciente de cada um que beber não tem problema nenhum. Muito pelo contrário, o símbolo da bebida seriam aquelas pessoas ali.

Eu quero ressaltar, Senador Valter Pereira, que temos que fazer essa regulamentação. Sei que a indústria da bebida, que ganha bilhões e bilhões em cima do seu comércio, vai querer bater em cima, vai insinuar em cima dos Senadores e dos Deputados, mas temos que ter forças e cumprirmos com a nossa obrigação. Já fizemos assim com o cigarro e assim deveremos fazer com a bebida alcoólica, principalmente a cerveja.

E que os pais tomem cuidado também, porque já se tornou tão banal, principalmente pela propaganda corriqueira, que, ao se deixar uma cervejinha na geladeira, a criança pode tomar um copinho, já que aquilo parece tão natural! E ali começa o gosto e depois o vício pela bebida alcoólica.

Ouço o Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Papaléo Paes, o pronunciamento de V. Ex^a traz a colaboração não apenas de um político, mas, sobretudo, de um médico que é preocupado com a saúde da população. Na sociedade viceja aquela idéia de que droga, e droga ilícita especificamente, é aquela mais pesada – a cocaína, o crack, os alucinógenos mais sofisticados, a maconha – e que a bebida alcoólica e o tabaco são versões moderadas de substâncias químicas que não causam grandes estragos na vida, na saúde das pessoas. Ledo engano. Os estragos são provocados, sim, por quaisquer tipos de drogas. E acho que o pronunciamento com que V. Ex^a nos brinda nesta tarde deveria ser uma rotina de todos os parlamentares médicos – e aqui tem dois: V. Ex^a e o Senador Augusto Botelho, além daquele que já foi até Governador de Estado, o Senador Mão Santa –, porque só essa eterna e permanente vigilância aqui, na imprensa, no rádio e na televisão poderá afastar, ou melhor, poderá abrir os olhos daqueles que se encantam, no primeiro momento, com a primeira experiência na bebida e no fumo, que são, na verdade, o batismo para quem ingressa nas drogas. Alguns têm a felicidade de ficar só no batismo; outros se enveredam pelos vícios. Já participei de uma CPI do Narcotráfico quando era Deputado Federal. Nessa CPI tivemos oportunidade de ouvir depoimentos dramáticos de dependentes químicos. Causou-me profunda emoção quando vi um paciente, no leito de um hospital, vítima do cigarro, vítima do fumo imoderado. Esse paciente sofria dores terríveis porque já estava na fase termin-

nal. E não acontece diferente daquele que passa pelo coma alcoólico, cujas dores são insuportáveis e cujo arrependimento vem muito tarde. Portanto, o caminho da prevenção é o mais adequado para a sociedade percorrer a fim de proteger as crianças – e digo crianças porque, hoje, a faixa etária que está experimentando o tabaco e também as bebidas alcoólicas está se reduzindo consideravelmente – e os adolescentes. Então, para proteger as crianças e os adolescentes é preciso que haja muita prevenção. É preciso, pois, que haja muito alerta nessa direção. E V. Ex^a, certamente, faz um pronunciamento hoje que está sendo ouvido por milhares e milhares de pessoas neste País e, com isso, dá sua contribuição como médico experiente para que esse fragmento da sua fala se some a outros que possam proteger a juventude, os adolescentes e as crianças do nosso País.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Valter Pereira, pelo seu aparte, que vou incorporar em meu pronunciamento, pois reforça a nossa intenção aqui.

Mas antes de passar a palavra ao Senador Pau-
lo Paim, quero dizer que me lembro muito bem que, na minha juventude e adolescência, para fumar junto dos adultos, tínhamos de ter mais de 18 anos. O Senador Mão Santa e o Senador Augusto Botelho pegaram essa fase de 18 anos. Se chegassem um moleque com menos de 18 anos fumando, eles não deixavam, reprovavam.

Outra coisa: nem se ouvia falar em droga. Quando se falava em maconha, era para xingar alguém, porque maconheiro era o marginal. Quando alguém chamava outro de maconheiro! era para xingar. Hoje, a liberalização informal está feita.

Sabemos que existem leis que não permitem a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. Mas eu pergunto: quem já foi preso em razão da execução dessa lei? Ninguém.

Basta observar, como fiz outro dia – não identificarei a cidade –, um carnaval fora de época. Senador Paulo Paim, demais Senadores, é a coisa mais degradante para o ser humano, na minha opinião, é o que acontece nesses carnavaços fora de época. Ali há o suporte todo dos vendedores de drogas, dos traficantes, que cercam os jovens com bebidas, com drogas e tudo o mais.

Vemos pessoas babando; jovens, crianças bebendo álcool, usando ecstasy, cheirando cocaína a céu aberto...

(Intervenção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ... expos-
tos a todas as autoridades. Isso acontece em todas as

capitais, sejam elas de grandes ou de pequenos Estados. Mas isso já está caracterizado como um ponto de encontro de pessoas que vão se divertir, mas que serão assediadas por drogas.

Quero lembrar também que, além do mal que a droga causa para o organismo, ainda existe o “batizado”, principalmente na cocaína. O camarada compra um quilo de cocaína, acrescenta mais meio quilo de pó de mármore e vende para o viciado, o que causa mais mal ainda do que a própria droga.

Então, Senador Paulo Paim, realmente é degradante vermos esses carnavales fora de época. Quem assiste fica triste de ver. Há uma história lá de que, depois de estar todo mundo drogado, um fica agarrando o outro, puxando o outro, beijando o outro. É algo realmente deprimente, em consequência de os jovens estarem, a maioria deles, drogados.

Ouço o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, não poderia deixar de fazer um aparte a V. Ex^a. Quando se toca nesse tema, eu entro. Acho que a droga é uma epidemia que invade as casas, pega a nossa juventude, mata a nossa juventude, e tudo começa com a bebida de álcool, que é a chamada droga lícita. “Ah!, mas isso pode!” Como pode? O álcool mata, e o próximo caminho é a maconha. Aí dizem alguns: “Ah, mas a maconha não faz mal. Não é nada. Todo mundo no colégio fuma”. Bobagem! Está sendo inocente útil! Da maconha ele vai para o outro passo, e aí não tem limite. Quero dizer que eu tinha uma amiga jornalista, gente finíssima, e ela desabafava comigo a situação de seu filho. Um dia, ela veio para mim e disse: “Paim, perdi a batalha. Meu filho morreu, há uma semana. Fui enterrá-lo no interior de Minas Gerais”. V. Ex^a tem toda a razão em trazer esse tema para debate. O álcool mata, como matam também, de forma mais rápida ainda, as outras drogas. E o Congresso tem a obrigação de se posicionar. V. Ex^a foi muito feliz. Vai haver lobby para aqui, lobby para lá, mas e eu com isso? A vida está em primeiro lugar. Eu fiz o aparte, no fim da sua fala, para lhe cumprimentar por trazer este assunto a debate. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Temos de incorporar, aqui nesta Casa, a idéia da nossa obrigação para atuarmos firmemente a favor da saúde da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Papaléo.

Antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, que permutou com o Senador Cristovam Buarque, eu vou ler um comunicado.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 10, de 2008**, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que altera os arts. 107 e 109 da Lei nº 9.503, de 1997, que “instui o Código de Trânsito Brasileiro”, com o objetivo de responsabilizar o CONTRAN pelo estabelecimento de requisitos e condições a serem atendidos no transporte de passageiros e cargas por motocicletas e veículos similares (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2004).

As matérias ficarão sobre a mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO N° 10, DE 2008

Nos termos do art. 91, § 4^a, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2003 que acrescenta parágrafo único ao artigo 107 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1977, o qual estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, visando remeter ao CONTRAN competência para determinar os tipos de veículos passíveis de utilização no transporte público de passageiros, seja apreciado pelo Plenário.

Sala de Sessões, 5 de dezembro de 2008.

The image shows a series of handwritten signatures in black ink, likely from senators, placed over a document. The signatures are fluid and vary in style. Below the signatures, there is some printed text, possibly names or titles, which is partially obscured by the ink. The signatures appear to be in Portuguese.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Por ordem de inscrição, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão não-deliberativa de segunda-feira, 8 de dezembro; Parlamentares presentes; brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão em plenário ou pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado – televisão, rádio AM e FM, jornais –; uma das necessidades de haver Senado é que ele garante a Federação, iguala todos os Estados. Se tivéssemos só a Câmara Federal, onde o número de representantes é diretamente proporcional ao número de eleitores, cada vez os Estados mais fortes, mais populosos ficariam mais ricos e poderosos. Uma das missões do Senado é esta. Portanto, nós temos por obrigação, além dos problemas nacionais, os problemas do Estado.

Trago aqui um jornal do meu Piauí. É um dos poucos jornais livres do País, porque ele é de um empresário livre e realizado economicamente. Então, essa liberdade é usada.

Jornais livres, é bom entendermos, já hoje muito poucos no Brasil. Mas para mostrar a importância de um jornal livre, bastaria eu buscar Theodore Roosevelt. Esse Presidente nos Estados Unidos – uma das democracias mais belas – disse que, entre um país ter governo e não ter imprensa ou ter imprensa livre e não ter governo, ele preferia que o país dele tivesse imprensa livre, mesmo não tendo governo. Então, a imprensa livre, Papaléo, é muito importante.

Graças a Deus, este jornal, o *Diário do Povo do Piauí*, é assim. Ele tem um editorialista que, sem dúvida nenhuma, é um dos melhores do País. Vocês podem estar pensando: “Ah, mas o Piauí tem?” Tem e teve. Na ditadura, no período revolucionário, em que se sucederam cinco militares – Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo –, o mais bravo jornalista foi piauiense: Carlos Castello Branco! Embora ele escrevesse no jornal do Rio de Janeiro, a coluna do Castello era a de maior credibilidade.

E quando o Parlamento era submisso totalmente à ditadura, Carlos Castello Branco levava os anseios do povo à Pátria.

Neste jornal *Diário do Povo do Piauí*, tem um jornalista que eu acho que é a reencarnação dele. Não entendo muito de espírita, não, Papaléo. Mas ele, além de ser preparado, é livre e independente. Então, como

se vê aqui a manchete do jornal. Faz de conta que é o Tião Viana, que é do PT e está apresentando, ou o Mercadante – quando eles apresentam sai grandão na televisão... Ele bota aquele *outdoor* do Tião Viana, do Mercadante, da Ideli.

“*Procurador denuncia que sul do Piauí vira carvão*”. Quer dizer, você vê que é um jornal livre. Olha a manchete. E é mesmo. Uma coisa tem a ver com a outra. E Marina Silva – o PT tem gente boa, viu Paim, não é só V. Ex^a; V. Ex^a pode até ser o melhor, um dos melhores, mas tem a Marina Silva – quando era Ministra, nós denunciamos isso e ela deu um freio. Mas tiraram a bichinha... Eram os ricos lá do Rio de Janeiro, a Carbon. O Piauí tem mais de 40% do semi-árido ali. É limite do Ceará, de Pernambuco, onde tem essas secas. Nós temos lá perto uma floresta vermelha, perto da Serra das Confusões, e venderam quase tudo.

E o pior: foi o Governo do PT de lá que patrocinou. Foi tanta gente ganhando dinheiro! Muita gente se elegeu a custa disso. Venderam hectares, quase 200 mil hectares, para uma firma para transformar a pequena área de vegetação dessa Serra Vermelha em carvão.

E continua: “*Procurador denuncia que sul do Piauí vira carvão*.”

A Marina, nós já admitimos, a nossa Senadora, deu um cartão vermelho, mas, o Procurador, mais adiante, dá uma entrevista grande. Aí você vê: de que adiantam tantos gastos? Ministério do Meio Ambiente e tal.

“*A região sul do Piauí está virando carvão*.” Não sou eu que sou oposição ao Governador, não. Quem diz isso – está aqui o jornal – é Luzardo Soares, Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho.

A fiscalização da situação do trabalho na região dos cerrados piauienses tem sido mais uma preocupação do Ministério Público do Trabalho. Os maiores problemas giram em torno das atividades das carvoarias e do uso inadequado de agrotóxicos. O Procurador Luzardo Soares, chefe da Procuradoria Regional do Trabalho do Piauí, disse que a parceria com outras instituições públicas vem sendo o caminho encontrado para combater situações degradantes de trabalho, mas os desafios ainda são muitos. A falta de pessoal no Ministério Público é um agravante que impede a fiscalização [...]. Ele defendeu, em entrevista, a realização de um concurso público [...].

Mas, enfim, ele diz: “Empresas que desrespeitam o meio ambiente também ignoram leis trabalhistas.”

Empresas do sul compram a área e transformam aquela vegetação em carvão. Então, é o Piauí, seco, semi-árido.

V. Ex^a, Augusto Botelho, se lembra do que estudamos em biologia geral, geologia botânica. É justamente o homem que precisa de oxigênio. Quando ele respira, faz a queima do alimento, transformando a energia química em movimento, que é vida, desprende o calor, que é uma forma de energia, e o CO₂. Mas, para tirarmos esse CO₂, a vegetação precisa fazer o inverso.

Quanto à Amazônia, a gente vê aqui a grita. Sei que é justa, mas há muita planta. Viajei ao seu Estado de Roraima. Olhe o Piauí, que tem tão pouco... Por isso, a gente não pode. O Governo, homens corruptos venderam, negociaram com as firmas de poderosos do Rio de Janeiro, como a Carbon, transformando a pequena vegetação do sul do Piauí em carvão. Então, é muito, muito, muito, muito mais grave do que na Amazônia. Não estou dizendo que é bem feito no Amazonas. Mas, no Piauí, já é tão pouco, é tão escasso, e ainda vender, e o Governo participando?

Então, está aqui a decepção, a manchete do jornal, do Luzardo: "Demanda de processo aumentou no Piauí", tentando, ele sozinho, frear. E, como diz o nosso Procurador: o sul do Piauí vira carvão. É quente o Piauí, quase não tem vegetação. E essa Serra Vermelha... E a negociação foi apadrinhada pelo Governo do PT lá. Muitos se elegeram a custa disso. Então, é isso aí. Eu sei que V. Ex^a é do PT, mas não é isso.

Padre Antônio Vieira, filósofo, orador, disse que "um bem sempre vem acompanhado de outro bem." E eu, por analogia, o mal. "O Piauí já tem 72 Municípios em estado de emergência." Mais um ano, o drama se repete e a seca assola a maioria das cidades do Piauí 72 Municípios! Isso tudo quebrou, agrediu o meio ambiente e a natureza, esse desmatamento, principalmente no sul, que é semi-árido. O povo dessas 72 cidades estão esperando carros-pipa, compram água a dezenas. E lá no Piauí, no sul do Estado, nós tivemos uma cidade, Gilbués, que sofre desertificação, porque, no passado, lá foram extrair ouro, foram extrair diamante e desertificou. Então, a área que temos está em risco.

A Ministra Marina Silva fez uma audiência com os ambientalistas e, na época, sustou. Mas há denúncia aqui do próprio Procurador no jornal.

Mas a gravidade disso tudo é que o Piauí, quebrada a sua natureza, o ambiente, tem, hoje, 72 Municípios em estado de emergência. É o povo precisando de água mesmo. Água! São 72 Municípios em estado de emergência.

Antigamente, o nosso trabalho era mais fácil. Este País foi mais organizado, tinha a Sudene, que tinha um órgão especializado, com *know-how* para ajudar os Governadores nas calamidades. A Sudene reabriu em papel, mas não tem mais aquela exuberância, aquela grandeza, aquela atuação.

Quando governei o Estado do Piauí, a Sudene nos ajudou muito. Uma vez eu marquei uma audiência, Presidente Sarney, com o Fernando Henrique Cardoso. Deus escreve certo por linhas tortas! Foi na semana em que morreram o Sérgio Motta e o Luiz Eduardo. Aí o Presidente desmarcou e foi até bom, porque eu voltei e fui ao interior do Estado e vi o sofrimento daquele povo. O Presidente Sarney tem uma história longa e enfrentou todas essas adversidades. Mas eu vi o povo nas filas tentando comprar um balde de água, uma água e tudo.

Uma semana depois, o Presidente Fernando Henrique Cardoso nos atendia. Ele marcou em sua residência mesmo e nos recebeu em sua biblioteca. Aí eu perguntei a ele: "Excelência, o senhor acredita em Deus?" Disse ele: "Como não? Eu acabei de vir da missa de sétimo dia". Daí, eu contei: "Porque eu acho que foi por Deus o senhor não ter me atendido na semana passada, porque morreram... Então, voltei e senti. E é muito grave". Tinha havido um incêndio lá para as bandas de Roraima. Não foi lá no seu Estado? Daí, eu disse para o Presidente Fernando Henrique, às vésperas da eleição, do meu jeito: "Presidente, o senhor já retardou, demorou a ajuda no incêndio de Roraima. Se o senhor demorar nisso aqui, o senhor se lasca, o senhor não vai ser eleito, não; reeleito não". Com toda a franqueza.

Não houve mesmo um incêndio em Roraima, em seu Estado? O Governo não foi atrasado em atendê-los?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Quem chegou primeiro foi a Venezuela. Aliás, a Argentina.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha aí a história que tenho para contar. Eu voltei ao palácio. Na biblioteca, os livros todos. O estadista chegou com o *Time Life*. E eu disse desse jeito: "Presidente, o senhor acredita em Deus?" Ele ficou... "Nem me lembrei daquele fato que perguntaram", ele disse. Aí, ele disse: "Acabei de vir da missa de sétimo dia e, como havia faltado..."

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quem acabou de vir da missa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Fernando... Era missa de sétimo dia do Sérgio Motta, do filho

do Antonio Carlos Magalhães, o Luís Eduardo. Deixa eu contar.

Aí, começamos a brincar, e eu disse: "Pois foi Deus [e ele riu daquele jeito] que fez o senhor desmarcar aquela reunião, pois fui ver o interior. O senhor não vai ser reeleito, não. Se o senhor não tomar conta, porque já houve o caso de Roraima, o incêndio [que o Augusto Botelho disse que a Venezuela atendeu primeiro], e, agora, com essa seca... Olha, Nordeste, o senhor não pode mais".

E disse mais para ele, viu, Sarney: "Presidente, vou dizer um negócio para o senhor: o senhor se lasca. O senhor não vai, porque já houve Roraima, juntando esse... E quero lhe dizer o seguinte: não quero dinheiro, nada, não. Mas quero dizer como funciona. Tem a Sudene. Foi desse jeito. Não quero, não. Dê o dinheiro para a Sudene. Não quero... Eles sabem, eles têm *know-how*. É até bom. Só vou dar a estrutura do Governo do Estado. Mas eles têm mais experiência". E ainda disse mais – o Vice do Fernando Henrique era o Marco Maciel, e estava lá –: "Não mande o Marco. Você mesmo chame aqui, amanhã mesmo, Leonides Filho, que é do Piauí. O senhor colocou um técnico, que foi da Eletrobrás, e não tem *know-how*. Esse Leonides Filho é antigo na Sudene. Ninguém é melhor do que ele, só o Celso Furtado. Ele entrou com ele. Ele sabe se mobilizar e mobilizar aquela estrutura para atendermos os Estados. Olha, se eu fosse o senhor nomeava agora. O sub está lá ocupado. Sei que o senhor nomeou, mas a pessoa não era, vamos dizer, da Sudene historicamente". E, realmente, o Presidente atendeu e, no dia seguinte, Leonides foi chamado, ficou como o sub da superintendência e resolveu essas emergências todas.

Agora, a Sudene voltou só no papel. Setenta e dois Municípios estão em estado de emergência. Presidente Sarney, sei que V. Ex^a é o Padre Antônio Vieira. O senhor disse aqui que o seu pai tinha dito: "Leia Antônio Vieira". "Mas já acabei". "Leia de novo, para aprender a discursar". Padre Antônio Vieira disse que todo bem é acompanhado de outro bem. Mas toda desgraça é acompanhada de outra desgraça, quem diz isso sou eu.

Quer dizer, a primeira desgraça é que venderam lá, num verdadeiro crime ambiental, terras do Piauí, da última reserva na Serra Vermelha e estão transformando-a em carvão. Está aqui o Procurador. Aí, veio a seca. E agora veio a desgraça maior, por que vim aqui advertir o Presidente da República: Pronaf corta 100 cidades – aquele auxílio que o Governo dá para a agricultura familiar.

Aí, chegou o Presidente Sarney, que deve ser o Richelieu, porque representa a sensibilidade. Eu diria o seguinte: rapaz, eu vejo esses bancos dando dinheiro para todo mundo, oferecendo aí para outros países, dando para a indústria e, devido a essa catástrofe, estão transformando a floresta em carvão; 72 cidades na seca, na emergência. "Agricultores de 100 Municípios ficam sem financiamentos da safra".

João Ribeiro, eles não podem pagar, eles não tiveram inverno, eles não têm nem dinheiro para comprar água. Estão lascados! Aí vai-se cortar o Pronaf. A desgraça é muita! Estão transformando a floresta em carvão, a Sudene não está lá para ajudar na seca, e agora corta porque eles não pagaram. Claro que não pagaram. Se não choveu, está seca...

Agora, os agricultorezinhos podem. Os outros, corta! Os bancos não podem ter dificuldades. Vem medida provisória, vamos comprar, compram o banco do Estado, fazem de tudo, até as firmas que estão com os carros estocados... Agora, os pobrezinhos lascados... Olha aqui o jornal: Pronaf. Lula errou ao cancelar o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar para mais de 100 Municípios do Estado.

Então, é isso. Nós viemos aqui para isto: advertir o Presidente da República para isso. Eu acredito, é uma pessoa generosa. Está aí o Bolsa-Família – é caridade, mas tem essa emergência. Por isso é que não estou com essa gente.

Eu sei que tem um jornal em que o Luiz Inácio diz que é toda hora chegando bilhões, bilhões e bilhões. Mas tem centenas de milhares de ladrões lá. É uma roubalheira que só o diabo! O Estado voltou a ser o lanterninha de todos os índices que eu tinha tirado.

Então, é isso. Nós queremos reclamar e chamar a atenção de S. Ex^a, o Presidente do meu partido, o PMDB, para isso. Dê-me um motivo... Venderam a floresta que tinha lá para uma empresa do Rio – a culpa é dos aloprados de lá, que se elegeram todos – quase 200 mil hectares. Este aqui é o Promotor; não sou eu, não. Ô Sarney, o senhor se lembra do Lacerda? O Lacerda não mostrava a prova? Está aqui: Procurador denuncia que sul do Piauí vira carvão. Foram os homens do Governo que avisaram. E essa Marina é gente boa, é uma mulher séria. Eu consegui parar, mas já voltou. Tiraram a mulher! Olha aí, é o Procurador. Então, se vocês levam a sério o desmatamento da Amazônia, que tem grande vegetação, é uma grita, o Piauí, que quase não tem, ainda vão vender para uma empresa transformar a floresta em carvão?! A seca está lá e ainda se corta o Pronaf! Ô Sarney, pelo

amor de Deus, como é que V. Ex^a quer que eu apóie essa gente? Dê-me...

São esses os apelos que faço ao Presidente da República.

Quantas vezes V. Ex^a já foi, Presidente Sarney, ao México? Eu fui lá ao Palácio, na praça, a gente lê: "General Obregón". Ele diz assim (uma frase bonita): "Eu prefiro um adversário que me leve a verdade, do que um aliado falso, mentiroso". Aloprados que só mentem a esse povo do Piauí. Então, o Piauí está nessa desgraceira: o sul se transformando em carvão; 72 cidades em emergência e tiraram o Pronaf! Faço como Castro Alves, em *Navio Negreiro*: Oh Deus! Oh Deus! Onde estás? Então, Oh Deus, oh Deus, ilumine nosso Presidente. Eu sei... Dizem que ele mandou muito dinheiro, mas desapareceu. Esse negócio de dinheiro é muito relativo. Eu sei que o Presidente Sarney tinha uma ponte por lá e que ele mandou quatro vezes o dinheiro da ponte para sair. Ô coisa difícil! Isso acontece, Luiz Inácio. Se o senhor está mandando dinheiro, o bicho está desaparecendo, porque o tem lá é isto: estão transformando a floresta em carvão; há 72 cidades em emergência e o povo chorando. E tiraram, agora, o Pronaf do pequeno.

Como é que eles vão pagar os bancos? Quando é grande... Eu não estou contra Santa Catarina, estou a favor. Mas lá, Luiz Inácio, foi uma apendicite aguda, foi uma urgência, uma hérnia estrangulada, uma... E aqui, não! Aqui nós estamos entrando com uma tisiologia, uma tuberculose, uma doença crônica que vai nos acabando.

Então, é esse o apelo ao Presidente da República: que mostre a seus ministros para que eles tenham sensibilidade e não acreditem nos aloprados de lá.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra, pela ordem, o Presidente Senador Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) Pela ordem. Com revisão do orador.) – Pedi ao Senador João Ribeiro que me desse a oportunidade de uma pequena comunicação. S. Ex^a consentiu. Por isso, peço a palavra a V. Ex^a.

Sr. Presidente, na última semana deixou de circular a *Tribuna da Imprensa*. Quero registrar nos *Anais* o meu sentimento. Quero lamentar esse fato, uma vez que é um jornal que tem um lugar na história deste País, que participou de tantas lutas ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido, dirigi ao jornalista Hélio Fernandes uma carta que quero transcrever nos *Anais* da Casa.

Caro Hélio,

É com inconformismo, lamento e uma sensação de nostalgia que acompanho o fechamento da Tribuna da Imprensa.

Minha lembrança da Tribuna vem dos tempos em que acompanhei na rua do Lavradio a Carlos Lacerda e Odylo Costa, filho, Aluízio Alves e Carlos Castelo Branco, quando assistia a preparação da página de opinião e sentei mesmo à máquina como colaborador anônimo ou no fechamento do artigo de fundo e nos editoriais.

Depois você assumiu a tarefa de um jornal independente, de opinião e de convicções, aguerrido na defesa do Brasil e de seus caminhos. Nunca deixei de considerar importante ouvir a sua palavra, tantas vezes isolada, mas sempre firme, sempre corajosa.

Amigos há cinquenta anos, desde os tempos do Palácio Tiradentes, nunca as divergências nos afastaram nem diminuiu a admiração pela sua bravura, tenacidade em defesa do Brasil.

Espero que a Tribuna da Imprensa ressurja e você continue a dar a sua contribuição fundamental para a imprensa brasileira, como um dos jornalistas mais combativos e brilhantes em nossa imprensa.

Um abraço e a solidariedade do José Sarney.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GSJS128/2008/AI

Brasília, 4 de dezembro de 2008

Ao Senhor
Hélio Fernandes
Rua Eng. Alfredo Duarte, 447
22461-170 Rio de Janeiro, RJ

- Sáro Hélio

É com inconformismo, lamento e uma sensação de nostalgia que acompanho o fechamento da Tribuna da Imprensa.

Minha lembrança da Tribuna vem dos tempos em que acompanhei na rua do Lavradio a Carlos Lacerda e Odylo Costa, filho, Aluízio Alves e Carlos Castelo Branco, quando assistia a preparação da página de opinião e sentei mesmo à máquina como colaborador anônimo ou no fechamento do artigo de fundo e nos editoriais.

Depois você assumiu a tarefa de um jornal independente, de opinião e de convicções, aguerrido na defesa do Brasil e de seus caminhos. Nunca deixei de considerar importante ouvir a sua palavra, tantas vezes isolada, mas sempre firme, sempre corajosa.

Amigos há cinqüenta anos, desde os tempos do Tiradentes, nunca as divergências nos afastaram nem diminuiu a admiração pela sua bravura, tenacidade em defesa do Brasil.

Espero que a Tribuna da Imprensa ressurja e você continue a dar a sua contribuição fundamental para a imprensa brasileira, como um dos jornalistas mais combativos e brilhantes em nossa imprensa.

Um abraço e a solidariedade do

José Sarney

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Sarney, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Valter Pereira e, a seguir, o Senador João Ribeiro, pela Liderança.

Intercalaremos um orador e uma liderança, um orador e uma comunicação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que proponho ao subir a esta tribuna, gostaria de homenagear todos os operadores do Direito porque hoje comemora-se o Dia da Justiça, e a Justiça tem com o Direito aquela relação umbilical que faz dos operadores o instrumento indispensável, seja atuando como magistrados, como representantes do Ministério Público, como advogados, enfim, todos eles fazem com que a Justiça seja semeada, seja aplicada em todos os campos da vida humana. Portanto, nossas homenagens à Justiça e aos operadores do Direito.

O que me traz a esta tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, é a leitura que fiz de um editorial publicado na *Folha de S.Paulo* de ontem, da lavra do jornalista, do grande articulista Jânio de Freitas, e que me deixou estarrecido com o tema que abordou.

O título da matéria: “O país escondido”. Nesta matéria, ele focaliza dois assuntos extremamente preocupantes. O primeiro deles é o de que o Brasil é fabricante de bombas de fragmentação; o segundo, o de que o nosso País recusou a companhia daqueles que querem banir a fabricação, o uso e a comercialização desses artefatos.

É bem verdade que, entre esses dois fatos, não existe nenhuma incoerência. Se o Brasil fabrica esse tipo de explosivo, não poderia mesmo participar de um grupo que quer bani-lo. No entanto, preciso admitir que me causa espanto o comentário, até porque eu não sabia que produzíamos e vendíamos esse tipo de armamento. E acredito que a maioria dos Srs. Senadores que compõe esta Casa comunga com esta minha santa ignorância. Se assim não for, o Senado estaria discutindo este assunto e fustigando mudança de atitude. Gostaria, portanto, Sr. Presidente, de iniciar este debate com análise do oportuno editorial.

A matéria, como já disse, está na *Folha de S.Paulo* de ontem, 7 de dezembro, no “Caderno Brasil”.

Eis o título: “O país escondido”, que já tem no subtítulo a síntese de tudo que ele aborda: “Na recusa ao banimento de bombas de fragmentação, o Brasil alinhou-se a Estados Unidos, Israel e Rússia”.

Eis a matéria, Sr. Presidente:

A recusa do governo Lula a juntar o Brasil aos 92 países do tratado contra a fabricação,

uso e venda de bombas de fragmentação – armas terríveis contra as populações civis – aponta em várias direções inquietantes.

A primeira delas [prosegue o articulista], não pela ordem de importância, mas por suas implicações novas em nossa história republicana, é a submissão da política externa à safra de projetos militares da chamada Secretaria de Quase Tudo, na qual o Ministro Mangabeira Unger produz (também) as orientações adotadas pelo Ministério da Defesa, Nelson Jobim.

No mesmo dia três, quarta-feira passada, da recusa ao tratado formalizada pela diplomacia brasileira, a venda de cem mísseis ao Paquistão ocorria sob o recuo do Ministério das Relações Exteriores às suas restrições, provenientes do sentido anti-Índia do negócio.

No mesmo dia, uma posição confirmou a outra, e ambas renegaram a velha tradição do Itamaraty.

As bombas de fragmentação, como o nome indica, desmancham-se em numerosos artefatos que se espalham por vasta área, cada um deles capaz de explodir logo ou de aguardar no solo que, em dia incerto, alguém pise ou apanhe e assim o faça explodir. Não se trata, então, por mais que os interessados afirmem, de armas de defesa. Os estudos sobre os efeitos do emprego dessa bomba pelos Estados Unidos e por Israel, no Oriente conflagrado, atestam-na como armamento de ataque. Do contrário, as vítimas fatais e de mutilação não seriam populações civis, urbanas e rurais.

Eis aí o tipo de armamento que o Brasil está produzindo, em pelo menos três indústrias bélicas, e vendendo sem limitações. Nem se pense em limitações morais e humanitárias, basta pensar nas de política externa, definidas por quem deveria formulá-la e aplicá-la.

Tudo isso, e muito mais e muito pior, passa-se às escuras, sem conhecimento da população, sem conhecimento do Senado e da Câmara, sem conhecimento do sentido presente na Constituição para a identidade do Brasil entre os países. O Brasil escondido, que alimenta a barbárie e serve à morte, justificaria, e no entanto não precisa temer, uma cruzada de Ministério Público, meios de comunicação, universidade, intelectuais e artistas, para trazê-lo à luz dos dias.

E confrontá-lo, para confirmação ou recusa, com o tipo de país que se pretende ter.

Na recusa ao banimento das bombas de fragmentação, que teriam feito o gozo dos exércitos nazistas, o Brasil alinhou-se a Estados Unidos, Israel, Rússia e aos, outra vez, atritados Índia e Paquistão.

Eis o editorial do jornalista grande articulista, Jânio de Freitas.

O editorial que acabo de ler, Sr. Presidente, traz elementos que precisam de fato ser avaliados pelo Congresso.

Para começar, não podemos ter a ingenuidade de que o pacifismo do Brasil justificaria prescindir de armamentos e organizações militares. Qualquer país do planeta requer a existência de Forças Armadas capazes e material bélico compatível. O Brasil não é diferente. Tem um vasto território, sofre muita cobiça e tem fronteiras vulneráveis, que precisam de redobrada vigilância.

Não há dúvida, portanto, quanto à necessidade de um aparato militar que tenha material bélico disponível e as condições de fabricá-los em nosso País.

Todavia, as demandas militares e os apetites comerciais não podem justificar exacerbada liberalidade na produção e na transação de armamentos. Tolerar a fabricação de bombas de fragmentação é alimentar um dos mais covardes ataques a seres humanos.

Quem não se lembra das cicatrizes deixadas por numerosas guerras civis na África, como a de Angola, a da Somália? Quem não se lembra do último confronto entre Israel e Líbano, quando alguns brasileiros foram vítimas desse tipo de armamento? E isso foi largamente noticiado pela imprensa brasileira. Quantas crianças não foram mutiladas depois de pisar em uma bomba dessas enterrada no chão? Quantos adolescentes e velhos indefesos perderam as pernas, os braços ou a visão, exatamente no momento em que se livravam da linha de tiro?

A esmagadora maioria dessas vítimas aproveitavam eventuais deslocamentos dos guerrilheiros para fugir. Escapavam daquele momento de ausência das Forças Militares, mas não se livravam das bombas enterradas no chão.

Uma arma na frente é perigosa, mas depende de alguém para ser detonada. Uma bomba enterrada, não! Basta a vítima pisar no explosivo (invisível). E se o explosivo tem capacidade de fragmentação multiplica assustadoramente o número de suas vítimas. Um só artefato mata ou mutila agrupamentos inteiros de pessoas de uma só vez em diferentes pontos, em diferentes momentos.

Agora, imagine tais bombas de fragmentação, Sr. Presidente, nas mãos de traficantes, traficantes que promovem verdadeira guerrilha urbana em nosso

País; nas mãos de delinqüentes que enfrentam a Polícia, que roubam delegacias e quartéis policiais e até mesmo quartéis do Exército brasileiro; de meliantes que perderam o respeito pela vida humana.

Não quero acreditar que a produção e a comercialização de tais artefatos resultem de um projeto de política externa de viés belicoso. Aliás, o Brasil é signatário de todos os acordos humanitários e segue uma posição principista nesta matéria. Prefiro crer que é fruto de negligência ou desídia de quem tem a responsabilidade de fiscalizar o setor de armamentos.

Assiste razão, Sr. Presidente, ao jornalista Jânio de Freitas quando aponta a falta de oitivas do Senado e da Câmara sobre a política de armamento de países em vias de beligerância. De fato, é um erro alimentar a guerra em qualquer parte do mundo.

O erro é maior quando o Brasil supre o arsenal bélico de um país amigo, como o Paquistão, sabendo que ele vive às turras com sua vizinha Índia, que cultiva antiga parceria com o Brasil na comunidade internacional. A venda de mísseis ao Paquistão parece ser um negócio ainda mais delicado do que a venda de bombas de fragmentação. É uma venda, afinal, que vinha sendo negociada há mais tempo? Eis a indagação que esta Casa precisa fazer.

Isso precisa, de fato, de uma resposta de nossa diplomacia, para se entendam algumas coisas a mais.

Um país, como o Brasil, que pleiteia uma posição no Conselho de Segurança da ONU precisa ter uma política de segurança consistente. Pelo texto do articulista, o profissionalismo do Itamaraty estaria se rendendo às influências de outras áreas do Governo. Se verídica essa avaliação, estaríamos praticando uma diplomacia de governo, de vida efêmera e também de duvidosa consistência. Nesta circunstância, é preciso resgatar a diplomacia de Estado, uma diplomacia alicerçada em princípios que ultrapassam governos e nos fazem coerentes, previsíveis e respeitados em toda a comunidade internacional.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero concitar esta Casa a ouvir as autoridades responsáveis, bem como tomar iniciativas capazes de promover a correção de rota da diplomacia brasileira e da produção, da comercialização de armas do Brasil com o exterior e, também, dos cuidados que se deve ter no controle da produção e da distribuição de armas.

Era esta a nossa fala desta tarde, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante e contundente pronunciamento do Senador Valter Pereira, do PMDB do Estado do Mato Grosso, sobre as preocupações com a beligerância no mundo, advertindo o Governo brasileiro, convidamos para usar da palavra como Líder – estamos intercalando – o Senador João Ribeiro, Líder do PR, Partido Republicano, que representa o Estado do Tocantins.

Senador João Ribeiro, V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que julgar conveniente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, assim eu vou ficar o resto da tarde, que eu ando com muita vontade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pode ficar. Ansiosamente, Tocantins e o Brasil o aguardam.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza do ilustre representante do Estado do Piauí nessa Casa, Senador Mão Santa, que preside a sessão neste momento.

Sr. Presidente, claro que eu não ficarei o resto da tarde, até porque eu sei que há outros colegas que desejam usar da palavra. A minha intenção nesta tarde é fazer um registro que considero de fundamental importância para o País e para o meu querido Estado do Tocantins, que, a exemplo de V. Ex^a, eu represento com muito orgulho aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional. O mesmo ciúme que V. Ex^a tem do Piauí eu tenho do Tocantins.

Portanto, venho aqui para registrar, mais uma vez, a ida do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cidade de Colinas do Tocantins. O Presidente vai descer na cidade de Araguaína, onde fui Prefeito, aliás, onde fui Vereador e Prefeito e onde sempre tive uma votação muito grande quando me elegi Deputado Estadual, Deputado Federal duas vezes e Senador. É o meu berço político e é, portanto, a cidade que me deu quase tudo que tenho na vida, sobretudo filhos e uma história, especialmente uma história política, pois comecei como Vereador de Araguaína. O Presidente Lula vai descer amanhã na cidade de Araguaína, exatamente às 10 horas da manhã, no aeroporto local, para se deslocar para outra cidade, a 100 quilômetros de lá, para inaugurar mais um trecho de 100 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. São cem quilômetros da Ferrovia Norte-Sul.

Eu dizia agora ao Presidente Sarney, que estará na comitiva do Presidente Lula, assim como eu e o Senador Leomar, que esse é um fato extremamente importante para o Brasil e, sobretudo, para Tocantins. No momento em que o mundo vive esta crise econômica, no momento em que sabemos das dificuldades

por que passam alguns Estados brasileiros, sobretudo o Estado de Santa Catarina, nós somos solidários, porque sabemos o quanto é difícil uma situação como a que viveram recentemente Santa Catarina e uma região do Rio de Janeiro. Vemos em algumas regiões do planeta as pessoas passarem por momentos de profunda dificuldade e desespero.

Nesse momento, vamos estar felizes e alegres porque vamos inaugurar mais um trecho da Ferrovia Norte-Sul, de 100 quilômetros, com a plataforma multimodal na cidade de Colinas, no Tocantins. Lá nós estaremos, como eu disse, compondo a comitiva do Presidente, que vai inaugurar esse trecho dessa ferrovia preconizada, pelo Presidente Sarney.

O Presidente Sarney, Senador Mão Santa, foi tão criticado pela imprensa nacional, quando defendia a construção da Ferrovia Norte-Sul, com palavras, com chavões quanto o foi Juscelino Kubitscheck quando iniciou a BR-153, com Bernardo Sayão. Então diziam que era a “rodovia do nada para lugar nenhum”, “a rodovia da onça”. Da Ferrovia Norte-Sul, também diziam isso, diziam que era “a ferrovia do nada para lugar nenhum”. O Presidente Sarney me confessou isso algumas vezes, já que nós estivemos juntos na inauguração do trecho da plataforma multimodal de Araguaína, que fica entre Araguaína e a cidade Babaçulândia, no Estado do Tocantins.

Então, todos nós ficamos muito orgulhosos de ver que o Presidente Lula, com referência, sobretudo, à Ferrovia Norte-Sul – daí a minha gratidão ao Presidente –, tem sido extremamente correto com o Estado do Tocantins, já que essa não é uma ferrovia apenas para a população tocantinense ou para a população do Maranhão ou do Pará, até porque existe um projeto para levá-la, a partir do Estado do Pará, para integrar a Bahia, no ramal que sairá da região de Barreiras, de Luiz Alves, e irá até, ao se integrar à Ferrovia Norte-Sul, depois de Gurupi, no Município de Alvorada, num projeto extremamente arrojado para o escoamento da produção de grãos e de alimentos dessa região da Bahia, que é muito grande.

A Ferrovia Norte-Sul, Presidente Mão Santa, amanhã recebe, portanto, a ilustre presença deste grande brasileiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vai estar lá com a sua comitiva, com o Governador do Estado Marcelo Miranda, com o Secretariado, enfim, com os Prefeitos, todos os líderes da região – os eleitos e os que estão no cargo –, os Vice-Prefeitos, os Vereadores e a população nesse momento de festa, de comemoração da inauguração de um trecho muito importante. Alguém que está nos ouvindo pode dizer: “O Senador está falando da inauguração de 100 quilômetros de ferrovia”. Mas a construção de 100 quilômetros

de ferrovia, além de ser muito cara, é muito importante. De 100 em 100 quilômetros, vamos chegar aos mais de 1,5 mil quilômetros da Ferrovia Norte-Sul – ou mais de 1 mil que ainda estão em fase de construção.

A Ferrovia Norte-Sul, Presidente Mão Santa, já está licitada até a cidade de Uruaçu, no Estado de Goiás. Está em fase de licitação, segundo as informações que a assessoria técnica do Ministério dos Transportes e da Valec me passou, até Anápolis, no Estado de Goiás. E, na última vez que fomos inaugurar esse trecho de Aguiarnópolis, no Tocantins, até Babaçulândia, foram mais de 100 quilômetros. Inauguramos a plataforma multimodal. Nessa viagem daqui para lá e no retorno, o Presidente Lula dizia a mim e ao Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes, que estará também amanhã na comitiva do Presidente – não sei quantos Ministros irão, ainda não consegui ter acesso a toda a comitiva do Presidente, mas sei do Ministro do meu Partido, o Ministro dos Transportes, já que a ferrovia está na sua Pasta e a Valec é subordinada ao Ministério dos Transportes, à Casa Civil –, e a outras autoridades presentes que pretende inaugurar a Ferrovia Norte-Sul até o final do seu mandato, toda ela completa até a Cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, integrando, portanto, a Ferrovia Norte-Sul aos outros ramais ferroviários no restante do País.

Trata-se de uma obra extremamente importante. A obra caminha a passos largos, Sr. Presidente, e está indo muito bem, já que nós sabemos das dificuldades que existem em função da crise econômica que o País vive, que o mundo vive. Mas o Presidente Lula tem dito que ele está fazendo tudo, o possível e o impossível, todo esforço para que as obras do PAC não tenham solução de continuidade, ou seja, para que elas possam continuar dentro do seu cronograma e possamos inaugurar a Ferrovia Norte-Sul no final do ano de 2010, ainda com o Presidente Lula no seu mandato de Presidente da República, já que, no dia 1º de janeiro de 2011, ele passará o bastão para aquele que for o seu sucessor.

Portanto, o comunicado que eu queria fazer, Sr. Presidente, era exatamente esse. Não vou aqui hoje falar da importância da diferença que existe no frete, por tonelada, entre o ferroviário e o rodoviário, ou entre, também, aquele que é transportado pelas hidrovias. O preço do frete na hidrovia é mais barato ainda do que o preço do frete do que é transportado pela ferrovia. Na hidrovia ainda é mais barato.

Nós sabemos que fazer hidrovias não é fácil, tem o problema das escusas, mas voltarei num outro dia para tratar desse assunto porque acho que é um assunto que o Brasil tem que discutir. Sabemos que a Transnordestina, que está sendo construída, também

é prioridade. Há duas ferrovias prioritárias no Brasil neste momento, há outras que estão em fase de estudos e de licitação, mas sabemos que a Norte-Sul e a Transnordestina são as duas ferrovias com prioridade absoluta e constam do PAC como obras a serem executadas até o final do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Receberemos amanhã o Presidente em Araguaína e, depois, em Colinas, no Tocantins, onde vamos brindar e comemorar a inauguração da Plataforma Multimodal da cidade de Colinas.

Colinas elegeu um Prefeito do Partido dos Trabalhadores, José Santana, que é um dos líderes mais importantes do Partido lá no Tocantins. É fundador, foi presidente várias vezes do Partido, Deputado Estadual, foi o segundo Deputado Federal mais votado. Não veio para o Congresso Nacional porque a coligação não lhe permitiu que fizesse sozinho o coeficiente eleitoral, já que o PT não se coligou nas eleições proporcionais da última eleição estadual. Mas foi eleito agora, com o meu apoio, Prefeito da cidade de Colinas e receberá, amanhã, juntamente com as demais autoridades, prefeito, líderes e o Governo do Estado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

À população de Colinas e do Tocantins a minha homenagem por receber amanhã o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que vai inaugurar essa obra tão importante, que será, sem sombra de dúvida, a obra do século para a população tocantinense. Primeiro, foi a criação do Estado. Agora, é a Ferrovia Norte-Sul, que vai alavancar a economia, o progresso e o desenvolvimento da população tocantinense.

Eu não tenho dúvidas de que haverá um cinturão verde, Sr. Presidente, por toda a Ferrovia Norte-Sul, para se plantar arroz, soja, milho, feijão, além de promover o transporte do minério de ferro, a instalação de indústrias nos pátios multimodais que serão construídos ao longo da ferrovia, uma vez que ela está sendo construída nesse novo conceito de integrar os empresários, de integrar a produção ao transporte mais barato.

Era isso o que eu queria comunicar. Agradeço a V. Ex^a pela paciência. Não vou ficar a tarde toda, mas prometo voltar outra hora discutirmos mais de perto essas questões, já que sei que V. Ex^a briga muito por uma ferrovia que passará pelo Piauí e por aquela região. Nós já discutimos muito isso na Comissão de Infra-estrutura. Precisamos estar, sim – e o Senador Heráclito também –, na Comissão de Infra-Estrutura.

Acho que a ferrovia é, sem sombra de dúvida, a maior solução do problema de transporte no Brasil, porque é o mais barato, e nós podemos, realmente, conseguir melhorar a nossa produção, transportar por

um frete mais barato e exportar para os países consumidores.

Essa é a minha fala. Vamos sempre tratar este assunto aqui na Casa porque é muito importante para o País e para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Ribeiro, eu e o Heráclito Fortes vamos dar uma missão a V. Ex^a. Tocantins e Piauí se limitam, é um estreito limite, mas nossa história nos liga muito. Então, a V. Ex^a, que vai abraçar e aplaudir amanhã o Presidente da República, nós Senadores pedimos que lembre ao Presidente que, no Estado vizinho ao seu, o Piauí, estão transformando a pouca floresta que temos em carvão. É denúncia do Ministério Público. E que o Pronaf... Há uma seca lá. Setenta e duas cidades pediram emergência, e eles não puderam pagar. Então, que o Presidente, na sua generosidade, que ele tem mostrado ao mundo todo – é dinheiro para a Venezuela, Cuba, Bolívia, é dinheiro para banqueiro –, perdoe nossos pequenos agricultores. Estamos confiantes de que V. Ex^a não vai esquecer essa reivindicação do Piauí, minha e do Heráclito. São três, lembre-se.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Pode deixar que eu falarei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estão transformando nossa pequena floresta em carvão. O próprio Governo do PT está vendido para empresas grandes, denunciadas pelo Ministério Público. E cortou o Pronaf, dinheiro do pequeno agricultor. Há uma seca, por isso eles não puderam pagar. Não se corta dos poderosos, mas, dos pequenos...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Já que V. Ex^a me dá essa missão, vou tocar no assunto com o Presidente. Tendo oportunidade, tratarei do assunto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é muito querido no Tocantins. Tenho informação de que V. Ex^a ganhou quase todas as eleições lá. Mas também no Piauí V. Ex^a é muito querido.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra esse, o maior, o extraordinário Senador da República do Brasil...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, antes, permite-me apenas um registro?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, então, outro Senador do Rio Grande do Sul,

Sul, Paulo Paim, que deixou o plenário e entrou agora na praça e na rua, na campanha em defesa do salário dos aposentados brasileiros.

Pela ordem, Senador Paim; em seguida, como orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com certeza era o Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon permitiu porque quero só fazer um registro.

Senador Mão Santa, hoje, em Canoas, haverá, no Colégio Cristo Redentor, Destaque 2008 para os alunos.

Serão homenageados os atletas CCR pelo Deca Campeonato nas Olimpíadas Luteranas: os Comunicadores e Equipe de Rádio CCR; os alunos que foram premiados na Feira de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul (Fecitep); os alunos destaque na produção de curta metragens, teatro e música.

Como fui convidado, Sr. Presidente, não como destaque, mas porque eu ia entregar um prêmio a um dos alunos, e como não poderei estar presente, quero registrar o belo trabalho do Colégio Cristo Redentor dizendo que, como o meu filho Paulo Renato Paim Júnior estará lá e será um dos homenageados, sinto-me como se lá estivesse. Cumprimento todos os que estão organizando o evento, pais, alunos, pelo momento bonito, pelo momento mágico, o encontro de gerações que se vai realizar hoje no Colégio Cristo Redentor, em Canoas.

Termino com a última frase: É como se aí eu estivesse! E estejam certos de que meu coração e minha energia positiva estarão acompanhando vocês. Isso é de alma.

Encaminho para o registro de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero registrar convite que recebi para participar da Noite dos Destaques/2008/Colégio ULBRA Cristo Redentor que vai acontecer hoje.

Serão homenageados os atletas do CCR pelo DECA Campeonato nas Olimpíadas Luteranas; os Comunicadores e Equipe da Rádio CCR; os alunos que foram premiados na FECITEP (Feira de Ciência e Tecnologia da Ed. Profissional do Estado do Rio Grande do Sul); os alunos destaque na produção de curtas metragens, teatro e música.

Sr. Presidente, fui eleito padrinho da Rádio CCR e quero aqui, de público, fazer meu agradecimento e dizer que me sinto muito honrado com isso!

Quero também estender meus cumprimentos e meu forte abraço a todos os alunos homenageados, aos pais que estarão participando desse momento tão especial, tão bonito.

Quero deixar meus cumprimentos ao Colégio Cristo Redentor que é sempre tão eficiente em sua missão de educar.

Lamento muito o fato de não poder estar presente ao evento pois o trabalho que estamos realizando em torno de questões como os aposentados, a violência contra as mulheres, o trabalho pelas crianças, pelos jovens, pela educação profissionalizante, pelos moradores de rua e tantas outras frentes de batalha me impede de poder compartilhar deste momento com vocês.

Na verdade eu me sinto representado aí com vocês neste momento mágico, neste encontro de gerações, entre os homenageados e seus pais, pelo meu filho Paulo Renato Paim Júnior.

Fico muito feliz com o meu filho Júnior, pois ele é um jovem muito engajado nas questões sociais. Entre as atividades que ele realiza está a ajuda, por exemplo, aos jovens do Bairro Guajuviras, em Canoas, no combate às drogas.

É como se aí eu estivesse! E estejam certos de que meu coração e minha energia positiva estarão acompanhando vocês.

Um forte abraço a todos!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido. Queremos cumprimentar o seu filho e toda a mocidade estudiosa de Canoas.

Continua o Rio Grande do Sul: Pedro Simon.

Esse Rio Grande do Sul é fantástico, esse Rio Grande do Sul está atraindo todo mundo; atraiu até uma filha minha que quer lá estudar agora, viu, Pedro Simon?

V. Ex^a tem obrigação de reviver Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas, o pacifista João Goulart, e pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. Isso engrandece este Senado e a República do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Falando em João Goulart, Sr. Presidente, estamos exatamente festejando – festejando não! –, louvando mais um ano da morte de João Goulart.

Foi exatamente em 6 de dezembro que Jango apareceu morto. As notícias foram de enfarte, mas, surpreendentemente, a Argentina não fez nenhuma autópsia, e nós pedimos ao Governo brasileiro, que também não fez.

Há notícia muito grave falando de assassinato do Presidente; um uruguai que está preso numa penitenciária do Rio Grande do Sul conta que ele teria participado de um esquema para assassinar o Presidente João Goulart.

Uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul está levantando essa tese – perdão –, está fazendo esse estudo, para se descobrir o que na verdade aconteceu.

Hoje está provado que o gesto do Presidente João Goulart de não resistir foi de uma responsabilidade extraordinária. Porque se ele tivesse feito o que alguns queriam, e é só a gente ler o livro do ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, onde ele conta que a 4^a Frota – que querem recriar agora – estava aqui num bar brasileiro, pronta para intervir e louca para que o Presidente João Goulart resistisse, porque a qualquer sinal de resistência iniciariam a invasão e nós teríamos o Brasil do norte e o Brasil do sul, como a Coréia do Norte e a Coréia do Sul. E eu ainda espero que se faça o devido estudo e se dê a devida resposta às notícias dramáticas com relação ao que teria sido o assassinato do Presidente.

O senhor não calcula, Sr. Presidente, como é que foi o enterro do Presidente Jango. Primeiro, o Governo não queria deixar vir, depois, com o nosso esforço, o Governo liberou a vinda, mas o carro que trouxe o corpo passou pela ponte Uruguiana/Paso de los Libres a 120km/h, chegando a São Borja com a determinação de que o corpo, em dez minutos, teria de ser enterrado. E todos os agrupamentos do Exército, naquela região – Uruguiana, Alegrete, Santiago, São Borja, Quaraí, Itaqui – estavam em São Borja. O corpo, da estrada para chegar ao cemitério, tinha de passar pelo centro da cidade. E, quando passou pelo centro da cidade, o povo todo estava esperando. O esquema que nós fizemos, realmente, muito dramático e muito positivo. Quando passou em frente da igreja, que estava fechada, de repente, o povo invadiu, fez parar o carro, pegou o caixão, as portas da igreja se abriram, e colocaram na igreja o corpo de João Goulart. E lá ficou. Nosso argumento foi esperar João Vicente, seu filho, que estava na Inglaterra e ainda não tinha chegado.

Depois, a determinação era que o corpo fosse levado da igreja até o cemitério em carro fechado. O

povo entrou. Era uma multidão incalculável. Metade era povo, metade eram soldados do Exército. O povo pegou o caixão e fomos caminhando da catedral até o cemitério. No cemitério, também à revelia, eu fiz um pronunciamento. Falei em nome do Brasil. Quando terminei de falar, passei a palavra ao Dr. Tancredo Neves, que estava lá, ex-Primeiro Ministro de Jango. Ele também falou. Só depois disso, nós o enterramos.

A missa de 7º dia, na catedral de Porto Alegre, foi cercada por tropas do Exército. A quantidade de gente era imensa, muito maior do que a capacidade da catedral. De repente, o Exército começou a bater no povo. Foi batendo e, inclusive, entrou na catedral. Jovens apanharam na catedral de Porto Alegre, em uma missa pela morte do ex-Presidente, rezada pelo Cardeal Dom Vicente, onde foi dito da mágoa e do pesar pela morte do Presidente.

Por isso, Sr. Presidente, quando vejo os Estados Unidos falarem novamente na criação da 4º Frota, eu pergunto para quê? Naquela época, realmente o Cone Sul era a mancha mais negra no mapa da humanidade, a mancha mais negra no mapa da humanidade: Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina, ditadura, tortura. Lá nos Estados Unidos, tinha uma fábrica de torturadores, os oficiais iam daqui, do Cone Sul, para aprender o que mais brutal existia de violência e tortura. E foi nessa época que a 4º Frota teve seu auge.

Por isso, Sr. Presidente, o Sr. Bush diz que o grande arrependimento dos oito anos de seu governo foi ter determinado a invasão ao Iraque, quando os dados do Departamento de Estado não eram verdadeiros, não eram corretos. Mente o Presidente Bush, porque está provado que, quando ele determinou a invasão, já se sabia que o Iraque não estava fabricando armas nucleares nem armas químicas.

Quando dos Estados Unidos determinaram a derrubada de Bustani, o Embaixador do Brasil, que na ONU era responsável pelo combate à proliferação de armas nucleares ou químicas, isso se deu porque o Sr. Bustani, na Presidência, tinha conseguido do Governo do Iraque a concordância de que poderiam fazer a fiscalização total no Iraque. Eles iriam fazer, iriam provar que não havia armas, mas os americanos não queriam a prova de que eles não as tinham. Tanto é que fizeram uma reunião escandalosa, imoral, indecente, inclusive pagando as passagens, em época fora de período, para reunir os membros da Comissão para afastarem o Sr. Bustani.

O Bush deveria pedir desculpas ao Bustani, deveria pedir desculpas ao Brasil, pelo brutal gesto ame-

ricano de afastar um homem honrado de uma posição importante.

Por isso, Sr. Presidente, acho que estamos vivendo uma hora muito importante na história da humanidade. É claro que é um exagero. Exagero, não, verdade, mas que não deveria ser afirmada com tanta convicção. Quando a futura Secretária de Estado, Srª Clinton, diz: O mundo precisa dos Estados Unidos, e os Estados Unidos precisam do mundo... Os Estados Unidos precisam do mundo porque precisam de petróleo, de matérias-primas, e o mundo precisa dos Estados Unidos porque todo o poder está nos Estados Unidos. É uma vaidade muito grande. Poder-se-á dizer, hoje, que o mundo precisa menos dos Estados Unidos do que ontem.

Poder-se-ia dizer que hoje, o que eu considero o fato político mais importante do fim do século passado, dos últimos séculos, é a unificação da Europa, a criação do Parlamento e da Confederação Européia que nós estamos vendo nessa crise, dá para imaginar como seria essa crise na Europa se não existisse o Parlamento, se não existisse a União Européia? Cada um por si lutando... A França com o franco francês, a Inglaterra com a sua libra, a Alemanha com o seu marco, cada uma defendendo o seu espaço.

Hoje, não, hoje a Europa responde unida à crise americana. Hoje a Europa é uma entidade que tem, praticamente, a força e o poder econômico dos Estados Unidos. E a Rússia está lá, a China está lá, a Índia está lá e o Brasil está chegando lá.

Mas não há dúvida de que os Estados Unidos são essa grande potência.

E é por isso, Sr. Presidente, que nós acreditamos que há de se conferir uma expectativa na posse do Sr. Obama. Há de se ter uma expectativa. Não, por amor de Deus, eu não vi, ao longo do tempo, nenhum grande gesto dos Estados Unidos em prol da humanidade. Nem para resolver o problema da fome no mundo, nem para resolver... Ao contrário: algumas das grandes crises do mundo foram insufladas pelos Estados Unidos. Oriente Médio: foi no Governo Clinton. Ao final do seu Governo, praticamente, havia um entendimento – em véspera de se entenderem – entre Palestina e Israel. Os dois chefes de Estado ganhando o Prêmio Nobel conseguido ali, nos jardins da Casa Branca. A primeira coisa que o Bush fez, quando assumiu, foi deteriorar, esfriar as relações, numa demonstração clara de que não interessava aos Estados Unidos a paz no Oriente Médio.

Não, os Estados Unidos não têm uma história de paz e de entendimento. Eu diria que o primeiro

presidente, nos últimos tempos, que veio com uma mensagem assim é o atual presidente eleito, o Presidente Obama.

Eu não esperava...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro, um instante. Eu estou lendo o livro *A Audácia da Esperança*. É o segundo dele, do primeiro eu vou atrás. Estou gostando muito. Ele se firmou aí. Ele ganhou da Hilary Clinton porque ele não votou, não: ele defendeu a tese de que não devia ter a guerra e que não tinham prova suficiente para isso. O Obama!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que é verdade. Tem razão, V. Ex^a. Por isso, digo e repito: é importante a gente torcer ou rezar para que dêem certo pelo menos as grandes teses que não vão contra os interesses nem da economia, nem do povo, nem da soberania... Soberania, não, da potência americana. Repito aqui: é o caso de terminar com o bloqueio de Cuba.

Estou nesta tribuna voltando a esta matéria porque os jornais de domingo dos Estados Unidos publicaram que há uma imensa maioria dos Estados Unidos a favor de terminar com o bloqueio. Pesquisas feitas pelos grandes jornais mostraram que o povo americano... E o que é mais interessante, a imensa maioria dos pesquisados na Flórida, onde estão os cubanos, é favorável a terminar com o bloqueio. Está aí uma decisão que o Presidente Obama pode tomar com a mais absoluta tranqüilidade.

Coitado do nosso amigo Fidel Castro. Ele chega a se oferecer para falar com Obama. Não creio que seja ou não necessário.

Terminar com o bloqueio é uma grande medida. Terminar com aquela penitenciária maldita, que é uma das maiores chagas da história do mundo moderno...

É uma vergonha, uma humilhação! Eu não me lembro de nada semelhante; nada, nada semelhante na história do mundo. Lá, no território de Cuba, um território americano – nem sei como –, onde o cidadão é preso sem nenhum processo, nenhuma denúncia, sem nenhuma decisão judicial, sem nada, sem direito à defesa, sem direito à coisa nenhuma, com tortura permanente e constante! Isso tem de fechar! Tem de fechar! A brutalidade no Iraque tem de acabar.

E a Quarta Frota... Não digo que o Presidente Obama tenha condições de, pura e simplesmente dizer, que não vai criar. Mas ele pode suspender, transferir, deixar sobrestado. E tenho certeza de que adiante Sua Excelência não criará a Quarta Frota.

Eu volto a dizer, Sr. Presidente, que fiquei com inveja, cristã, mas fiquei, do processo americano de escolha do Presidente. E fico comparando com o nosso Brasil.

Como é triste!

Hoje, o *Jornal do Commercio* publica entrevista do Senador Paulo Brossard, um homem extraordinário. Peço a transcrição da matéria nos Anais do Senado.

Freqüentemente, junto com nosso grande Deputado Jorge Uequed, nosso amigo comum, que nos honra com a sua presença, nós nos reunimos em jantares para aprender. E como a gente aprende! Além de todas as qualidades, que são fantásticas, que o Brossard tem, ele é um prosador espetacular e tem uma memória invejável.

O Brossard conta; contando, diz o que pensa; dizendo o que pensa, ele ensina. Hoje, ele está dizendo, no *Jornal do Commercio* – é a manchete principal – que “no Brasil os partidos políticos não existem”. É uma triste realidade!

Quando o Ato Institucional nº 2 terminou com os partidos políticos, criou dois que fariam as vezes de partidos políticos: Arena e MDB. Eles não eram partidos políticos; faziam as vezes de partidos políticos!

Posso dizer que o MDB chegou a ser um grande partido político! E quando ele estava atingindo o seu auge, uma lei o extinguiu. E estão aí esses partidos. Acho que o Brossard tem razão: não existe partido político no Brasil.

O grande escritor português Salamanca diz a mesma coisa: no Brasil, os partidos políticos não existem. Havia um: o PT. Não sei o que aconteceu com ele. Concordo com o fato de que o PT, como Oposição, era um grande Partido: idéias, conteúdo, princípio, ideologia, garra, liderança... Ele tinha tudo. E com essa garra, com essa luta, com essa liderança, com esse espírito público, chegou lá, à Presidência da República.

Antes de chegar à Presidência da República, realizou um trabalho magnífico na Oposição. Lembro-me de que, nesta Casa, era uma oposição profunda, de conteúdo, real, justa... Algum exagero? Sim. Não votar no Tancredo para Presidente da República? Então eles queriam o Maluf? Porque, se todo mundo seguisse o que queria o PT, que era não votar no Tancredo, todos estariam votando no Maluf. Não votar a Constituição? Mas o que é que eles queriam? Que ficássemos sem Constituição? Que a Constituinte não desse em nada? Alguns exageros, mas um grande Partido!

Chegou ao Governo. Até eu digo que o Governo tem coisas boas. Não dá para deixar de reconhecer que o Lula tem coisas boas no seu Governo, mas o PT,

este desmoronou. Como Partido, como bandeira, como história, como conteúdo, não tem, não existe!

É verdade que a situação é meio complexa. A gente olha para o mundo e fica perguntando: se não há mais Esquerda, se não há mais Direita, não há mais comunismo, como é que se vai definir o partido político? Mas há princípios.

Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, o bom de ouvir os seus discursos é que a gente tem também aula de história contemporânea deste País e até do mundo. Mas há algumas análises que merecem reflexão. Por exemplo, a de que o Brasil não tem partido. A sensação, ouvindo sua fala, é que, no Brasil, o Governo “come” o Partido. Chegou ao poder, o partido se acaba. Nós tivemos um partido muito forte aqui, com nitidez, com clareza, com combatividade, chamado MDB, mais do que o PT. Porque ali havia risco de cassação, havia risco de prisão... Quantos não “foram desaparecidos”? Chegou ao poder, aí a gente viu que se esfacelou como unidade partidária diante de princípios, com o senhor falou. O PSDB foi um Partido que surgiu do MDB, do PMDB. Quando o MDB, ao chegar ao Governo, se descaracterizou, um bom grupo que havia ali saiu e criou um outro partido. Chegou ao poder e se descaracterizou. Agora, o PT chegou ao poder e se descaracterizou. A impressão que se tem é que, ao sermos um País com uma casta de privilegiados, essa casta de privilegiados governa para ela, não para o conjunto do País. E o PT, que, sem dúvida alguma, é um Partido que tem a característica dos trabalhadores, não era do povo; era um Partido dos trabalhadores. E no Brasil, os trabalhadores do setor moderno já representam a parte de baixo da cúpula da pirâmide social do País. Então, governa para essa casta, mesmo que ali dentro estejam os trabalhadores diferenciados dos capitalistas, com a diferença que deve ser lembrada: a generosidade maior em relação à camada de baixo, através de programas sociais iniciados pelo PSDB. Aliás, se formos mais longe, veremos que foram iniciados pelo Presidente Sarney, com o programa de distribuição de leite. Mas continua sendo um partido que, ao chegar ao Governo, passa a servir a um projeto, não à transformação para outro projeto. Não o fez. Junta-se a isso a crise geral das idéias no mundo inteiro, em que os padrões, as referências importadas – que, por isso, não eram boas para o Brasil – também se desfazem, e, ao se desfazerem, os partidos aqui ficam perplexos. Tenho insistido que considero o Governo do Presidente Lula um governo melhor que os anteriores em relação aos interesses do País: na

economia, pelo sentido de responsabilidade que mantém e que eu sempre defendi, mesmo quando eu era do PT e o PT era contra; na política, pela capacidade incrível do Presidente Lula de aglutinar e o exemplo são os 70% que ele tem de apoio popular; no social, pelo lado generoso que o Governo representa ao ampliar os programas sociais de Fernando Henrique Cardoso e chegar a uma massa maior. Na política externa, considero que é o governo mais progressista que já tivemos e é o ponto mais progressista do Governo Lula. Agora – aí é que vem a descaracterização dos partidos –, há um ponto que é um retrocesso no Governo Lula. Em função das suas qualidades, ele provocou um retrocesso ideológico no Brasil: acabaram-se os debates. Todo mundo está a favor!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só repare V. Ex^a uma coisa.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Diga.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a está falando no Governo Lula.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Claro, porque eu disse que o Governo comeu o Partido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu volto a repetir a V. Ex^a: acho que, no Governo Lula, têm muitas coisas positivas.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu falei.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No PT, não. O PT se esvaziou dentro do Governo.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tem nada que represente o PT. E vou a reunião da Convenção do PT, do Diretório do PT, da Bancada do PT... Quer dizer: o PT desapareceu.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Volto a insistir: desapareceu porque foi comido ao ser Governo. Há pouco eu estava conversando com a presidente da União Nacional dos Estudantes e notei que ela tinha escrito, em seu braço, como uma dessas marcas que ficam: “não vou me adaptar”. Eu disse: “Pena que os da minha geração também não escreveram no braço uma frase como essa e se adaptaram todos ao chegarem ao Governo”. Esse é o problema. Adaptam-se porque servem à parte de cima da pirâmide, mesmo os trabalhadores que participam dessa parte de cima. A prova é agora. Quando há uma ameaça de desemprego no setor automobilístico, há recursos imediatamente canalizados para lá. Mas quando falamos em colocar crianças na escola, todo mundo pergunta de onde viria o dinheiro. No entanto, ninguém pergunta de onde vem o dinheiro para colocar na salvação da

indústria automobilística. E não estou dizendo que sou contra isso. Mas sou contra não ter para o resto. Então, os governos comem os partidos.

E comem os partidos porque eles não têm, como V. Ex^a disse, princípios nem projetos, e muito menos projeto transformador. O MDB tinha um projeto transformador: da ditadura para a democracia. Esse foi um projeto transformador. De lá para cá, não houve mais nenhum projeto transformador. O próprio PT – e como um membro do PT, eu sempre disse – era um guarda-chuva de corporações, que oferecia tudo que cada corporação pedia, sem oferecer nada para a soma do País inteiro. O discurso do Lula, por exemplo, é um discurso para as mães do Bolsa-Escola, para os meninos do ProUni, para o setor bancário, para a indústria automobilística. E com a genialidade que ele tem, vai compondo esse quebra-cabeça que são esses diversos setores da sociedade brasileira, mas não para o conjunto. É uma aglutinação temporária. O Presidente Lula aglutinou o País, tanto que não é nem uma oposição de fato, do ponto de vista programático. A oposição que vemos aqui é crítica; não é programa alternativo. Então, ele aglutinou, mas sem um projeto. E é uma aglutinação que, quando ele sair, desaparecerá. Quando ele sair, a CUT volta para a rua, os estudantes voltam aos protestos. Não houve uma aglutinação em torno de um projeto; é uma aglutinação em torno de um líder carismático. Isso é que faz triste o futuro da política no Brasil, porque uma política baseada em líder carismático não é uma política que possa vir a fazer um Brasil grande, porque os líderes carismáticos ficam velhos, morrem, saem do poder porque só têm dois mandatos, felizmente – péssimo se tivessem três, quatro, cinco. Nós não temos partido. E concluo lembrando que, em função disso, sua proposta de haver prévias seria uma coisa fundamental. E quero lhe dizer que V. Ex^a inspirou um caminho. Sexta-feira, estive no Rio de Janeiro com todos os reitores das universidades particulares e públicas. Eles vão fazer as prévias que V. Ex^a sugeriu. É claro que vão fazê-las sem nenhuma autoridade partidária, mas vão convidar líderes de partidos e os partidos, se quiserem indicar, para debaterem o futuro do Brasil. Espero que V. Ex^a seja um dos convidados. Na reunião – que não foi para isso, obviamente, mas surgiu esse assunto –, lembrou-se de que foi uma inspiração sua haver prévias. E eu disse: “Já que os partidos não fazem prévias, por que as universidades não as fazem?” E prévias como as candidaturas do MDB antigo. Como se chamavam? Não era candidatura de protesto; eram as candidaturas alternativas, as candidaturas para marcarem posição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Anticandidato.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Os anticandidatos. Façamos os “antipré-candidatos”, dentro da linha que V. Ex^a sugeriu, formalmente, nos partidos. E falamos disso antes, quando o Senador Paulo Paim estava discursando. O Senador Paulo Paim deveria disputar, não porque defende os aposentados, mas porque representa uma linha alternativa para este País. E que o PT mande outros também. As pesquisas de ontem mostram como está sendo necessário isso. Só há um candidato forte, que é o Governador Serra; mais nenhum. Por quê? Porque há um vazio total desse outro lado aqui. Eu não disse nem de esquerda nem de direita, porque o Serra é mais de esquerda do que muitos dos que, hoje, se dizem de esquerda. E vamos falar com franqueza isso. Digo o Bloco do Governo e o Bloco da Oposição. O Bloco do Governo não tem. E se não tem, por que não fazer prévias nesses partidos, como V. Ex^a sugere? Essa seria uma maneira de fortalecer os partidos, sim, a partir de baixo e não a partir de cima, como ocorre hoje, quando o partido escolhe quem vai ser o candidato e pronto. Não se discute o porquê, para quê nem como.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, acho que foi muito oportuno.

V.Ex^a salientou muitos aspectos positivos do Governo Lula, com os quais concordo. Concordo que, em nível internacional, o Governo está tendo uma presença positiva. Concordo que, em nível internacional, a aproximação do Brasil com a China, com a Índia, com a África do Sul e, inclusive, com a Rússia, o chamado Brica, é muito positiva. Concordo que a posição de independência na hora de debater, discutir e analisar é muito positiva. Mas também reconheço uma coisa: o PT ficou isolado.

Há até algo que se analisa e que não sei se é correta: há uma diferença hoje entre o Governo Lula com a Dilma e o Governo Lula com o antigo Chefe da Casa Civil, sendo que o antigo Chefe da Casa Civil era um homem partidário, do comando, da direção partidária. Era o PT que estava na Casa Civil. A Sr^a Dilma é uma figura muito importante, mas não é da luta diária, do comando partidário. O Ministro anterior quase levou o Presidente Lula ao *impeachment*. Hoje, no entanto, a situação é completamente diferente. Completamente diferente!

Então, repito: o PT desapareceu. Não há um ato, uma ação, uma política do PT. O que há no PT hoje é o Senador Paulo Paim defendendo as idéias, o pensamento, a doutrina, o que era a história do PT. E o

Senador Paulo Paim quase que é uma figura olhada com restrições por parte do Governo. Mas o Senador Paulo Paim está defendendo a memória do PT.

Ninguém está defendendo mais a história do que foi o PT do que hoje o Senador Paulo Paim. Mas onde está o Partido, onde é que está a bancada do PT, onde está o diretório do PT? Não tem.

No campo da ética, aquele PT de oposição, que eu olhava com admiração, com respeito... Aquela firmeza, aquele exagero... Mas era realmente... Ah, se o Presidente Lula não tivesse deixado os princípios da ética do lado de fora antes de ir para o Governo! Ah, se o pragmatismo não tivesse dominado o espírito do Presidente Lula e ele fosse um pouco mais fiel ao seu passado! Como seria diferente a situação hoje!

Eu discordo do Senador Cristovam Buarque em um aspecto. O PMDB, hoje, meu Deus, meu Deus... Não dá para dizer que o PMDB fracassou porque esteve no Governo. Com todo o respeito, meu Senador, o PMDB não esteve no Governo.

Tenho muito carinho pelo Senador José Sarney, acho que ele foi um grande homem, foi um grande Presidente, um grande nome, mas o Sarney nunca se preparou para ser Presidente da República, não estava na sua cabeça ser candidato a Presidente da República, era um Vice de transição, para fazer o entendimento entre a Oposição, que éramos nós, e a maioria que era necessária. E um grupo dissidente da Arena veio para nós e derrotou o Sr. Maluf. De repente, o Sr. Sarney é Presidente. Acho que se saiu bem. Acho que se saiu muito bem. Mas não foi em torno do Dr. Sarney que se fez a criação da Nova República; nem aquela luta de resistência, de transformação que se esperava era para o Presidente Sarney. E aí a disputa entre Sarney e o Dr. Ulysses.

E o grande erro do MDB, meu querido Senador, foi não ter a coragem nem de ter ficado no governo, nem de ter saído do governo. Ficou com um pé dentro e um pé fora, mas nunca fomos governo. Desculpem-me, mas nunca fomos governo. Parte do PMDB esteve no governo, mas todo aquele espírito, aquela luta, aquela garra que se fazia, aquela luta pelas Diretas Já! para derrotar o colégio e eleger o Tancredo, tudo aquilo implodiu, implodiu, e não conseguimos avançar. Tivemos um grande mérito no Governo do Dr. Sarney. O Dr. Sarney, em seu governo, de que tive a honra de participar, fez um grande trabalho. Não podia ser diferente. Mas ele não era o Dr. Tancredo, e pagamos o preço daquele tempo.

O PSDB... Na verdade, a origem do PSDB, meu querido Senador, foi lá em São Paulo. O Sr. Quércia,

com os seus equívocos no governo e suas divergências. Então, do PSDB saiu o “anti-Quércia”, e foi adiante e chegou ao governo. Mas, no governo, com todo o respeito e com todo o carinho... Aliás, com todo o respeito e com todo o carinho, eu olho para o Governo do Fernando Henrique e olho para o Governo do Lula, olho para o PSDB e olho para o PT, e não vejo grande diferença. Volto a dizer: ambos merecem o Líder que tiveram, o Senador Jucá. Ele foi Líder do Fernando Henrique, e é Líder do Lula. E o que é mais interessante: não dá nem para dizer que o Senador Jucá mudou as posições dele. Se vocês olharem os discursos do Senador Jucá como Líder do Fernando Henrique e os discurso do Senador Jucá como Líder do Lula, vão ver que é a mesma coisa. Ele não mudou! Na verdade, ele não mudou, porque não há nada mais parecido com o Governo Fernando Henrique que o Governo do Lula. Essa é a verdade.

Então, o Brossard tem razão quando diz que os partidos não existem. E eu acho que, se nós conseguíssemos realmente fazer uma eleição primária... Olhem o PT. Eu sou fã da Ministra Dilma. Se eu pudesse votar, no PT, para um candidato a Presidente, eu votaria na Ministra Dilma. Digo isso com todas as letras. Acho que o Governo mudou desde que ela chegou ao Ministério. É outro o Governo com ela à frente da Casa Civil. Saiu da páginas policiais a Casa Civil. Eu a vejo com grande admiração. Mas acho que uma coisa é a Ministra Dilma ser imposta ao PT porque o Lula chega e diz “eu quero”. E outra coisa se houver uma primária e ocorrer um grande debate. Acho que ela ganha.

A imprensa está brincando comigo, dizendo que estou fazendo isso porque, na verdade, ela não pode aceitar, porque, se for para um debate desses, ela nunca vai ganhar; só ganha se for imposição do Lula. Não concordo. Acho que ela tem todas as condições de ganhar um debate desses. Aliás, ela mostrou isso aqui na CPI. Quando ela veio aqui, deu um *show*, porque estava armada com a verdade. Ela deu uma explicação e mereceu o aplauso de toda a Comissão do Congresso Nacional.

Se nós do MDB... Reparem que coisa espetacular, que coisa positiva, se de repente o MDB, em vez de ser a “noiva”, como quer o nosso Líder do Governo, resolver participar desse debate. Vamos participar desse debate, vamos discutir. Aliás, concordo com o Senador Cristovam: isso poderá ser feito, e acho que vai ser feito, independentemente dos partidos políticos. Se os partidos políticos não concordarem em fazer esse debate, ele será feito. O Senador Cristovam, praticamente candidato do PDT à Presidência da República,

já disse que concorda. A informação que tenho é que o Deputado Ciro Gomes, praticamente candidato do Partido Socialista, já disse que concorda. A nossa querida Senadora Presidente do PSOL já disse que concorda. Então, podemos caminhar para isso. Muito se espera de V. Ex^a, Senador Paim, mesmo que seja sem ser candidatura oficial, mas para participar em nome dos que defendem uma idéia, um pensamento nesse sentido.

Se a gente percorrer o Brasil e começar a debater, vai ser muito difícil acontecer como aconteceu no MDB na última eleição. O MDB chegou a fazer uma prévia espetacular – ouvi, outro dia, um pronunciamento meu em que eu disse umas vinte vezes a palavra espetacular; tenho que parar; peço aos amigos que, se eu começar a falar, me avisem. O MDB fez uma importante prévia, o Rigotto e o Garotinho. Percorremos o Brasil inteiro. Saiu a prévia, mas o MDB não fez convenção. O MDB marcou a prévia, fez a prévia, mas não fez convenção, porque o MDB não sabia quem ia ganhar, então, ficou um grupo de um lado e um grupo do outro lado, e quem ganhasse ficou de fazer a ponte para trazer o grupo do lado de lá para o lado de cá. Essa é a história.

Se fizermos esse debate e o Presidente Lula concordasse... O PSDB já entrou na Justiça Eleitoral, perguntando sobre a possibilidade de fazer uma prévia – acho que nem precisava ter pedido, porque, se o MDB, há dois anos, fez, por que o PSDB não pode fazer? Mas o que nós estamos tentando fazer é um pouco diferente, vai além da prévia só de partido; seria um grande debate pluripartidário. Seria muito importante.

Repto aqui – e já devo ter falado muitas vezes – o que o Dr. Tancredo dizia. O Dr. Tancredo via com simpatia a sublegenda, não a brasileira, mas a uruguaiã, onde os partidos, todas as frentes percentualmente com prestígio podiam apresentar candidato e sublegenda, e o povo escolhia quem quisesse.

Que bom se a gente conseguisse fazer isso! Que bom se a gente conseguisse fazer esse grande debate! Não apenas na faculdade, na universidade. É claro que, se não der diferente, será numa universidade; aliás, sempre na universidade, mas que bom se eles fossem fazer com os partidos políticos também, com a sociedade também, com as lideranças empresariais e trabalhadoras também. Mudava este País, como mudaram os Estados Unidos. Se não houvesse primárias, quando é que Obama ganharia aquela eleição da Sr^a Clinton? Todo o comando do Partido Democrata estava com a Sr^a Clinton.

Na hora da decisão de votação, há um percentual de votos dos que são chamados os notáveis, que votam na convenção. As primárias elegem um grupo “x”, mas, se os chamados notáveis, como o Presidente Clinton, os nomes que são membros naturais do Partido Democrata, tivessem mantido as posições iniciais – porque, no início, 90% dos eleitores permanentes já eram da Sr^a Clinton –, ela teria ganho a eleição. Mas, na medida em que o povo foi mudando, essa gente também mudou. Na medida em que o povo foi para o lado do Obama, esses líderes partidários acompanharam o povo.

No Brasil, a mesma coisa. No Brasil, a mesma coisa. Por que não fazer isso? Por que não um grande debate?

Tem razão o Senador Cristovam quando diz que hoje a candidatura consolidada é a do Governador Serra. Primeiro por suas qualidades. É um grande nome. E tem razão V. Ex^a: dos nomes que se falam hoje, não digo que não haja ninguém mais à esquerda do que ele, porque, em tese, a Ministra da Casa Civil deveria ser mais da esquerda; ela veio de uma luta muito mais... Se bem que o Serra veio da UNE, da resistência da UNE. Mas é o Governador de São Paulo, é o Prefeito de São Paulo, é o paulista, e é o candidato natural às manchetes dos jornais. Mas, se nós não avançarmos em termos de buscar uma grande tese, uma grande bandeira, o próprio Governador Serra pode ser o candidato, mas não com o mesmo conteúdo se houver uma prévia.

Eu gostaria de ver o Brasil – o Serra, o Aécio, o Cristovam, os homens que representam os partidos os mais variados – numa grande discussão nacional, num grande debate empolgando este País, debatendo com profundidade as bandeiras e as teses da realidade brasileira.

Vou encerrar, Sr. Presidente, porque alguns colegas estão com a disposição de falar – o que é bom nesta segunda-feira. E eles fiquem tranqüilos, porque V. Ex^a fica aqui até às 22 horas, não tem nenhum problema. Mas eu agradeço, Sr. Presidente, e volto a repetir: vale a pena se nós tivermos esse movimento em torno da realização de um grande debate nacional, envolvendo a próxima sucessão.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para Brossard, partidos

**Guilherme Kolling
e João Egydio Gamboa**

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Paulo Brossard de Souza Pinto não acredita que a reforma política que está sendo discutida no Congresso Nacional saia do papel.

Ele avalia que há muitas mudanças a serem feitas no País, mas diagnostica que uma das dificuldades é a fragilidade dos partidos políticos que, para ele, existem apenas por rótulos. "Eles foram cuidadosamente extintos. Até porque o brasileiro não se caracteriza por um associativismo", interpreta.

Nesta entrevista ao *Jornal do Comércio*, Brossard faz um apanhado histórico dos acontecimentos que dificultaram a consolidação das legendas, relata a evolução das distorções no financiamento das campanhas eleitorais e aponta as dificuldades de consolidar uma sigla nacional em uma nação tão desigual como o Brasil.

Jornal do Comércio - A Constituição Federal de 1988 completou 20 anos. Na sua avaliação, as instituições brasileiras já estão consolidadas?

Paulo Brossard de Souza Pinto - Depende do conceito de consolidadas que utilizarmos. Sob certo aspecto, estão. Nesse período de 20 anos não tivemos, por exemplo, o que aconteceu nos 20 primeiros anos da Constituição de 1946, quando houve uma série de acidentes, crises. Mas impressiona que as instituições, em parte muito significativas, não funcionem bem. Até vêm sendo deformadas. Vão se aleijando pelo não-funcionamento ou pelo mau funcionamento. Tanto que se fala todo o dia em reforma política.

JC - Nas cinco legislaturas passadas esse tema é discutido e não há um consenso. Os partidos políticos não se entendem sobre essa reforma.

Brossard - Os partidos existem?...

JC - É uma outra questão, o enfraquecimento dos partidos...

Brossard - Realmente, os partidos existem apenas por rótulos. Eles foram cuidadosamente extintos. Até porque o brasileiro não se caracteriza por um associativismo - por um motivo ou por outro, isso não existe. Curiosamente, no Brasil, no tempo em que não havia nenhuma exigência legal ou regulamentar, relativamente nada, a vida dos partidos se formou.

JC - Como?

Brossard - Quando o Brasil saiu do absolutismo, tornando-se independente, o que havia de vida partidária? No Primeiro Reinado, na medida em que

o Parlamento começou a se formar, formaram-se também os grupos antagônicos. Os partidos eram muito limitados. Depois se estabeleceu o período da Regência - de 1831 a 1940, quando os partidos começaram a se organizar, processo que se prolongou até o fim do Império. O partido Liberal e o Conservador. Com algumas mutações, ajustamentos, mas não havia nenhum artigo de lei, decreto, um regulamento sobre isso.

JC - De que forma aconteceu esse processo de extinção dos partidos?

Brossard - A República destruiu os partidos nacionais, porque cada partido era estatal. Em 1930, os partidos não foram extintos oficialmente, mas foram grandemente mutilados, de 1930 a 1934, quando o País voltou à normalidade. Mas essa normalidade durou escassos três anos e ainda foi prejudicada pela Intentona Comunista (1935), que foi uma das coisas piores que aconteceram no Brasil.

JC - Até veio o Estado Novo.

Brossard - No Estado Novo (1937-1945), os partidos foram extintos. A atividade partidária passou a ser ilícita. Em 1945, a lei eleitoral, editada por decreto-lei, estabeleceu que os partidos seriam nacionais. Eles não foram nacionais, mas se restabeleceram pelo menos em dois partidos maiores e, depois disso, houve uma espécie de força centrífuga. Começaram a se separar, dividir. Até que em 1964, ou seja, quase 20 anos depois, os partidos estavam se aproximando. Mas, na metade de 1965, uma lei estabelecia o que hoje se chama cláusula de barreira. Eram 14 partidos existentes: dois grandes, dois médios e os outros eram pequenos, alguns inexpressivos. E chegou o 27 de outubro, veio o AI-2 e os partidos foram todos extintos.

JC - Uma série de interrupções no desenvolvimento das legendas partidárias.

Brossard - Quer dizer, primeiro havíamos passado anos sem partidos. Depois voltaram

a existir e foram novamente proibidos. De 1937 a 1946, um período que passou em branco. E de novo, ficaram ativos de 1946 até 1964, menos de 20 anos...

JC - De novo descontinuidade.

Brossard - E partido é uma coisa extremamente delicada. É como uma planta que, às vezes, cresce e, às vezes, não. Às vezes, deita raízes, frutos e sementes e, às vezes, não. E é uma casa aberta... Eu fui deputado porque quis ser. Ninguém proíbe que eu saia pela porta que entrei e que não volte mais. Ninguém. Tem a liberdade de entrar e tem a liberdade de sair. Eu comparo o partido até com uma ramada, que tem uma cobertura e não tem paredes. A entrada e a saída são livres. Enquanto estão ali, tem a proteção do sol e da chuva. Só isso.

JC - E depois, como ficou nesse período dos anos 1960?

Brossard - Como os partidos tinham necessidade da eleição, foi determinada a criação de duas entidades provisórias, com atribuições de partidos políticos. Como o resultado da eleição foi muito bom para o governo, eles transformaram provisório em definitivo. E, mais do que isso, o definitivo também em eterno. No entanto, não pensaram que os tempos mudam... Uma entidade que deveria ser eterna começou a declinar, como é natural. E a outra começou a crescer. Então, isso já não servia mais. Quer dizer, num País que já não tem essa capacidade associativa rigorosa, tendo essa descontinuidade.

JC - Mas e no período mais recente?

Brossard - Quando extinguiram pela segunda vez, fizeram a liberdade total de organização partidária. Bastava escrever um programa num papel, registrar e levar ao Tribunal Eleitoral. Pulverizaram. Foi uma maneira de quebrar a hegemonia daquela oposição que tinha se solidificado naquele período de 20 anos de perseguição de toda a ordem. Após, os partidos foram se afirmado e (pouca gente se dá conta) de fato desapareceram.

JC - E a questão de partidos nacionais?

Brossard - É outra coisa. Partidos devem, nominalmente,

políticos brasileiros não existem

Paulo Brossard de Souza Pinto, 84 anos, nasceu em Bagé, onde realizou os estudos primário e ginásio. Mais tarde, em Porto Alegre, cursou o Pré-Jurídico (1941-1942) e ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, hoje integrante da Ufrgs, colando grau em 1947. A política o atraiu desde cedo, tendo sido eleito deputado estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Partido Libertador, em 3 de outubro de 1954 com 30 anos incompletos e reeleito para as duas legislaturas seguintes, mantendo-se até 1967. Foi líder do PL na Assembleia Legislativa e exerceu o cargo de secretário do Interior e Justiça em 1964, no governo Ildo Meneghetti. Em 1966, foi eleito deputado federal pelo MDB (1967-1971). Foi eleito senador pelo mesmo MDB, depois PMDB para a legislatura de 1975-1983. Em 1978, nas eleições presidenciais, foi candidato pelo MDB a vice-presidente da República na chapa de Euler Bentes. Em 1989, foi nomeado ministro do STF pelo então presidente José Sarney. Em 1991, foi eleito juiz do Tribunal Superior Eleitoral, assumindo a vice-presidência e a presidência do TSE. No STF, também possuía o cargo de vice-presidente em 1993. Brossard é casado, desde 1950, com Lúcia Alves Brossard de Souza Pinto e tem três filhos.

pela lei ser nacionais. Mas não é fácil organizar partidos em termos nacionais. E o Brasil, internamente, a despeito de ter elementos extraordinariamente consistentes e duradouros, é muito desigual, em muitos sentidos, inclusive no partidário. Aqui as coisas são diferentes. O Rio Grande é totalmente diferente de um estado importante, como Pernambuco. São Paulo é um mundo à parte. Minas é outro.

JC - Com todas essas diferenças, como fazer para que a reforma política saia?

Brossard - Olha, há muita coisa a fazer. Agora, se o senhor me perguntar se eu acredito que ela saia, eu digo não sei. Não acredito muito, ou não acredito. Até porque não sei que reforma é. Ai é que está. Qual é a reforma?

JC - Financiamento público de campanha, fidelidade partidária...

Brossard - Vamos por partes. Financiamento público de campanha tem em alguns países. Pode ter aqui. Embora não se acredite muito nisso. Vejo com um certo ceticismo. Fui eleito deputado pela primeira vez (em 1954) porque o partido do governador me elegeu. Na segunda

vez, ainda foi o partido. Após 12 anos de vida partidária intensa e de atuação parlamentar, claro que eu tinha então o meu eleitorado. Foi quando extinguiram os partidos outra vez. E aqueles que estavam investidos de uma função parlamentar passaram a ter que fazer aquilo que era feito pelos partidos, havendo uma deformação, uma fraude. Aí vem o problema do dinheiro. As nossas campanhas eram pobres, mesmo para os partidos que tinham outras facilidades. O candidato tinha que ter a sua caixa.

JC - Criaram-se, então, essas deformações...

Brossard - Durante 12 anos aqui (no Rio Grande) e 12 anos lá (em Brasília), como deputado e como senador, nunca tive um funcionário para mim. Aqui na Assembleia Legislativa, cada partido tinha um funcionário. Primeiro não tinha nenhum. Mas, quando eu fui eleito, já havia um, depois foi crescendo. Na Câmara dos Deputados não tinha uma sala, usávamos muito a sala da biblioteca. No Senado é que eu fui ter funcionários do próprio Senado em meu gabinete, não meus. Hoje, o número de funcionários de cada deputado é respeitável...

JC - Quem é dono do mandato, o partido ou o candidato?

Brossard - Todo o candidato deve estar filiado a um partido e ser escolhido candidato por ele. O mandato não é nem do partido nem do candidato eleito, mas de ambos. É um condomínio. O partido é o primeiro lugar, porque posso ter um número insignificante de votos e ser eleito. De modo que eu posso ser eleito só pelo partido e não por mim. Sem partido, não há candidatura, não há eleição. Então, (o mandato) em primeiro lugar, é do partido, mas não é só dele. É também do candidato eleito. O partido tem o seu capital próprio, assim como o candidato.

JC - Esse tema é tão polêmico que o Supremo Tribunal Federal e o Congresso estão brigando para ver quem regulamenta. O Supremo diz que o Congresso é omisso e o Congresso diz que o Supremo está interferindo...

Brossard - O Tribunal é quem decidiu isso, porque não havia uma palavra sobre o tema. Não é omissão nenhuma. Para que regulamentar? Por que não cumprem a Constituição?

JC - O que o senhor acha

dos candidatos fichas sujas? O eleitor deve saber quem são?

Brossard - Essa história começou com uma associação de juízes e o resultado passou a aparecer. Apesar disso, a maioria foi reeleita. O problema não está lá, nos políticos. O problema é da sociedade que aceita isso.

JC - Existe a tese de que o Rio Grande do Sul tinha políticos melhores. Agora uma pesquisa indica que a própria população gaúcha não acredita nisso. Se fazia uma política melhor antes, mais honesta e hoje não se faz mais ou era um mito?

Brossard - Eu acho que sociedade brasileira baixou muito. O Rio Grande faz parte do Brasil. Foi tolerando, tolerando, tolerando...

JC - Não estamos acima do Brasil, então?

Brossard - Em certos aspectos continuamos, mas não é a mesma coisa.

JC - O senhor foi tido como um dos conselheiros da governadora Yeda Crusius, que passou por uma crise política...

Brossard - Não sou conselheiro. Toda vez que uma pessoa me solicita, eu, com o maior prazer, converso e dou minha opinião. Mas aí eu prefiro não falar...

JC - Como o senhor vê a polêmica da lei das escutas telefônicas, que atingiu o próprio presidente do STF?

Brossard - Há deformações, mas a Constituição é categórica quando estabelece o sigilo e, no entanto, segmentos do governo entram em litígio uns com os outros, da mais alta qualificação na hierarquia.

JC - O juiz manda prender e outro manda soltar (inbrigo envolvendo o presidente do STF, Gilmar Mendes, e o juiz Fausto De Sancti e a prisão do banqueiro Daniel Danta)...

Brossard - Não opino porque não conheço o caso. Há 61 anos que sou formado em Direito e não o abandonei até hoje. Por isso, não opino sem conhecer o caso concreto.

JC - O Rio Grande perdeu Varginha, Ipiranga, Copeus...

Brossard - É pode continuar a lista... Tivemos um sistema bancário bom.

JC - Numa decisão inédita o Supremo acolheu a denúncia de corrupção passiva e prevaricação contra o ministro Paulo Medina.

Pela primeira vez um desembargador vai sentar no banco dos réus. Nesse caso, não parece haver influência do corporativismo. Como o senhor vê esse caso?

Brossard - O Supremo e o Judiciário não tomam iniciativa. Se não houver um procurador

que apresente uma denúncia, o tribunal não pode começar. A Justiça não tem poder. Ela recebe. Isso mostra exatamente como tem havido transformações, como tem havido mudanças. Quem diria que isso pudesse acontecer.

JC - O senhor é a favor da reeleição?

Brossard - Não. Quando comecei essa história fiquei indignado. São 100 anos de República. Nunca alguém pretendeu isso. Nenhum jurista, nenhum político, nenhum escritor, nenhum doutrinador. A rigor são partidos, como o meu, o Partido Libertador, mas no sistema parlamentar, em que o presidente da República era outra coisa, o primeiro magistrado. Depois, todo mundo queria a reeleição. Agora, bendita seja essa iniciativa de acabar com a reeleição.

JC - O projeto de lei que reduz penalidades fiscais para repartição do dinheiro revertido ilegalmente ao exterior está provocando polêmica sobre conflitos éticos e morais neste tipo de anistia. Qual sua opinião?

Brossard - Dependendo, porque vivemos, aqui no Brasil, uma fase de insegurança tamanha em que todo mundo tinha alguma poupança fora do País. Até pode ser dinheiro ilícito, mas pode não ser. Se conseguisse trazer tudo que está fora para cá, seria uma solução.

JC - A crise de 1929 mudou a política. Não podia ser diferente porque a política estava por trás da crise. E, agora, o senhor acredita que essa crise econômica mundial vai colocar um novo modelo de governança mundial em jogo? Estaria no fim a hegemonia dos Estados Unidos? Vai haver uma nova corrida imperialista?

Brossard - Tenho medo de falar sobre isso, porque a única certeza é que eu tenho a esse respeito é que essa crise vai durar muito tempo. Não sei como vai terminar.

JC - O Barack Obama, presidente eleito dos Estados Unidos, se diferencia em vários aspectos dos seus antecessores. Com formação acadêmica mais sólida, estilo mais transparente, propostas de mudanças mais claras e objetivas. Ele é a expectativa para o cenário difícil. Como o senhor avalia o futuro mandato dele?

Brossard - Vamos convir que ele pegou seu país numa crise de não botar defeito. E ele vai enfrentar essa crise. Tem grandes qualidades. Se não, não teria feito esse milagre, um país de segregação, de eleger um negro. Mas, eu acho que ele tem qualidades, mas o tamanho da crise é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, seria o mais forte candidato pelo mais forte Partido do Brasil, o PMDB.

Convidamos para usar da palavra o Senador inscrito, Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu estou inscrito, não estou?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está inscrito, sim.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Depois do Senador Cristovam, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pedro Simon, Cristovam, Mozarildo já falou?

Mozarildo é um dos primeiros inscritos na Casa.

Aí tem João Pedro, Gilberto Goellner... Estava aqui o Heráclito Fortes... E Augusto Botelho está chegando.

Vamos fazer o seguinte: dez minutos para cada um, com prorrogação de cinco minutos, fala todo mundo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Nós não vamos falar o tanto que o Senador Pedro Simon falou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pedro Simon é o Pedro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ele está acima disso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não tem o Pedro lá... Que está na porta do céu. Ele é daqui da porta, ninguém vai...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Senador Paim foi o primeiro Senador nesta Casa que falou do novo Presidente dos Estados Unidos. Devo confessar, Senador Paim, que acompanho com muito cuidado o que acontece com aquele País, até porque morei lá quatro anos. Fui alertado, por algumas pessoas, de que surgia um novo nome, o do Senador Barack Obama, e não dei a devida importância, como o senhor deu naquele momento.

Por isso, falo aqui hoje do Presidente Obama, de certa maneira indo atrás do que o senhor falou, mas de uma maneira diferente. Até aqui o que todos falam é que os Estados Unidos vão ter, graças ao Senador Obama, o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos. Presidente negro graças à sua herança genética

e à sua competência pessoal. Mas eu não quero falar dele como o primeiro Presidente negro, quero falar do desejo de todos nós de termos nele, Senador João Pedro, o primeiro Presidente do século XXI nos Estados Unidos. E vou definir o que, para mim, seria um Presidente do século XXI. O Presidente Bush é não apenas a continuação do século XX, mas até mesmo um retrocesso de um avanço que ocorreu com alguns presidentes do diálogo, Presidentes que foram ao ponto de forçarem a redemocratização, como foi o caso do Presidente Carter. Um Presidente como o próximo Nixon, um homem conservador, que chegou a fazer grandes acordos com a União Soviética, com a China, que levaram a um afrouxamento do risco de hecatombes nucleares. Bush é um Presidente do século XX, um Presidente do passado, um Presidente da arrogância e do exclusivismo norte-americano, da indústria como motor fundamental do progresso, independente das consequências climáticas.

O que eu gostaria de lembrar aqui é como seria um presidente norte-americano do século XXI, que talvez venha ser o Presidente Obama, senão ele será o primeiro presidente negro, mas mais um presidente do passado. A primeira coisa é a idéia de trazer a dimensão ecológica para o projeto civilizatório. Isso significa assinar o Acordo de Kyoto, que até os Estados Unidos não assinaram; significa definir regras concretas sobre o uso dos combustíveis fósseis para evitar o aquecimento global. E veja que quando falo em século XXI, não estou falando esquerda e direita, porque talvez o mais conservador dos políticos norte-americanos hoje é o mais progressista do ponto de vista ecológico, é o Governador da Califórnia, Schwarzenegger, é o mais avançado do ponto de vista de medidas para proteger o meio ambiente.

Eu desejo muito como cidadão do mundo, e lembro que uma vez aqui na TV Senado me perguntaram qual seria o melhor para o Brasil, dos dois candidatos a Presidente, e eu disse: para o Brasil serão iguais, agora, para a humanidade, será melhor o Obama, logo, como o Brasil é parte da humanidade, ele será melhor para nós. Mas, do ponto de vista comercial, das relações entre países, vão ser iguais porque eles defendem o seu país.

Pois bem, Senador João Pedro, creio que o primeiro ponto que gostaria de ver num Presidente para dizer que é o primeiro Presidente do século XXI dos Estados Unidos é a preocupação, o cuidado com o planeta inteiro, do ponto de vista ecológico. Isso ainda falta ver se vamos ter ou não no Presidente Obama um presidente sintonizado com as necessidades do século XXI.

O segundo é o respeito a instituições internacionais que os Estados Unidos se negam a ter ao não aceitarem que a Corte de Haia possa julgar os cidadãos norte-americanos por crimes cometidos no exterior. Soldados norte-americanos não se submetem à Corte de Haia. Vejam que a Corte de Haia hoje está punindo ditadores que cometem genocídios em alguns países do mundo, mas, se esses ditadores fossem norte-americanos, os Estados Unidos não aceitariam o julgamento pela Corte de Haia.

Espero que, com um Presidente sintonizado com o século XXI, em que começamos a definir certos valores internacionais, os Estados Unidos passem a aceitar que o julgamento daqueles que não cumprirem os valores universais sejam punidos por uma Corte internacional, Senador Mozarildo. Esse seria um gesto de um Presidente norte-americano do século XXI.

O terceiro ponto é aceitar, radicalizar e apoiar o cumprimento das Metas do Milênio aprovadas pelas Nações Unidas. Até aqui, embora os Estados Unidos participem da definição das Metas do Milênio, o faz de forma não substancial, não de acordo com a sua importância no mundo inteiro. É preciso que as Metas do Milênio passem a ser um objetivo nítido, claro, concreto de todos os países, mas também do país que é o mais rico do Planeta, pelo menos nessa fase da História. Isso não quer dizer que será por muito mais tempo e não o foi no passado recente.

O primeiro Presidente americano do século XXI, se vier a ser o Presidente Obama, ele vai ter, Senador Mão Santa, de levar em conta que o mundo não pode continuar com a desigualdade crescente que vê, com o abandono sistemático dos pobres do mundo inteiro, especialmente onde estão mais concentrados, na Ásia e na África.

Eu gostaria de ver um primeiro Presidente norte-americano do século XXI, comprometido com a luta para enfrentar o cumprimento das metas do milênio: erradicação do analfabetismo, escolarização das crianças do mundo inteiro, redução da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida no mundo inteiro e em todas as classes, porque por aí todo mundo comemora o aumento da esperança média de vida. Mas essa esperança média é feita assim: as pessoas não sabem, talvez, mas a esperança de vida do dono do escravo era a mesma do escravo. Hoje, a esperança de vida das camadas médias e altas da sociedade é muito maior do que das camadas pobres, Senador Mão Santa, graças aos milagres que o senhor, como médico, sua classe, criou no mundo, mas dividindo a sociedade e as pessoas.

Eu espero que um Presidente nos Estados Unidos, esse primeiro Presidente do século XXI, se for o

Presidente Obama – ainda não está claro se será ele ou se teremos de esperar pelo próximo, – que ele leve em conta que as metas do milênio são um compromisso também dos Estados Unidos.

Eu passo a palavra ao Senador João Pedro para um aparte, antes de continuar relatando o que eu vejo como um retrato de um Presidente que, além de ser o primeiro Presidente negro, como já o é, seja também o primeiro Presidente norte-americano no século XXI, porque o Clinton, que pegou um ano do século XXI e o Bush, que pegou oito anos, não foram Presidentes do século XXI, foram Presidentes do passado, da arrogância norte-americana, foram Presidentes do isolamento em relação às necessidades e aos interesses do mundo inteiro.

Ouço o Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Cristovam, quero concordar com a análise que V. Ex^a está fazendo, por conta dessa esperança mundial do ponto de vista de o Presidente eleito Barack Obama mudar não o rumo mas a história da relação dos Estados Unidos com o mundo. Eu quero colocar, assim de forma muito pontual, cinco medidas que o Presidente Barack Obama vai ter de tomar, sob pena de ele ser o mesmo presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mudando apenas a cor da cara.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Sob pena... E eu espero que, em um ano, ele possa fazê-las, porque foram temas que ele enfrentou no debate. Não concluiu, mas sinalizou. Uma: a presença dos Estados Unidos no Iraque. Ele tem de tomar uma decisão firme acerca da presença dos Estados Unidos naquele país, dessa invasão, dessa guerra absurda.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Pedro, ele já tomou, ele foi contra, ele...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não, não, ele tem de tirar o Exército...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, ele foi minoria...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Está lá uma intervenção sem obedecer à soberania iraquiana. Então, ele tem de tirar o Exército, as Forças Armadas, o Exército norte-americano de lá. Ele tem de rever a postura do Bush em relação ao Tratado de Kyoto, que já está-se encerrando. Os Estados Unidos vão ter de assinar isso. E tem a relação dos Estados Unidos nesse bloqueio econômico contra Cuba, Guantánamo e a questão econômica. Sobre essa crise que começou nos Estados Unidos, em abril, o G-20 vai-se reunir e, com certeza, vai ser construída uma nova ordem, uma nova engenharia do ponto de vista de se estabelecer

novos parâmetros, um novo conceito acerca da presença dos países, não só os do G-20, mas do mundo, em relação à crise econômica. Essas cinco medidas, se o Presidente Obama não tomar para valer, ele será, lamentavelmente, o mesmo Presidente que V. Ex^a não está querendo que seja. V. Ex^a está querendo que Obama seja o novo Presidente, o Presidente do século XXI.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogação.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Ex^a está dizendo: “Obama, a história está com você. Seja o Presidente do século XXI”. Para mim, essas cinco medidas o Presidente terá de tomar, sob pena de se tornar o mesmo Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador João Pedro, mas creio que a parte da economia o Presidente do século XX também tomaria. Roosevelt o fez quando veio a crise de 1929. Qualquer outro faria, de uma maneira ou de outra. Quero radicalizar mais para dizer: este é um Presidente do século XXI. É mais do que recuperar o crescimento. É reorientar o crescimento para dar importância à base da pirâmide, em vez do topo da pirâmide. Ainda não tivemos também um primeiro Presidente do século XXI desse ponto de vista da reorientação da economia. Nesse sentido, sim, estou de acordo.

Quanto a sair do Iraque, acho que essa é uma circunstância que vai ter de acontecer, como outros Presidentes já saíram de outros países. Quero aquilo que realmente signifique outra visão, e outra visão não é apenas sair do Iraque, é respeitar as diferenças que há entre os países, para que não volte a haver invasão desse tipo.

O próprio fim do bloqueio a Cuba poderá ser feito. Isso, para mim, não bastará para dizer: é o primeiro Presidente do século XXI. Eu queria, além disso, um Presidente, cuja doutrina – e os presidentes americanos fazem doutrinas – fosse: nós respeitamos a diversidade como cada povo encontra o seu próprio caminho. E, se tem alguma discordância com algum valor fundamental da humanidade que não é cumprido por um ou por outro país, aí não é dos Estados Unidos o papel de intervir e bloquear, para mudar aquele povo, mas das cortes supremas, internacionais, que já existem. Se um Presidente de um país comete genocídio, há cortes no mundo para poder fazer isso. E, se realmente for preciso, inclusive, em último caso....

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – A ONU foi contra a guerra contra o Iraque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É lógico que todo mundo é contra a guerra contra o Iraque. Isso não está em discussão.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não, para resgatar o papel da ONU, quando V. Ex^a fala dos organismos internacionais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sim, sim, mas eu vou chegar na ONU. A ONU foi contra. Mas, se, por acaso, em alguns casos extremos, algum Presidente comete genocídio, algum crime contra a Humanidade, que as instituições internacionais decidam a intervenção e não os Estados Unidos sozinhos, nem a Europa sozinha, nem o Brasil sozinho.

Eu peço ao Presidente que desconte apenas o tempo dos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas eu quero fazer aqui a defesa do Obama. O Bush foi a favor; o Congresso foi a favor. O Obama, desde o início – e há vários pronunciamentos dele –, foi textualmente contra e disse tudo isso que está acontecendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu peço apenas que desconte do meu tempo os apartes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu estou trazendo a verdade histórica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso. Muito bem. Então, Senador João Pedro, o que vejo como um Presidente do século XXI é a sua capacidade de definir uma doutrina contra qualquer intervenção unilateral de um país sobre outro. E sempre as intervenções têm sido dos Estados Unidos.

Os últimos dois pontos, Sr. Presidente – e peço mais tempo – é o respeito ao multilateralismo, acabar com a idéia de que há uma superpotência capaz de definir o futuro do mundo inteiro. E reconhecer que no mundo hoje há focos diferentes, pontos diferentes, níveis diferentes, poderes diferentes que devem ser respeitados.

Para concluir, creio que o que realmente, Senador Mozarildo, faria do Presidente Obama o Presidente do século XXI seria um novo Plano Marshall social para enfrentar a pobreza no mundo. O que fez de Roosevelt o grande Presidente do século XX foi a capacidade de usar as energias norte-americanas para recuperar os países europeus destruídos, para recuperar a destruição que houve no mundo inteiro. E, graças a um programa econômico de financiamentos e de investimentos, além de dinamizar a própria economia americana vendendo equipamentos, foi capaz de dinamizar as economias dos países europeus. E, em consequência, por meio de diversos organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano, com todas as suas reformações, inves-

tir e provocar o crescimento dos países chamados à época Terceiro Mundo.

Além disso, foram os Estados Unidos que conseguiram influir para que as lutas de libertação de países africanos e asiáticos tivessem êxito. Embora, no caso de alguns, como o Vietnam, os americanos tentaram impedir a libertação, em muitos outros foi uma luta do império britânico com o império norte-americano que permitiu que houvesse, sim, um movimento de libertação, apoiando o Egito a recuperar o seu canal; apoiando países da África para que se libertassem de Portugal, da França, da Bélgica. Foi, portanto, um Plano Marshall que levou à recuperação, do ponto de vista econômico, do mundo, a partir da Segunda Guerra.

Eu veria no Presidente Obama um Presidente do século XXI se víssemos nele a capacidade, a vontade política, a competência técnica de fazer um novo Plano Marshall, social, global, para o mundo inteiro. Um Plano Marshall que diminuísse a desigualdade, que colocasse as crianças na escola, que erradicasse o analfabetismo, que fizesse um grande investimento na área de saúde em países como a África. E que se pudesse dizer, daqui a alguns anos, que os Estados Unidos tiveram não apenas o primeiro Presidente negro, mas que esse Presidente negro foi o primeiro Presidente de um novo tempo que o século XXI nos oferece.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer, agradecendo o tempo que o senhor deu para compensar os apartes, não mais do que os 15 minutos para o meu próprio discurso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os cumprimentos e o aplauso pelo brilhante pronunciamento do professor e Senador Cristovam Buarque, convidamos para usar da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB do Estado de Roraima.

O mesmo critério, Senador: V. Ex^a tem dez minutos com cinco de prorrogação e a admiração de todo o País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu quero também cumprimentar os ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado porque realmente esta tribuna tem alcançado as camadas mais diversas da população brasileira, graças aos meios de comunicação atuais do Senado Federal. Senão, tudo ficava aqui dentro e o que sairia lá fora eram só as notícias, digamos, resumidas e, muitas vezes, não *in totum*, porque não podem ser mesmo, do que se faz aqui.

Eu quero abordar hoje um assunto, Sr. Presidente, já que, depois de amanhã, dia 10, o Supremo Tribunal Federal vai dar continuidade ao julgamento

de uma ação movida pelo Senador Augusto Botelho e por mim contra a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Primeiramente, é bom repetir aqui que nós, de Roraima, não somos contra demarcação de reservas indígenas, até porque essa é a 36^a reserva demarcada no meu Estado. No Estado de Roraima, já se destinou mais de 50% de sua área territorial para reservas indígenas. E aí há de se perguntar: 50% da população é indígena? Não. Menos de 30%. E, ainda por cima, essa população indígena, na sua maioria, mora na capital, Boa Vista, ou na sede dos Municípios ou nos vilarejos. Aldeados mesmo, Senador Mão Santa, talvez não cheguem sequer a 10 mil.

Mas, de qualquer forma, o que se tem que discutir e o que está sendo discutido no Supremo não é demarcar ou não demarcar. Pelo contrário, este Senado, por meio de várias comissões temporárias externas, duas das quais eu tive oportunidade de presidir, estudou não só a questão indígena de Roraima, mas também a de Rondônia, a de Mato Grosso, a de Santa Catarina.

Com relação a Roraima, especificamente à Raposa Serra do Sol, oferecemos um relatório, que, aliás, é de autoria do Senador Delcídio Amaral, que propunha uma solução para demarcação contínua, porém não excludente, isto é, ninguém teria de ser expulso daquela reserva. Não é uma reserva onde só estavam índios. Não! É uma reserva que foi habitada por outras pessoas há mais de três gerações! Que pessoas? Pessoas simples, colonos que foram para lá para plantar, para criar gado, para garimpar, quando era permitido garimpar. Enfim, elas foram ocupar aquelas fronteiras desertas do Estado de Roraima. Tanto é que lá existem três Municípios que envolvem essa reserva.

Até o nome é simbólico, porque a reserva é Raposa Serra do Sol, mas a Serra do Sol está ao norte e a Raposa, ao sul. Até o nome, então, é inverídico, porque é invertido.

Muito bem. A Reserva Serra do Sol foi demarcada para os índios Ingaricós e a Reserva da Raposa, 200 quilômetros abaixo, para os índios Macuxis ou Wapichanas. Ao longo de vários anos, numa ação orquestrada, foram se fragmentando aquelas comunidades que existiam em outras comunidades. Não é que foram surgindo novas, não. Eram comunidades A, tiraram um grupo de famílias dessas comunidades e levaram para outro lugar, para ir ocupando a extensão ao redor das vilas, dos lugarejos. E o que aconteceu? Uma demarcação, ao contrário do que propôs o Senado, excludente, na qual 456 famílias estão sendo expulsas daquela região, de forma indigna, daí por que a nossa reação; quatro cidades estão sendo riscadas do mapa, inclusive uma na fronteira, na linha de fron-

teira com a ex-Guiana Inglesa, a atual República da Guiana; mais outras três, inclusive a última resistência é justamente a vila chamada do Surumu, ou também conhecida como Vila Pereira.

Pois bem. Essa questão vem se arrastando. Nós tentamos resolver essa questão de maneira amigável, mas parece que há uma tendência desse movimento dito “indigenista” (entre aspas), de que só há uma verdade, aquela verdade que os “ongueiros” pensam. Não tem jeito de se pensar em uma outra verdade, até mesmo uma verdade dita por outros índios que não sejam os escolhidos para pertencer a certas ONGs não tem valor. E a prova disso, Senador Mão Santa, é que o Conselho Indigenista de Roraima foi criado e escolhido para ser o porta-voz dos índios, de quem ele não é porta-voz. Existem três outras entidades indígenas que não são ouvidas pela Funai, que não são ouvidas pelo Governo Federal, que não são ouvidas sequer pelo Ministério Público, que ignora a existência dessas entidades que representam a maioria dos índios. Vou citar aqui a mais importante delas: a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima, a Sodiur, que vem insistindo, desde muito tempo, para também ser ouvida, para aparecer aqui quando tem as audiências, mas, quando pede passagem para a Funai, não tem, para a Sodiur não tem.

Eles me mandaram um documento recente, em que, Senador Augusto, pediam passagens para onze índios, já que, anteriormente, a Funai deu a passagem para os índios do CIR virem assistir ao julgamento. Eles queriam vir, mas a Funai simplesmente enrolou, enrolou e não deu as passagens. O Governo do Estado teve de dar essas passagens para estarem aqui hoje sete índios da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima, portanto, índios. Não estou falando aqui de não-índios; estou falando de índios que pensam de maneira diferente. Então, é preciso justamente que essa coisa...

Tenho certeza de que o Supremo vai decidir essa questão de maneira justa – não podia ser diferente – e de maneira que leve em conta os diversos ângulos dessa questão e não apenas um pequeno ângulo obtuso, para, de uma vez por todas, acabar com o sofrimento daquela população que está lá.

Sou um homem que me acostumei, desde cedo, a respeitar as leis e a acatar as decisões judiciais. Felizmente, a decisão vai ser judicial. Não é uma decisão política, porque, infelizmente, na área política, não foi possível construí-la. Mas tenho certeza de que o Supremo vai julgar.

Fico feliz por saber que, pelo menos, agora, já no último ato dessa questão, os índios que não são do CIR estão aqui presentes em Brasília e vão assistir

ao julgamento, para desmistificar essa inverdade que se construiu, de que o CIR representa o pensamento homogêneo de todos os índios daquela região, haja vista que não representa.

Mas além da Sodiur, posso citar outras entidades, como a Arikon, a Alidicir, que também não pensam como o CIR. Espero, de maneira muito serena, que, no dia 10, depois de amanhã, esse julgamento seja concluído e que tenhamos uma decisão final agora irrecorrível. Aliás, só essa ação – que é do Senador Augusto Botelho e minha – tem mais de dois anos no Supremo. Mas existem outras tantas. São trinta e poucas ações movidas inclusive pelas sociedades indígenas que ainda não foram apreciadas. Espero que elas sejam apreciadas no contexto geral e que tenhamos uma decisão que contemple todos.

Senador Mão Santa, não posso conceber que o próprio Governo esteja fazendo a expulsão de brasileiros daquela área de fronteira. Desterrar brasileiros mestiços, inclusive casados, índios e não-índios das suas áreas, na história, só tenho notícia de coisa parecida nos tempos de Hitler e de Stalin.

Eu gostaria de ouvir o Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo, V. Ex^a traz um assunto que está vindo... Vou fazer uma pergunta que faço sempre: por que não fizeram um plebiscito entre os indígenas e os que moravam na Raposa Serra do Sol? Eram bem minoria os não-índios, não chegavam a 5%. Por que não fizeram um plebiscito para saber? Porque o pessoal que manobra o sítio tinha certeza de que perderia o plebiscito. Por isso, até hoje não permitiu que ele fosse feito, para saber o que e como os índios querem. Por que estão misturando todas as etnias numa área só, quando cada uma quer ter a sua área separadamente? Aliás, as próprias comunidades do Raposa e do Contão, que são todos macuxis, querem suas áreas separadas. Daqui a 10 ou 15 anos, se ficar do jeito que está, haverá problemas como há na África com aquelas brigas de etnias.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogação: cinco minutos.

V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, está inscrito para falar em seguida.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Se for feito dessa forma, o que vai acontecer? Não vai ter solução para eles. Vão começar a se agredir. Não se define a área de cada um. Se nós não estivéssemos aqui gritando, tinham acabado até com o Município de Uiramutã. Hoje não

haveria um Prefeito índio eleito lá. Temos um Prefeito indígena eleito em Uiramutã e um Vice-Prefeito eleito em Pacaraima. Quer dizer, retardariam mais o processo de integração dos que querem se integrar. O CIR alega que representa a maioria, mas isso não é uma verdade, tanto que nunca tiveram coragem de fazer um plebiscito. Eles têm o poder mesmo. Sempre. As ONGs que cuidam da saúde indígena, que pegam todo o dinheiro do Governo são manobradas, são dominadas pelo pessoal do CIR. Não é? Então são muitas coisas que prejudicam. E o pior de tudo é a injustiça com famílias que foram para lá há duzentos anos, há cento e cinqüenta anos, estimuladas pelo próprio Governo, na intenção de resguardar o Brasil, de manter a fronteira do Brasil. Os filhos, os descendentes dessas pessoas, são postos para fora, Senador Heráclito, sem receber uma indenização justa, sem ter uma orientação. Ficam desesperados. Com muitos aconteceu isso. E se ficar do jeito que estão querendo essas ONGs, se prepare porque a confusão vai chegar no Piauí, se houver aldeia indígena lá. Se tiver só uma, não dá muita confusão, porque eles só vão ampliar umas quinhentas vezes. Mas se tiver uma aqui e outra a cinqüenta quilômetros de distância, eles vão querer emendar e fazer uma área única. Tenha certeza disso, tenha certeza de que vão fazer no Mato Grosso também. Lá no Amazonas tem muita área, pode fazer que não tem problema, não vai faltar terra, tem terra desocupada demais lá. Mas é esse o problema que vai acontecer aqui no sul do Estado. Então, temos que pensar... Nós precisamos de uma mudança na política indígena. Envergonha-me e me entristece ver morrer Guarani-Caioá a menos de uma hora de vôo daqui da Capital Federal. Morrem de fome. Por quê? Porque a política indigenista de todos os governos, não só o de agora, nunca se preocupou com as pessoas realmente. Os que decidem são aqueles que vivem em gabinetes, que não convivem com os índios e que não têm o sentimento deles. A maioria dos índios do Brasil tem determinação e sabe o que quer; não precisam de nenhuma ONG para falar por eles nem de nenhum estrangeiro falar por eles. Digo isso pelos meus irmãos índios da Raposa Serra do Sol e também pelos de outros Estados que também já sabem o que querem. Temos que elaborar uma política para respeitar os direitos e as vontades dos indígenas e das pessoas que são deslocadas das suas terras e colocadas ao leú.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a colocou um ponto sobre o qual eu insistia muito inclusive durante as discussões diversas e antes mesmo da comissão temporária externa. Por que não se faz um plebiscito (não falo entre os não-índios) só entre os índios de lá?

Porque a maioria dos índios de lá não querem essa demarcação que está sendo imposta, empurrada goela abaixo. Nem estou falando aqui dos não-índios. Se fizesse só entre os índios, o plebiscito seria contrário a essa demarcação contínua, excludente, “expulsatória” das pessoas que estão lá.

Agora, quem é que fala por esse lado, digamos assim, falso da coisa? O CIR, que é uma entidade comprovadamente corrupta. Está aí o Tribunal de Contas dizendo, a CGU; e agora a própria Funasa suspendeu os convênios do CIR, essa entidade corrupta que fala e desfaz em nome dos índios.

Senador Goellner, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Mozarildo, e também cumprimentar o nobre Senador Augusto Botelho, além de informar à Nação que este assunto Raposa Serra do Sol possui aqui no Congresso dois representantes que tratam deste assunto periodicamente: os dois Senadores do Estado de Roraima. Toda semana se fala nisso. O Senador Augusto Botelho é descendente de índio, portanto, tem todas as qualificações e o entendimento necessário, como representante daquele Estado, por bem conhecer aquela situação. V. Ex^a tem dito, assim como o Senador Mozarildo, que toda a faixa comum que querem fazer, ininterrupta, sem ilhas, traria problemas para o Estado, para as etnias, que vão se misturar. A pergunta que se faz: por que o Supremo Tribunal não os ouve? Por que uma decisão que poderá não vir à altura das pretensões dos próprios índios do Estado de V. Ex^as?

(Interrupção do som.)

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Por que não fazem plebiscito? Por que não os ouvem? A vocês, que tão bem conhecem essa situação? Será que o Supremo vai julgar de forma isenta agindo desta forma: de, dentro do gabinete, tomar a decisão? Nossa preocupação é muito grande, porque, como V. Ex^as falaram, tanto o Senador Mozarildo, quanto o Senador Botelho, isso poderá interferir sobremaneira em nosso Estado, o Mato Grosso. Eu me revoltó quando decisões são tomadas aqui em Brasília em descompasso com a realidade absoluta da situação dos Estados. Isso ocorre na área do meio ambiente, na área indígena...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilberto Goellner, V. Ex^a está inscrito logo após. Vamos concluir.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Agradeço, então, o aparte. Nós torcemos, a Nação torce, por uma decisão equânime, soberana, realmente de bom senso do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Gilberto Goellner, agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho plena confiança nos ministros do Supremo Tribunal Federal. São homens do maior conhecimento jurídico, homens da maior envergadura, homens que têm consciência da importância daquela região não só para o Estado de Roraima mas para o País, que sabem profundamente quantas questões de direito estão envolvidas. Não tenho dúvida de que sairá uma solução que servirá inclusive de balizamento para futuras demarcações. Aliás, coisa que tentamos fazer aqui, que é disciplinar essa questão, e não conseguimos.

Mas, de qualquer forma, concluo dizendo: a par da minha confiança no Supremo Tribunal Federal, está a minha preocupação com o amanhã pós-decisão. Não só com o que vai acontecer lá na reserva Raposa Serra do Sol. Senador Mão Santa, qualquer que seja a decisão, a Polícia Federal deverá estar lá permanentemente, porque, senão, vai haver uma guerra intra-étnica, porque o CIR não representa, como ele quer, os índios daquela região.

Por mais que tirem todos os não-índios e todos os mestiços, vai haver uma luta fratricida, intra-étnica, porque realmente não há sequer similitude entre eles, nem religiosa, nem de pensamento, nem de geografia, enfim, de nada. No entanto, espero que tudo termine bem e, por isso, confio no Supremo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti, que defende o Estado de Roraima e a Amazônia, e foi o primeiro a denunciar corrupção nas ONGs e defender as terras de Roraima para que lá reine a paz.

Convidamos para usar da palavra outro Senador do Estado de Roraima, do Partido dos Trabalhadores, Augusto Botelho.

Coloco 10 porque é a nota de V. Ex^a.

Peço a permissão para prorrogar a sessão, porque regimentalmente acabaríamos às 18 horas e 30 minutos, por 40 minutos, para que todos possam usar da palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nós falamos de uma coisa que, da forma como está sendo feita, é ruim para Roraima, mas agora vou falar de uma coisa boa. Houve um acontecimento muito bom esta semana. Sempre saímos na mídia envolvidos em notícias tristes e que denigrem a nossa imagem, mas na semana passada, ou retrasada, foi noticiado que uma escola nossa ganhou o prêmio de gestão escolar no Brasil. Senador Mão Santa, V. Ex^a tem orgulho de dizer que tirou o primeiro lugar no Enad é do seu Estado. Eu

também tenho orgulho de dizer que o primeiro lugar de gestão escolar do nosso País foi de uma escola de Roraima, dirigida pelo professor... Não recordo o nome dele. É uma escola da prefeitura que só tem três anos de existência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A minha está na cabeça, é a Escola Dom Barreto, padrão no Brasil.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Essa escola é nova, eu não estudei nela, não estive lá, mas vou visitá-la assim que voltar para Roraima.

Mas eu quero novamente fazer um agradecimento especial, daqui da tribuna, ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, que, atendendo ao pedido feito por mim em junho deste ano, começou a disponibilizar o acesso à internet em banda larga em mais de cem pontos de Roraima, inclusive em escolas indígenas. As escolas estaduais irão receber as antenas do Gesac – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. O Ministério das Comunicações também vai colocar mais quinze antenas à disposição da Universidade Virtual de Roraima, espalhadas por todo o Estado, para levar a oportunidade aos que quiserem fazer curso superior pela internet banda larga, que será fornecida pelo Ministério das Comunicações.

Nessa primeira etapa, cuja licitação já foi realizada, serão beneficiadas as escolas de ensino médio do meu Estado. No ofício que encaminhei ao Ministério das Comunicações em junho e depois reiterei em agosto deste ano, listei as escolas que deveriam receber a antena com prioridade.

Felizmente, o Ministro Hélio Costa atendeu ao meu pedido integralmente, não deixando de fora nenhuma de nossas escolas. Cento e quinze escolas do meu Estado receberão as antenas e terão acesso à internet de alta velocidade gratuitamente.

O povo de Roraima, principalmente os estudantes das escolas públicas, poderá, com essa iniciativa, usar gratuitamente o espaço do telecentro, que será formado com a disponibilização da antena do Gesac, onde terão acesso à internet em alta velocidade, o que ainda não estava disponível em todas as cidades de Roraima. E quando existe, Senador Mão Santa, custa muito caro até mesmo para a prefeitura. A internet do meu Estado é a mais alta do Brasil. Nós estamos tentando abrir um caminho pela fibra ótica da Eletro-norte, que vem da Venezuela. Ela é da Eletronorte no nosso país; na Venezuela ela pertence à Companhia de Eletricidade da Venezuela. Nós estamos tentando abrir esse caminho. A internet ficará ótima em Roraima quando passar a ser por fibra ótica.

Quero também agradecer aqui o empenho do Governador de Roraima, José de Anchieta, e de seu

Secretário de Educação, Luciano Moreira em ajudar no levantamento e fornecer o apoio necessário junto com a Universidade Virtual de Roraima, representado pelo Professor Adejalmo Moreira Abadi, Reitor da Univirr, para listar todas as escolas do Estado que já são atendidas com laboratórios de informática, inclusive, as escolas indígenas, e que poderiam ser atendidas pelo programa de instalação das antenas e criação de telecentros.

O espaço desses telecentros, mesmo funcionando dentro das escolas, servirá à comunidade. Todos os moradores de Roraima, inclusive as famílias de menor poder aquisitivo passarão a ter acesso à internet e muitos trabalhadores vão ter a chance de aprender ou se aperfeiçoar na informática, principalmente os estudantes das escolas públicas.

O Ministério das Comunicações irá fornecer para cada escola pública de Roraima uma antena do Gesac, de internet banda larga, e o Ministério da Educação irá fornecer os computadores, dez máquinas para cada telecentro, além do *software* e do *nobreak* necessário para o funcionamento do laboratório.

Em contrapartida, o Governo do Estado deve oferecer um local adequado com luz, água potável, sanitários, linha telefônica, mobiliário e acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais. Elas serão instaladas, principalmente, nas escolas do interior, que é o único local em que há condições de instalá-las.

Com o apoio do Governo, cada Prefeito também ficará responsável pela manutenção das instalações físicas e acompanhamento e manutenção dos equipamentos. A instalação das antenas Gesac e a criação dos telecentros fazem parte da política de inclusão digital do Ministério das Comunicações e do Governo do Presidente Lula.

Com esse investimento, certamente, os alunos das Escolas Públicas de Roraima terão chance de desenvolver melhor seu conhecimento e seu aprendizado. Também quero aproveitar para fazer um agradecimento especial ao reitor da Univirr, Adejalmo Moreira Abadi, e à Coordenação Geral de Acompanhamento dos Projetos Especiais do Ministério das Comunicações...

Antes de encerrar, dou um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto, quero apenas me somar aos acontecimentos que V. Ex^a apresenta, porque, realmente, para Roraima é um ganho muito grande uma escola pública municipal ter esse destaque. Associo-me também ao registro que V. Ex^a faz a respeito de nossa Universidade Virtual, a Univirr, que, hoje, alcança o Estado todo. É bom a gente mostrar também que Roraima tem coisas

positivas, como a Universidade Federal de Roraima, que tem cerca de 29 cursos, inclusive o de Medicina, e Universidade Estadual. Há, ainda, outras seis instituições de ensino superior (universitário). Então, nós, realmente, temos motivo para sentir alegria, e V. Ex^a faz muito bem registrar, da tribuna do Senado, esse avanço na educação do Estado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Concedo um aparte à Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho, estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a sobre levar a internet às populações isoladas, para que as populações isoladas, as comunidades, possam ter acesso a esse benefício da comunicação. Posso afirmar-lhe que quando estava no Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Ministério das Comunicações, desenhamos um programa que já está sendo implementado no sentido de que as comunidades possam ter acesso à internet. São os próprios indígenas que fazem o treinamento para que as comunidades usem essa ferramenta de modo a não desestruturar a comunidade. O Governador Arnóbio Marques, do Estado do Acre, por meio do financiamento do Banco Mundial, está levando internet para todo o Estado. Vamos ter uma cobertura de 100% de internet gratuita para a população do Estado do Acre, de sorte que de Jordão a Rio Branco as pessoas poderão ter acesso a esse benefício. Digo que é essa uma forma de promover a inclusão digital, de promover processos modernos de acesso à informação. Louvo a iniciativa de V. Ex^a, mas acho que devemos de ter o cuidado de ver a forma mais adequada para as comunidades receberem essas ferramentas de modo a não desarticular os seus processos culturais de forma indesejada, que haja algum tipo de preparo. Sabemos que hoje há pessoas que são afetadas pelo uso exagerado da internet. É fundamental que, juntamente com o acesso a essa ferramenta tenhamos também algum tipo de orientação para que as comunidades não venham a se desestruturar. É claro que a gente não pode evitar 100%, mas ...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – ... na nossa sociedade, já são graves os problemas de dependência da Internet, eu fico pensando o quanto não devemos ser cuidadosos em relação a determinadas comunidades que têm um referencial completamente diferente daquele dos nossos jovens. É só no sentido de sermos também preventivos. Mas louvo o esforço de V. Ex^a e queria aqui dar esse testemunho de que o Governador Arnóbio Marques está disponibilizando

um programa ousado na Internet, dando cobertura a toda a população do Estado do Acre.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Senadora Marina, realmente, em relação a levar a universidade aos Municípios, devo parabenizar o Binho porque eles, no Acre, passaram a nossa frente também. A universidade dos senhores chegou primeiro aos Municípios todos, antes da nossa, que chegou agora, depois que o Governador Ottomar Pinto, que faleceu recentemente, criou a universidade estadual. Ele teve essa preocupação de levar a todos os municípios. Claro que tem todas as dificuldades e tudo. Mas eu digo que, para quem vive lá em Santa Maria do Boiaçu, que é uma das comunidades que vai receber essa antena do Gesac – ela está a quatro dias de barco, três dias descendo, quatro subindo, de Caracaraí para lá, não se chega de carro lá, só de avião ou de barco –, essa antena, chegando lá, puxa vida, vai melhorar a vida deles. E quanto aos indígenas, Senadora, não fique preocupada não, porque os meus indígenas da Raposa Serra do Sol, todos que vão receber isso aqui, já têm escola de segundo grau. Então, são pessoas que já estão brigando pela universidade e estão torcendo por isso. Eles só não vão poder ficar viciados em Internet porque, infelizmente, as luzes das comunidades deles, e das pequenas vilas também, apagam. Ou seja, eles ligam a luz num período de seis horas até dez horas, dez e pouco, e aí desligam; e durante o dia, um período também, geralmente antes do meio-dia, entre nove e meio-dia porque a luz é a motor diesel.

Estamos lutando para integrar todas as comunidades ao linhão de Guri, à energia que vem da Venezuela, que é energia de hidroelétrica, que será 24 e firme. Eles estão esperando por isso e querendo isso.

Baixo Rio Branco – V. Ex^a falou, e eu me lembrei do pessoal da floresta, de quem vocês falam muito – fica no meio da floresta, Santa Maria do Boiaçu, Cai-cubi, outra comunidade bem pequena no igarapé. A gente tem de sair do Rio Negro para chegar lá. Eles têm mais comunicação com a cidade do Senador do Amazonas do que com a nossa. Mas deve ser instalada uma antena lá também.

Lá em Santa Maria do Boiaçu não tem universidade ainda, só nas sedes dos Municípios. A Univirr, com a chance de ganhar mais essas antenas, vai levar a universidade para outras comunidades. A Raposa é área indígena e, na sede, já tem faculdade da Universidade Estadual funcionando lá. E não vai haver nenhuma agressão cultural, porque eles estão em estágio de aculturamento bem adiantado. E são eles que querem. Quem não quiser, não irá receber.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me, Senador, mas não é nesse sentido que estou fa-

lando. Não é no sentido de aculturação, de não-aculturação, se eles querem ou não querem, porque, senão, não teríamos o problema entre nós, os brancos. Hoje as pessoas que lidam com educação, as pessoas na área de saúde sabem que temos graves problemas no meio da sociedade branca, digamos assim, ...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – ... inde-

pendentemente disso que V. Ex^a está dizendo. Só estou dizendo que temos de ter o cuidado de fazer com que esses processos também venham acompanhados de ações preventivas, porque, à medida que eles vão se alastrando, eles podem gerar determinadas anomalias, que não são específicas para os índios, mas acontecem também entre nós. E, se nós podemos ser preventivos sobre aonde vão chegar essas novas tecnologias, no caso do Acre vai ser um esforço muito grande, porque vai ser um acesso para 100% da população. V. Ex^a ainda tem projetos ligados às universidades para determinadas localidades. O que eu estou dizendo é que é fundamental que aqueles que vão ter mais proximidade com o sistema também possam ser alertados no sentido de que essa ferramenta, que é importante, seja inserida com esse olhar cuidadoso, que é válido também para nós, aqueles que já são incluídos digitalmente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Eu me lembrei da pedofilia. Realmente, V. Ex^a está lembrando que a pedofilia é a parte ruim da Internet, nós temos que alertá-los, e que ocorre, infelizmente, em qualquer ponto.

Então, agradeço ao professor Adejalmo Moreira Abadi e à Coordenação-Geral de Acompanhamento de Pesquisas do Ministério das Comunicações, Sr. Presidente Mão Santa, que juntos trabalharam até o último momento com os funcionários do meu gabinete para fazer com que todas as escolas de nível médio de todos os Municípios de Roraima pudessem ser incluídas no projeto dos telecentros.

Pois é, o Seu Piauí tem a escola com o melhor Enade, e o meu Estado de Roraima tem a melhor em gestão escolar.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento anunciando melhoria no sistema educacional de Roraima, principalmente no ensino a distância.

Convidamos para usar da palavra agora o Senador do Piauí, Heráclito Fortes, do DEM.

O Heráclito Fortes é forte no nome e é o forte líder do Estado do Piauí, com grande projeção municipalista e invejável liderança de perspectiva invejável no Piauí e no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Senador Mão Santa, eu quero me congratular com V. Ex^a sobre um tema que trouxe a esta tribuna hoje. Eu me deslocava para esta Casa e não tive oportunidade de participar do seu discurso, modéstia à parte, quando V. Ex^a repercutiu matéria publicada em jornal de Teresina sobre uma entrevista dada pelo Dr. Luzardo a respeito de uma região do Estado, que todos nós conhecemos, que, segundo ele, está prestes a virar carvão.

O pronunciamento de V. Ex^a foi corajoso, foi oportunamente porque, enquanto esses fatos ocorrem no meu Estado, o que nós vemos são transações milionárias nebulosas envolvendo pessoas ligadas ao atual Governo. E V. Ex^a foi muito claro no seu pronunciamento, abordando este assunto. Mas eu voltarei, com a sua ajuda e o seu apoio, a trazer a esta Casa este assunto.

Eu quero fazer o registro da minha presença, ontem, num encontro bastante interessante que foi a festa da vitória promovida pelo portal 180graus, que é dirigido no Piauí pelo jornalista Helder Eugênio. Foi uma solenidade em que se reuniram vários Prefeitos eleitos, a imprensa, Senadores, Deputados Estaduais e Federais, Vereadores, inclusive um Vereador que foi eleito pelo PT de São Paulo, mas que é piauiense. Foi uma festa muito positiva. Estive lá. Não pude me demorar muito tempo. Ainda estou nessa minha recuperação lenta. Mas fiz questão de, como municipalista, participar daquela festa.

Quero me congratular com os que fazem o 180graus pela idéia magnífica de promover, através de reconhecimentos, a premiação de vários dos Prefeitos e de várias autoridades do mundo político do Piauí que se faziam presentes naquele ato.

Senador Mão Santa, ficamos aqui em Brasília e vamos somente ao nosso Estado nos fins de semana. Ontem, vi uma cena que me deixou bastante chocado. Moramos próximo, no bairro Ilhotas. Pensei que fosse um fato ligado apenas ao nosso bairro.

A energia elétrica faltou às 9 horas da manhã. Aliás, para ser preciso, faltou às 13 horas e só retornou às 21 horas; portanto, às 9 horas da noite. Hoje, às 9 horas da manhã, uma nova interrupção; essa, menor. Eu tive o cuidado de ligar para várias pessoas de outros bairros, e a situação é a mesma. É crítica e caótica a situação da nossa companhia energética. Os recursos não são injetados já faz algum tempo, mas algum tempo mesmo. Tenho a impressão, Senador Mão San-

ta, de que o último grande programa de investimento energético da Cepisa foi no seu Governo.

Eu me lembro – era Deputado Federal – que nós conseguimos a eletrificação rural da Serra do Quilombo. Lembra V. Ex^a, que beleza?! Eram 70 quilômetros àquela época. E aquilo ali foi o que viabilizou a grande produção de grãos que nós temos hoje, no Piauí, no cerrado piauiense. De lá para cá, só promessa. Só promessa e falácia. Porque, veja bem, a proteção e o apoio aos agricultores do Piauí são fundamentais, e a energia é o fator determinante. Eu me lembro de que nós éramos de Partidos diferentes, mas nós sempre trabalhamos em prol do Piauí de maneira conjunta.

Fomos à inauguração lá na Serra do Quilombo – subimos a serra. Não lembro – V. Ex^a tem a memória melhor do que a minha – se de lá para cá houve mais alguma inauguração, mais alguma extensão de energia elétrica no Estado do Piauí.

Promessa de luz para todos; escândalo com o programa Luz para Todos, a construtora envolvida. Eu não quero entrar muito no mérito, mas não é possível os investimentos não serem feitos em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, foi Deus que quis, mas todo mundo sabe que – eu não sei como – pensei em votar no João Vicente, em 94, no PTB, mas ele desistiu e eu acabei votando no PT. E mandaram que eu indicasse um nome para a companhia energética. E eu indiquei o irmão do Deputado João Marques. Logo no começo, Heráclito. Subi aquela Cepisa e não vi ninguém. Aí o diretor que nós tínhamos indicado me chamou para fazer como o Governador: pedir as emendas, as migalhas de emendas que nós temos. Eu olhei e perguntei: e o PCPR? Não, o Governador disse que não pode botar aqui. E as repartições? Não pagam! Então, eu antevi a falência. Ali estava o meu desânimo. Fiz a seguinte pergunta, Senador Heráclito Fortes... Estou fazendo este depoimento, porque esse caos foi antes; imagine no prédio, foi de manhã cedo à noite. Eu tive de ir para o apartamento do meu genro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ontem?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É. “Não tem elevador”. Foi, começou foi cedo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foi um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu tive que mudar de zona. Mas espere aí. Aí quando ele veio, eu fiquei calado. Eu tinha tido a experiência de ter governado e estudado mesmo, porque lembrei de Juscelino: energia e transporte. Então, não ia botar nenhum tostão de investimento do PCPR. Porque eu fazia era estimular o Município a botar. Nenhuma repar-

tição pagava as contas. Entendeu? Todos os prédios públicos não pagam. Então, eu antevi essa falência. Depois, quando foi descoberto que havia mesada lá, eu quis sair do negócio. Daí, dessa tribuna, eu cutucava o José Dirceu, o Zé maligno, para ele tirar o meu indicado e eu sair fora. Depois, vieram os escândalos, que V. Ex^a sabe, da Gautama, da Luz para o Campo. E eu estou fora. E eu estive em Parnaíba também. O dia todo sem energia; é um caos que chegou. Por isso que nós não podemos apoiar. Agora, está aí: vamos nos unir para ver se a gente consegue resolver. Não tem mais Cristo, porque Cristo dizia: "Levanta-te, Lázaro!". Mas vamos, com a força, com a fé e oração, soerguer, fazer uma forte união, para mostrar o caos que está o Piauí e soerguê-lo. V. Ex^a me desculpe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mão Santa, eu aí me recordo da grande virada na energia do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não terminei, não. É que estou lendo o livro do Obama. Rapaz que gênio, que estudo! Ele diz o seguinte: “Que este país tenha menos advogado e mais engenheiro”. V. Ex^a se lembra da homenagem que nós fizemos aos engenheiros, aos agrônomos, aos arquitetos? Olha o que diz Obama! Aí eu perguntei lá, ao Diretor da época e ao Deputado João Marques: Quem são os amigos do Governador – engenheiro, para orientar? E eles me disseram: “Não, não tem, não”. Eu vi o caos que ia dar e que V. Ex^a está trazendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu quero dar um exemplo aqui para quem está nos ouvindo. V. Ex^a ganhou o governo, derrotando uma estrutura forte, e eu lembro que, seis meses depois, derrotados e vitoriosos – eu, derrotado, o Senador Hugo Napoleão derrotado, o Senador Freitas Neto –, nós fomos dar-lhe apoio moral numa visita que fizemos ao então Ministro do Planejamento, José Serra, para que pudesse ser feito o grande linhão de São João do Piauí a Eliseu Martins. Porque o que estava faltando no Piauí era exatamente a condução da energia para aquela área. De lá para cá, V. Ex^a viu ser feita mais alguma coisa? E V. Ex^a lembra como foi duro arrancar do Ministro Serra, num momento de economia suprema do Governo Fernando Henrique, aqueles recursos!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É a linha do cerrado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São João–Eliseu Martins, 230 KW.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Duzentos e trinta! Exatamente.

Fazer política é isso. Os embates são feitos no período eleitoral. Não há essa carnificina que se tenta montar no Piauí, num momento como este, quando as liberações de recursos de quem faz oposição ao Governador não podem ser liberadas ou pelo menos eles tentam não liberá-las, porque o que se está prejudicando é o Estado do Piauí. Nós participamos – V. Ex^a me ajudou –, na quinta-feira, nas nossas poltronas aqui do Senado da República, e criamos um obstáculo para o Orçamento, para o crédito. Discutimos com a Senadora Roseana Sarney e com o Deputado Gilmar Machado a liberação de R\$10 milhões para o TRT do Piauí. Pois veja que, no final de semana, o Governador anuncia esse recurso como um trabalho dele aqui em Brasília. Agora, virou corrupção, que se aproveita do ninho alheio. Não seria muito mais elegante, mais bonito o cidadão dizer: “Com o apoio da Bancada, eu quero dizer que também...”? Porque, desse caso, ele não participou bulhufas nenhuma. Ele tomou conhecimento disso pela imprensa. Como é que se pode acreditar num governante que usa de uma luta que travamos aqui na tribuna para defender o Estado que ele governa? Só falta, Senador Mão Santa – e falta pouco –, a escada magirus chegar lá e ele dizer que foi trabalho dele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas ele tem de fazer nascerem as cinco hidrelétricas. Ontem, eu estive em Guadalupe e vi que, na única que temos, ele não fez nada – e está precisando declusas. Fui acompanhado do Deputado Júlio César. E os dois aeroportos internacionais. É disso que o povo quer saber.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é. Aí, Senador Mão Santa, procuramos o Governador na sexta-feira. Ele estava onde? No Município de Ipiranga, brincando de inaugurar telefone, que hoje pertence à iniciativa privada. Mais uma vez, o espírito da corrupção baixa em S. Ex^a. Eu acho até que deve ir; é um benefício para o Estado, mas querer colocar como realização sua?! Nós participamos disso. Agora, procurei os requerimentos da época, em que pedimos à companhia telefônica – à empresa telefônica hoje – a inclusão, não só do Ipiranga, mas de vários Municípios. E fiz isso atendendo um apelo do Prefeito Antônio Moura Santos, recentemente falecido, e do ex-Prefeito Zé Maria. Vamos ser justos com essa gente. Não vamos passar uma borracha no passado nem diminuir o esforço que as pessoas fazem.

O Governador agora está distribuindo, Senador Mão Santa, lá pela burocacia, a reforma do aeroporto de Teresina.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Será o maior crime que se comete contra aquela capital. V. Ex^a imagine que é um remendo no atual aeroporto existente. A pista, nós não temos condições de ampliá-la; e o que é mais grave, aquele aeroporto está totalmente inviabilizado. As ruas ao seu redor, em sua grande maioria, têm pequenos açougueiros, granjas e abatedouros. É a maior concentração de urubu por metro quadrado que eu já vi na minha vida. Hoje, o aeroporto de Teresina, quando se olhava para o céu, na hora de decolar, estava repleto de urubus. Nós temos que tirar aquele aeroporto dali urgentemente. E, vejam bem, vamos trazer um projeto que não foi usado, mas que originalmente ia ser em Macapá. Não deu certo em Macapá e querem mandar para Teresina?! Um remendo? Para atender a empreiteiras? Paciência! É preciso respeito com o Estado do Piauí. Nós não podemos concordar com isso, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas é folclórica a situação lá, Heráclito. Ontem, ao pegar um avião com o Deputado Júlio César, vi uns foguetes e pensei que era comemoração do São Paulo. Não era. Era o negócio dos urubus.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Para espantar urubu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para eles saírem, tem de ter foguete.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é. Vários aviões já foram acidentados. É uma brincadeira isso!

Senador João Pedro, Teresina, hoje, vive em pânico. Não há acidente grave em hospital, porque todos já estão com geradores próprios. Os edifícios são obrigados a ter gerador, pelo menos, para o elevador, a fim de evitar o pânico dos moradores. E não vejo o Governador bater a mão na mesa, ele que é tão amigo do Presidente Lula.

V. Ex^a foi a Teresina com o Presidente Lula, não foi? Nunca vi tanta intimidade, Senador João Pedro – achei até um pouco de desrespeito –, de um Governador com o Presidente da República. O Governador batia na barriga do Presidente para mostrar a intimidade. Eu queria que essa intimidade se transformasse em dinheiro para o Piauí. Não há um plano de investimento, de fortalecimento, para a energia elétrica do Estado.

Quero que, se nós estivermos aqui, Senador Mão Santa,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é muito inteligente e perspicaz, porque, ainda no começo, ele chegou para mim e disse: “Mão Santa, ajude o meu menino”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Disse-me a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – “O meu menino”. Ele definiu bem o Governador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Disse-me a mesma coisa na casa do então Presidente do Senado, José Sarney. Eu até tomei um susto. Quem era o menino? Pensei que fosse algum parente, algum filho que tivesse ido aventurar a vida no Piauí. O menino era o Wellington. Imagino quando crescer. Digo isso com muita tristeza.

Aliás, o jornalista Zózimo Tavares, hoje, na sua coluna, faz um artigo editorial fantástico – não sei se V. Ex^a já teve tempo de ler –, dizendo que o PT não admite crítica. Amanhã, vão colocar dois ou três ventríloquos para falar mal de mim, porque estou fazendo este discurso aqui. Mas é um discurso de construção. E tanto é um discurso de construção, que quero fazer um apelo a duas pessoas: ao Ministro Edison Lobão, um homem muito ligado ao Piauí, sensível aos problemas daquele Estado, e também ao Dr. José Antônio. Não sei se V. Ex^a se lembra. José Antônio foi Presidente da Cepisa na administração Guilherme Melo. Foi quem fez a transição da Cepisa para o seu Governo. Hoje, é o Presidente da Eletrobrás. É um apelo para que eles examinem o que está acontecendo, que diabo de caveira de burro é essa que há na Cepisa do Piauí que está parada, estagnada e nada se faz. Eu queria fazer esse apelo ao Dr. José Antônio, que é um técnico brilhante, tem ligações com o Maranhão e o Piauí. É um nordestino mesmo, desses “cabras machos”, como a gente diz – embora seja pernambucano.

As queixas que fazem lá, Senador Mão Santa, é de que o Presidente da Cepisa não mora em Teresina. Estive olhando e parece-me que não é, na realidade, Presidente da Cepisa. Ele é Presidente de um pacote de empresas de energia que estão com dificuldade de caixa e que a Eletrobrás, numa política do Ministério de Minas e Energia, resolveu administrar de maneira unificada. De qualquer maneira, é preciso alguém respondendo pela empresa. Eu, ontem, Senador João Pedro, querendo informações, botei um funcionário meu, lá da minha casa, para ligar para a Cepisa, para tentar obter uma informação. E aí é uma palhaçada, é uma brincadeira. Liga-se do celular e ouve-se: “Este serviço não pode atender a telefonia móvel”. Liga-se do telefone fixo e também não atende, o telefone está fora do gancho. É um desrespeito ao consumidor, é um desrespeito ao cidadão. E ontem havia uma tristeza adicional: as pessoas querendo assistir ao jogo de futebol do seu time favorito. É o dia do descanso, o dia da semana que têm para descansar. Enquanto isso, o Governador ouvia um cantor que tem aí, pare-

ce que é um cantor moderno, lançado agora, Zé Augusto, que fazia um *show* privado para o Governador. É uma brincadeira, é um deboche, é uma palhaçada! Infelizmente, temos que trazer isso para esta tribuna, é o nosso dever, é a nossa obrigação.

Daí por que renovo aqui o meu apelo ao Ministro Edison Lobão e ao Dr. José Antônio, no sentido de que examinem o mais rápido possível o que está acontecendo na Cepisa no Estado do Piauí. Não é possível continuar assim. É um desrespeito.

Imaginem aquelas pessoas que têm produtos perecíveis nas suas residências, aquelas pessoas que, no comércio, têm nas suas geladeiras produtos que dependem de energia elétrica. Os prejuízos que estão sendo contabilizados. É preciso que olhemos de maneira mais determinada e positiva para essa faixa da nossa sociedade.

Daí por que encerro as minhas palavras fazendo um apelo para que essa caveira de burro, que vem azarando a Cepisa há tanto tempo, seja motivo de atenção por parte do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante e contundente pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, maior líder municipalista do Estado do Piauí, convidamos, para usar da palavra, outro democrata.

Há dois oradores inscritos ainda: o democrata Gilberto Goellner – acertei na pronúncia? – e o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Amazonas.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero tratar, hoje, especificamente, dos benefícios à agricultura e ao meio ambiente conferidos pelo pagamento por serviços ambientais. Já existe até uma sigla: PSA.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quando se procura, neste momento que o mundo vive, novas formas de preservar o meio ambiente, emerge, entre várias idéias, a de se oferecer ao sistema produtivo agrícola, contrariamente a só culpá-lo pela depredação do meio ambiente, oportunidades de ele mesmo cumprir a missão de promover serviços de proteção ambiental, enquanto cultiva seu produto agrícola, de modo que uma função não deturpe a outra e todos saiam ganhando.

Cada vez mais a agricultura tem de se condicionar aos limites e às restrições impostas pelos programas de proteção ambiental, que fazem com que os cuidados com o meio ambiente sejam incorporados como parte fundamental das estratégias agrícolas de competitividade.

No mercado, cresce a demanda por produtos ambientalmente “limpos”, quer dizer, por produtos sem resíduos de agrotóxicos, sem determinados aditivos e produzidos de modo a não contaminar nem degradar o meio ambiente.

Busca-se, então, nos dias de hoje, uma agricultura que respeite os limites naturais e conserve a qualidade ambiental com vistas a preservar a biodiversidade, ou seja, o solo, a água, a vegetação e a fauna, numa associação benéfica a todos.

Diante dessa perspectiva e com base no pressuposto de que todo agente tende a modificar as suas atitudes de conformidade com os incentivos financeiros que recebe ou com as penalidades econômicas que lhe são impostas, existe hoje um novo instrumento econômico capaz de conciliar produção agrícola com preservação ambiental: é o Pagamento por Serviços Ambientais.

Por esse instrumento de incentivos, aqueles produtores que adotarem práticas agrícolas que dêem como resultado, além de seu produto, também maiores níveis de serviços ambientais de preservação, poderão ser compensados recebendo um pagamento estipulado pelo bem que fizerem.

Como exemplo, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar aqui e noticiar de antemão um fato que está acontecendo na cidade de Extrema, no sul de Minas Gerais, e parabenizar aquela pequena cidade. Lá, chamou minha atenção uma iniciativa da Prefeitura para incentivar a conservação ambiental. O Prefeito tem conseguido seu intento por meio de Pagamento por Serviços Ambientais. É um projeto de lei municipal que funciona desde 2005.

Valendo-me desse ensejo, eu gostaria também de parabenizar o programa Globo Rural, da Rede Globo, que apresentou, no mês de outubro, uma série especial de reportagens sobre serviços ambientais da forma como estamos propondo e que é um assunto novo no Brasil.

A última reportagem especial daquela série revelou de onde partiu a idéia do Município mineiro de Extrema. No programa, foi mostrada a iniciativa dos agricultores da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Lá, os agricultores do entorno daquela metrópole protegem as nascentes em suas propriedades e ganham por isso. Para a Prefeitura de Nova Iorque, esse pagamento fica muito mais barato do que tratar água poluída. Nova Iorque, pelo que foi demonstrado no programa, possui uma das melhores águas potáveis na torneira do cidadão. Acredito que foi o Poder Público que procurou esses agricultores. De forma sábia, eles propuseram o programa que custa bem menos do que

despoluir a água que seria necessária para uma das maiores cidades do mundo.

Esse exemplo reforça a certeza de que as ações preventivas são muito mais baratas e eficazes.

E foi por intermédio dessa série de reportagens do Globo Rural que tomei conhecimento dessa iniciativa pioneira, pela qual um governo municipal, junto com os produtores agrícolas de uma pequena cidade mineira, Extrema, conseguiu montar um programa de conservação inédito no Brasil, mostrando que a agricultura e o meio ambiente podem e devem ser aliados na busca do desenvolvimento sustentável do País.

Reconhecendo a importância da propriedade rural na preservação da natureza, o Governo Municipal de Extrema sancionou a Lei Municipal nº 2.100, de 2005, pela qual os proprietários que têm nascentes de água em sua propriedade são remunerados pela conservação dessas nascentes.

Essa lei tem em vista proteger os recursos hídricos daquela cidade, daquele Município, porque, além de abastecer a cidade, aquelas nascentes são responsáveis pelo fornecimento de água para o sistema Cantareira, que garante o abastecimento de água de 50% da população de São Paulo.

A esse projeto foi dado o nome de Projeto Conservador de Águas. O Projeto demarca áreas de mata nativa que protegem nascentes, riachos, córregos e ribeirões. Os proprietários assinam um contrato com a Prefeitura e passam a ser chamados de Conservadores de Águas – olha a importância que se dá a essas pessoas –, recebendo, assim, todo mês, uma quantia em dinheiro pelo serviço prestado ao meio ambiente.

Ao assumir o contrato com a Prefeitura, o proprietário da terra cumpre a lei de preservação, e todos os acordos são feitos com a garantia de que o funcionamento da área agrícola e o trabalho do dono da terra não sejam prejudicados.

Com essa iniciativa brasileira de pagar por serviços ambientais, os agricultores de Extrema estão, desde o começo do ano passado, recebendo, então, uma verba do Município por protegerem as nascentes e os cursos d'água existentes na sua propriedade rural.

De acordo com dados do Projeto, os resultados obtidos pelo convênio com os agricultores vieram em números bastante significativos: 50 nascentes protegidas, 150 hectares de matas ciliares protegidos, 280 hectares de matas de topo de morro protegidos, 300 hectares de reserva legal averbados, 1.200 hectares de solos conservados e 120 imóveis rurais com práticas adequadas de saneamento ambiental.

Dante desses números, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, acredito, sim, que o Pagamento por Serviços Ambientais possa ser uma excelente tenta-

tiva de viabilizar, social e economicamente, a já existente conscientização do homem do campo sobre a necessidade imperiosa de trabalhar pela preservação ambiental do planeta.

A verdade é que o modelo clássico de comando e controle para fazer cumprir a lei não tem dado resultados satisfatórios nem para a agricultura nem para o meio ambiente. Sabemos que, para a nossa realidade, o agricultor sozinho, sem incentivos do Governo, não tem renda para investir em conservação.

De modo que, se a sociedade espera que os agricultores produzam uma maior quantidade de situações externas positivas que negativas, a fim de que os serviços ambientais alcancem também um nível elevado de satisfação, é necessário que se criem incentivos para alcançá-los.

Sem uma política de incentivo do Governo, é praticamente impossível implementar programas de pagamento por serviços ambientais, pois estes derivam de complexos e específicos processos de negociação.

Daí a importância de se desenvolverem programas próprios do ponto de vista dos custos e dos resultados, com clara identificação do que deve ser recompensado como serviços de conservação ambiental; quem deve pagar por tais serviços; quem deve receber por prestar tais serviços; quanto deve ser pago por eles e quais os mecanismos contábeis apropriados para executar esses pagamentos.

Ao abraçar a idéia de implementar a prática do pagamento por serviços ambientais no Brasil, o País se posiciona de forma decidida perante outros países que já desenvolvem práticas semelhantes, tornando o produto agrícola brasileiro compatível com as demandas externas e com respeito às boas práticas socioambientais.

Além de iniciativas iguais ao projeto da cidade de Extrema, no sul de Minas, o reflorestamento de áreas degradadas, a agricultura de conservação e mesmo a manutenção da floresta em pé são outros serviços ambientais que podem ser prestados pelos agricultores.

Sabemos que aqui no País foi criado um grande fundo após a Conferência de Bali, e que somente um país colocou US\$1 bilhão à disposição desse fundo, para ser pago em parcelas anuais, a fim de que o país estabeleça políticas de conservação e de manutenção da floresta.

Além disso, durante a semana que passou, vimos, no suplemento especial sobre meio ambiente, quarta-feira passada, veiculado em **O Estado de S.Paulo**, que a valorização da floresta em pé com mecanismos conhecidos como Redução das Emissões por Desmatamento (RED) é um dos assuntos de maior expectativa

na reunião de Poznan, na Polônia, que prevê um novo acordo sobre emissão de gás carbônico.

De acordo com as matérias, estudos apontam que o Pagamento por Serviços Ambientais será também uma solução econômica para a manutenção da floresta, a valorização dos produtos extrativistas – melhorando o processo produtivo de quem vive dessa atividade – além de proporcionar o aumento da fiscalização.

Essa iniciativa, Sr. Presidente, seria uma das maneiras de se conseguir um processo de financiamento com sustentabilidade e de ganhos com o desmatamento evitado. Pelo Protocolo de Kyoto, por exemplo, só recebem créditos de carbono florestal quem florestou e não quem evitou o desmate. Por isso a nossa apologia de evitar o desmate dando incentivo e remuneração pelo desmatamento evitado.

Uma coisa é certa, Sr. Presidente, o crescimento da demanda de alimentos e de biocombustíveis pressionará, cada vez mais, a agricultura; com isso, o pagamento dos serviços ambientais para aquele setor poderá ser a garantia de práticas sustentáveis.

O programa de Pagamento por Serviços Ambientais constitui um esforço do Governo para oferecer incentivos adequados aos produtores a fim de obter deles os resultados esperados pelo meio ambiente, que serão valiosos para os produtores e muito maiores para a comunidade, pois refletirão benefícios reais tanto ambientais e econômicos quanto sociais.

Em 20 de novembro último, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 11.828/2008, que dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis sobre doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e que se destinem a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como à conservação e ao uso sustentável das florestas brasileiras.

Numa iniciativa louvável do Governo, essa mesma Lei, em seu artigo 1º, dispõe que, nesses casos, fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e também da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), inclusive quando tais empresas públicas desenvolverem programas de remuneração por serviços ambientais e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

Para terminar, Sr. Presidente, quero aqui deixar patente que para se conseguir alcançar a tão almejada política de desenvolvimento sustentável neste País, é preciso – e eu acredito plenamente nisso – que se viabilize um método de agricultura que, além de cultivar o seu produto e ser economicamente viável, dê também prioridade à conservação do meio ambiente e à valorização das questões sociais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nossos cumprimentos pelo zelo com a ecologia e com o meio ambiente ao Senador e empresário Gilberto Goellner. Agora, a pronúncia foi boa, não foi? Ele simboliza aqui o que Al Gore simboliza nos Estados Unidos: um defensor da natureza, entendendo que ela é para fazer a riqueza. É como Sófocles disse: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano.” Orgulhamo-nos de V. Ex^a, como os Estados Unidos se orgulham de Al Gore.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar da palavra, esse extraordinário Líder do Partido dos Trabalhadores do Amazonas.

O Amazonas é privilegiado, não só pela grandeza territorial, com muita água, a maior riqueza da natureza, mas também por sua gente, tão bem representada por extraordinários Senadores: temos o Arthur Virgílio, geneticamente político, democrático, com sacrifício do seu pai, Arthur Virgílio, cassado pela ditadura, Líder de um partido trabalhador e continuado aqui pelo líder do PSDB; Deus levou Jefferson Péres, mas deixou Jefferson Praia, seu filho na ética, na decência, filiado ao seu mesmo partido, o PDT; e V. Ex^a, que, sem dúvida nenhuma, é uma das maiores estrelas que o Partido dos Trabalhadores tem nesta Casa, no Amazonas e no Brasil.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar necessário.

Vou colocar dez minutos, mas não é o tempo. É a nota que V. Ex^a merece.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Ouvi seu pronunciamento, Senador Gilberto Goellner, e quero parabenizá-lo por ele, pois trata de uma matéria nova. São poucos ainda os países que regulamentaram os serviços ambientais, e isso se faz necessário no Brasil. Portanto, é um desafio para nós do Congresso brasileiro definirmos, criarmos e fazermos um debate no sentido de buscar a normatização dos serviços ambientais.

Tenho dito que o mundo vive uma profunda crise ambiental. Não conseguimos selar um entendimento em nível internacional para cumprirmos com as diretrizes do Protocolo de Kyoto. E estamos vivendo um segundo momento, ou seja, estamos tentando construir um entendimento global entre os países, principalmente os países industrializados ou os mais industrializados, sobre a questão ambiental. E considero que esse é um item importante principalmente para o Brasil, por conta da sua extensão territorial, dos seus biomas, por con-

ta da sua floresta, por conta da sua cultura, por conta do seu povo. Temos de encontrar esse ponto de equilíbrio e ter um conjunto de normas que possa atender à preocupação principal do pronunciamento de V. Ex^a, que é termos um serviço ambiental, não um serviço compensatório, mas um serviço ambiental, em que a questão econômica, social e ambiental seja verdadeiramente respeitadas.

Quero dizer, Senador Gilberto, que eu me coloco à disposição para travarmos, na Comissão de Agricultura – nós somos membros da Comissão –, uma discussão e, evidentemente, no plenário do Senado, sobre o pronunciamento que V. Ex^a fez. Parabéns.

Eu não poderia, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, deixar de registrar, aqui no Senado, a pesquisa que foi publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na última sexta-feira, que trata do desempenho do Governo do Presidente Lula, do nosso Governo. É uma pesquisa detalhada. A matéria é grande; tem praticamente um caderno, são várias páginas abordando vários aspectos da pesquisa *DataFolha*, realizada entre os dias 25 e 28 de novembro em todas as regiões do País.

Chamam a minha atenção na pesquisa dois grandes quesitos. O primeiro diz respeito ao acompanhamento, ao entendimento que tem a sociedade brasileira sobre a crise financeira internacional. Esse é um dado muito relevante para mim, porque travamos um debate aqui no Senado, entre Governo e Oposição, e o Presidente Lula foi criticado, de forma dura, pelos partidos de oposição. Enquanto isso, 73% dos pesquisados apontam, detectam que a crise é internacional, que a crise não é aqui no Brasil. Os pesquisados, 73% deles separam a crise como uma crise dos países ricos.

Mais à frente, na mesma pesquisa, a opinião pública diz que os países ricos precisam adotar providências na solução da crise criada. Isso para mim é muito relevante. A opinião pública brasileira detectou a crise, separa e enxerga os responsáveis pela crise.

Um outro dado da pesquisa refere-se ao melhor desempenho do Governo do Presidente Lula. Evidentemente, a pesquisa foi realizada no contexto da crise internacional. Diz a pesquisa que o melhor desempenho está justamente na equipe econômica do Governo. O melhor desempenho é o da equipe econômica! O segundo melhor desempenho é a educação. O terceiro melhor desempenho é o combate à fome.

A pesquisa foi feita nos vários estratos da população da nossa sociedade, conforme o perfil da renda familiar: até dois salários mínimos; de dois a cinco salários mínimos; de cinco a dez salários mínimos; e acima de dez salários mínimos.

Esses são detalhes importantes. Por exemplo: acima de dez salários mínimos, 96% dos entrevista-

dos tomaram conhecimento da crise; até dois salários mínimos, 58% dos entrevistados tomaram conhecimento da crise.

Quanto à escolaridade dos pesquisados, é bom frisar, acerca de terem conhecimento da crise: 60% com ensino fundamental; 81% com ensino médio; e, com escolaridade superior, 96%. Ou seja, é importante a participação da mídia, da televisão, do rádio, dos jornais em tratar as questões internacionais e nacionais. É importante esse acesso à informação, ao conhecimento, e também a conclusão da sociedade brasileira. É importante essa participação, é importante a sociedade ter uma opinião e externá-la.

Quero dizer, sobre o Governo do Presidente Lula, essa experiência nova do nosso Governo, com desafios brutais por conta do Estado brasileiro, por conta da composição, por conta do regionalismo, por conta de uma população grande – são 185 milhões de brasileiros –, que não é fácil para o Governo resolver problemas seculares.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou conceder a V. Ex^a mais dez minutos, mas depois eu queria um debate qualificado, com todo respeito a V. Ex^a e ao nosso Presidente da República.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois não.

Considero, Sr. Presidente, o Governo do Presidente Lula, o nosso Governo, um governo bem-sucedido. A principal obra do Governo, nesses seis anos – estamos chegando a seis anos do Governo –, para mim foi a diminuição da pobreza. Quero dizer isso aqui.

Amanhã, o Presidente Lula estará, no Estado do Tocantins, inaugurando mais um trecho de 100 km de ferrovias. Alguns dirão: essa é a maior obra, porque, na Ferrovia Norte-Sul, a cada ano o Governo vem construindo 100 km de ferrovia. Amanhã, o Presidente vai inaugurar mais 100 km de ferrovia. E ela é estruturante, é uma obra importante.

Construir Cefet para mim é uma obra importante. O Presidente Lula acatar o piso salarial dos professores é uma obra relevante, é uma decisão de Governo, de Estado, é uma política de Estado importante. São várias. O Bolsa Família para mim é importantíssimo. O Programa ProUni é importantíssimo, porque repara erros sociais de longos anos.

Para mim, a grande obra do Governo do Presidente Lula, do nosso Governo é, sem dúvida, a diminuição da pobreza no Brasil. Essa é uma chaga que as elites econômicas, políticas do Brasil criaram, formando um muro invisível, um *apartheid*. E o Governo vem diminuindo a pobreza. Para mim, é essa a grande obra.

Desafios do ponto de vista da correlação de força na política que nós não conseguimos ainda resolver. Agora, é uma experiência histórica das esquerdas no Brasil – porque não há só o PT – importante, rica, e é um eterno aprendizado.

Eu ouço aqui – ainda ouvi hoje – pronunciamentos. Ora é o PT que já não é um Partido, ora é o Lula. Há um argumento sutil de desqualificar este que é um grande Partido. E o Brasil tem partidos e cada um com as suas mazelas. Se o Brasil não tivesse partidos, nós não teríamos democracia. O PSOL é um Partido. O PCdoB é um Partido que tem uma história no Brasil. O PDT é um outro grande Partido. O PMDB também.

O PT é um Partido novo, dos anos 80, de 10 de fevereiro de 1980. Evidentemente, ele tem um tempo curtíssimo. Chegou aonde chegou... E não chegou apenas pelo seu mérito, chegou pelo mérito do povo brasileiro, que votou duas vezes no sentido de consagrar vitórias. Essa é uma experiência da própria sociedade brasileira em compreender projetos, propostas.

Eu estava ouvindo aqui, nesta tarde, uma análise do ex-Senador Paulo Brossard. Ele tem o direito de fazer análises e de dizer que, no Brasil, não tem Partido, mas eu discordo peremptoriamente dessa análise do ex-Senador Paulo Brossard. O Brasil tem Partidos, evidentemente com posturas ideológicas definidas e claríssimas. Eu tenho divergências profundas com o Democratas, mas eu o considero um Partido, que tem programa, que tem projeto, que tem posição ideológica. O PSDB, da mesma forma, tem projeto, tem programa, tem lideranças, tem quadros, tem militantes, tem Prefeitos. Então, quero discordar. Não foi possível travar um debate, há duas horas, mas é uma análise equivocada. Têm-se divergências e discordâncias, mas o Brasil tem uma história de Partidos políticos e vem desde o Império.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Posso participar?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olha, V. Ex^a, a cada dia, me surpreende. Eu tenho uma admiração extraordinária por Suplente. Quando vem ele falar... Fernando Henrique Cardoso, circunstância. *O homem é o homem e suas circunstâncias*. Chegou à Presidência e é um estadista. Eu o acho um estadista pelo saber. E esse Paulo Brossard também: *o homem é o homem e suas circunstâncias*. Não é meu, isso é de Ortega y Gasset. Quando ele diz isso, nós temos que rever o Paulo Brossard. Eu li aquele livro dele, *80 anos da História Política do Brasil*, chapéu. Então a circunstância dele...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Esse é um dos grandes nomes do PMDB. Cumpriu um papel importante e cumpre até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O País tinha dois partidos, governo e oposição, como tem outros modelos praticamente; nos Estados Unidos, se alterna. Aí, hoje, essa análise, temos que ver o que ele viu, o que ele sente, o que nos influencia, que é os Estados Unidos, pelo poder. Eu mesmo, hoje, estou lendo o livro do Obama: *Audácia da Esperança*, e vou querer ler o primeiro desse, o segundo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Esse é o melhor, que ele mesmo escreveu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É, mas o primeiro diz: julgue, mas eu estou lendo esse, o novo, que está circulando. Mas, realmente, eu aprendi do Petrônio Portella a não agredir os fatos. Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio é o nosso Presidente. Eu votei nele em 1994. O que se quer dizer é que era aquele encanto, não é? Ele é um partido igual aos outros, como V. Ex^a defendia tão bem. Tem mazelas – o meu como tem. Está entendendo? Também até penso em sair, mas eu vejo as mazelas dos outros... vai levando. Então hoje, ele igualou-se, é um partido. Agora, quando o nosso Brossard disse isso, João Pedro, é porque ele viveu aquele momento duro do bipartidarismo, porque ninguém mais do que ele foi a oposição e fez renascer... V. Ex^a interpretou muito bem. Permita-me. Posso estar errado, porque não sou dono da verdade. Li superficialmente as pesquisas. Sei que pesquisa é um negócio de momento. Mas, em relação a essa daí de 70%, eu queria – e o meu papel é este – dizer ao nosso Presidente Luiz Inácio que não tenha muita euforia, não, porque aquilo é o momento, e o momento é o seguinte... Desculpe-me. Estudei estatística lá no meu curso médico para ver as doenças. Então, aquilo é o momento; 70%. O nosso Médici teve 80%, e lembro-me muito bem, não sei V. Ex^a, de que se dizia aqui: “Ninguém segura este País. Brasil: ame-o ou deixe-o”, se V. Ex^a se lembra. Milagre brasileiro. O nosso Delfim Netto e ele trazia um jumbo de dinheiro, e todo mundo deu 80% para o Presidente Médici. Hoje, na história, ele talvez seja o menos avaliado dos cinco Presidentes do período revolucionário. Está de acordo? Agora, por que essa do Luiz Inácio? Vou interpretar. Sei que V. Ex^a é mais culto do que eu. É um homem do Amazonas, líder sindical, agrônomo, conhece a natureza, é professor. Eu sou um medicozinho lá de uma Santa Casa da Parnaíba que foi Prefeitinho. Mas psicologia... Então, eu queria explicar. Por que essa aprovação do Luiz Inácio? É natural. Ninguém quer desgraça, ninguém quer coisa ruim, ninguém quer adversidade. Estou falando isso,

porque psicologia é a minha praia. Se fosse Amazônia, ecologia, V. Ex^a saberia.

Ninguém quer desgraça. Pelo contrário, estão criticando o português e as parábolas dele – e eu penso que é correto. Ele fala para o povo. Aquilo que estão querendo atacar são parábolas que Cristo falava, ele se comunica. Mas atentai bem! Ninguém quer desgraça. Ninguém quer adversidade. Ninguém quer complicação – homem nenhum normal. Estou falando como médico. Então, diante dessa desgraça que está aí na economia, uma hecatombe que já chegou, o nosso Presidente diz que isso não existe e que podem continuar gastando. É uma massa que não teve o preparo, o estudo e o discernimento de V. Ex^a. Ele está prometendo esse céu na terra, mas a hecatombe econômica está aí – essa a gente estuda que não pode. Falo como médico: esse câncer maldito está aí. Aconteceu nos Estados Unidos, mas vai dar metástase no mundo inteiro. Os Estados Unidos são dotados e têm 25% do dinheiro do mundo. E o dinheiro dele não está lá, não. Vou dar um exemplo. V. Ex^a me permite indicar um livro? Estou lendo o do Barack Obama. Ô homem sábio, ô menino preparado! Já quero o segundo livro. Ele estudou mesmo. Ele me encantou quando disse que sonhava que o país dele tivesse menos advogados – ele é advogado – e mais engenheiros, mais agrônomos. Entendeu? Olhe a visão dele. Mas eu queria era outro livro: *O Mundo é Plano*, do Professor Friedman. O dinheiro dos Estados Unidos – está certo que a China botou lá as indústrias – está na Índia. Na Índia, que nós sabemos, pela história oriental, aquele negócio das cobras e tal, tem zonas lá que são só dos Estados Unidos. Eles são sábios. O dinheiro dos Estados Unidos não está lá não; está no mundo. Na Índia, o dinheiro todo é dos Estados Unidos. Eles têm áreas lá. Vou lhe dar um exemplo muito prático. O maior escritório de contabilidade do mundo é americano, mas funciona lá na Índia. Por quê? Porque a mão-de-obra é cara nos Estados Unidos. Na Europa, mais cara ainda. Então, o salário de um contador dos bons é de US\$12 mil. O que os empresários americanos fizeram? Pegaram aqueles indianos que ganhavam pouco, US\$25, US\$50, contadores! Hoje, todo mundo faz contabilidade, imposto de renda no escritório americano. Eles dão US\$800, e estão satisfeitos. Na Medicina, ocorreu o mesmo. Essa parafernália de diagnóstico computadorizado e tal, dão aparelho para o mundo todo e botam só um técnico para tirar ali. Não sabe nem o que está tirando. Aí manda para lá, e o médico, que ganha US\$20 mil, que está lá, manda no computador a resposta. Então, os Estados Unidos não são só aquilo ali... Você já foi quantas vezes lá, Gilberto Goellner, nos Estados Unidos? Quatro. Olha

aí. Não é aquilo só não, é o mundo. Eu dei o exemplo da Índia, desse livro. Então, a metástase vem para cá. Não tem conversa. Agora, o nosso Presidente, eu não sei... Então, o povo, que não está... E eu quero o debate qualificado com o Adam Smith de hoje. O povo: “Que vem, vem”. Agora, ninguém quer desgraça, ninguém quer dificuldade; isso eu estou falando aí; eu sei mais do que o Mercadante: é a psicologia humana. Economia é com ele aí, o Adam Smith. Mas o que houve, nesse momento dessa euforia, é que o nosso Presidente: “Nós não vamos ter nada, não; nós vamos ficar numa boa”. Não vamos! O Mercadante eu já ouvi atentamente como encara o problema da economia. Deu, pelo menos, um sinal amarelo. Mas não estou criticando, não. Cada um tem a estratégia. Agora, por isso, essa euforia, pois, se o Presidente está dizendo – o nosso nível cultural V. Ex^a sabe – que melhorou a renda, que melhorou o salário mínimo... E olhe que foi a coisa mais linda que acho que o Governo fez: a gente lutava por US\$70 dólares, e está em quase US\$200, porque agora baixou e diminuiu de novo. Então, existem as conquistas. Eu acho melhor do que bolsa, mas o Bolsa Família é caridade, e caridade é algo bom, foi necessário, e a gente tem de atualizar. Então, essas são as manifestações! Mas, que eu torço, torço; mas, que a metástase vem para cá, vem, e está chegando. Agora, o resultado foi nessa euforia, porque ele disse: “Não vem”. Então, o povo lá diz: “Não vem, não; aqui não vai”. Vai. Infelizmente eu acho que vai chegar. Não é que eu queira, não.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, eu vou mais no debate qualificado. Eu sou muito prático – cirurgião é prático. Agora, às vezes dá certo. Juscelino Kubitscheck era médico cirurgião como eu, e veja a visão que ele tinha. Eu vou ser muito prático. Você quer ver como está atingindo o País? Eu passo naquele Beirute – está ali o Dr. Alcino, que morou aqui há 40 anos; olha, naquele Beirute, havia gente, e não tem mais aquele povo. Eu fui ao casamento da filha do Tasso Jereissati, em Fortaleza. Eu estudei lá, sou cidadão de lá, fiz CPOR, fui interno nos Irmãos Marista, faculdade, vivo lá. Vazio, vazio o turismo. Então, já chegou. São coisas que a gente vê. Agora, o Presidente disse, e o povo está eufórico. “Não, não vem não. É uma...” Vai chegar, infelizmente. Eu acho que vai chegar. V. Ex^a acha ou não? As dificuldades?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Já chegou, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dez é a nota que quero dar a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Os entrevistados da pesquisa do *DataFolha* sabem que vai chegar, sabem que já chegou. A pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a diz cinqüenta e tantos por cento dos entrevistados, dizendo que não acreditam que haja dificuldades e tal...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, têm a escolaridade de nível superior...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mais da metade da nossa população é esse nível. Nós somos um País que tem 8% de universitários. A Argentina tem 31%, e o Chile tem 35% de universitários.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente Mão Santa, a camada de nível superior participou da pesquisa também. Todo o estrato social, todos os brasileiros acompanham a crise. E veja V. Ex^a um item da pesquisa.

Quero dizer que espero que o Presidente Barack Obama... Espero não: não vem isso dos Estados Unidos. Mas o causador da crise foram os Estados Unidos. A expectativa é a de que o Presidente... Eu gostaria muito que os americanos pedissem desculpas à Humanidade pela crise, porque começou lá a crise.

Mas, para 67% dos entrevistados, o Brasil está melhor desde a eleição de Lula; 78% afirmaram que está melhor no Nordeste; 71%, nas Regiões Norte e Centro-Oeste; no Sudeste, 62%; e, no Sul, 57% responderam que o Brasil está melhor com o Presidente Lula.

É evidente que o contexto da crise, que começou nos Estados Unidos, Europa, Ásia, chegou ao Japão – provocando recessão no Japão –, estamos vivendo agora. Mas a pesquisa reflete todo um processo dessa experiência, de 2003 para cá, com o Presidente Lula. Ou seja, é uma análise do Governo. A pesquisa não trata apenas desse momento de crise, mas do Governo do Presidente Lula. Isto é importante: os avanços que aconteceram.

Evidentemente, tenho análise crítica e sei – não posso ter outra postura – que não resolvemos todos os problemas. Longe disso. Mas tenho orgulho deste Governo, dos avanços deste Governo, principalmente este, o da diminuição da pobreza no Brasil, em todas as regiões. Isso, para mim, é que é o importante, o relevante, o fundamental, como resultado do Governo do Presidente Lula, do nosso Governo, dessa experiência.

Destaco também que, como militante do Partido dos Trabalhadores – e esse debate aconteceu, não deu para travar o debate, como eu gostaria –, tenho

orgulho deste partido. Tenho orgulho da história do PT, de sua militância.

Participei, neste final de semana, em São Paulo, de um debate de âmbito nacional entre militantes, de uma corrente política que há dentro do partido, “Construindo um Novo Brasil”, discutindo a questão ambiental, a cultura, a formação política, a sucessão. O PT é um partido que não tem dono. O PT é um partido de militantes, de uma dinâmica da cultura do PT.

Fico ouvindo que o PT acabou, que o PT não sei o quê... Acho que a crítica tem de existir, e temos os nossos defeitos, como temos uma história. Agora, não aceito a tentativa de desqualificar o PT e os outros partidos. O Brasil tem partidos, e, evidentemente, o meu partido tem essa experiência, surgiu num embate duríssimo contra a ditadura militar. É verdade que já na fase final da ditadura, mas seus militantes se forjaram, em sua grande maioria, alguns antes da ditadura, outros no processo de combate à ditadura militar e pós-ditadura. É um Partido novo, que hoje tem um desafio de ser o principal Partido do Governo. Demos as nossas cabeças e continuamos aprendendo. O Partido tem uma dinâmica; o Partido é o dia-a-dia de lutas, de análises, de reflexões, de avanços, de recuos, de acertos, de desacertos. Essa é a vida dos partidos.

Agora, eu quero dizer que tenho muita alegria de participar do PT, de ser um militante do PT. A função que tenho hoje de fazer este debate como Senador da República aumenta a responsabilidade. Saindo do Senado, eu vou continuar militando nesse Partido, ao lado dos povos indígenas, ao lado dos trabalhadores, da juventude, do debate com os militantes que militam na cultura, no teatro, nos grupos de folclore, de dança enfim.

O PT é um Partido que não é predestinado. O PT é um projeto que, com Lula ou sem Lula, vai continuar, e ligado estreitamente aos movimentos sociais. Esta é uma característica do Partido: a sua ligação com os movimentos, com as organizações dos trabalhadores deste País.

Por fim, Presidente, eu quero encerrar, dizendo da minha alegria por ver esses números. Mais do que alegria pelos números que o Governo tem, mas pela disposição de se avançar mais no sentido de provocar mudanças em estruturas seculares que deixaram de lado milhões de brasileiros. Então, os números – e V. Ex^a falou – são uma fotografia da pesquisa. Mas são números que apontam no sentido de o PT tirar lições, para avançarmos na melhora de vida de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após brilhante pronunciamento do Senador João Pedro, que representa o Partido dos Trabalhadores pelo Estado do Amazonas, que fez análise da participação do seu partido na democracia do Brasil, apenas aproveitaria esse instante final desta sessão para pedir ao Presidente da República que olhe o caos que estamos vivendo no Estado do Piauí.

A Justiça denunciou que o sul do Estado está se transformando em carvão. Negociam grandes áreas de terra, queimando pequenas florestas que nós temos. Nós somos pobres em vegetação, nós não somos um Amazonas. E a própria Justiça está denunciando. Setenta e dois municípios decretaram emergência, não têm água. Essa é a realidade.

O Pronaf foi extinto em 100 municípios. Pela seca – se eles não têm água, eles não pagam –, a companhia energética levou o Estado do Piauí ao “apagão”.

O Piauí é o Brasil. Então, é isso que eu tenho de dizer: o Brasil não vai naquelas cores tão bem pintadas pelo líder da Amazônia, não! O Brasil está cheio de dificuldades. Vejam nossa segurança, nossa educação. Nossa querido Senador disse, mas eu queria dizer, em 1990, neste País, o MEC disse que, das dez melhores universidades, sete eram públicas e três privadas; em 2000, mudou: das dez melhores universidades, sete eram privadas e três públicas. Agora, das dez melhores, só existem duas públicas.

O que é que significa isso? Que o pobre não vai ter vez para estudar. Uma faculdade federal de Medicina onde eu, nos governos passados, estudei; especializei-me em hospitais federais no Ipase e me tornei um cirurgião – era Pelé fazendo gol e eu operando). Hoje, não tem mais! A faculdade de Medicina privada, no Nordeste, tem uma delas que cobra R\$4.000,00 por mês. Então, está muito distante do pobre que V. Ex^a está pretendendo... Quatro mil reais em um mês! E esse estudante tem de comer, tem de comprar livros caros e tudo! Então, só a elite pode estudar!

Então, esta é nossa preocupação. Não está assim... V. Ex^a vê as cores belas da natureza do Amazonas e pinta.

Mas esta é a realidade: as faculdades de Medicina, hoje, em sua grande maioria, são privadas. Há delas que custam R\$4 mil. Atentai bem o que é essa quantia. Esse regime deu certo nos Estados Unidos porque o salário é alto. Consegue-se trabalhar para pagar. O Chile nos dá um exemplo, daí ter 30% de sua população em universidades. O estudante vai ao banco e tira dinheiro, como tiramos dinheiro para comprar carro, em 10 anos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, deixe-me colocar um número. Esse número não bate com os números reais. Em 2003, no início do Governo Lula, havia 113 mil vagas nas universidades federais. Em 2009, agora, serão oferecidas 250 mil vagas. Aumentou o número de vagas nas universidades públicas. É preciso dizer. E em muitas particulares, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Hoje nos temos 6 milhões de estudantes universitários.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Veja só, veja só: muitas universidades particulares foram fechadas a partir dos exames realizados em 2005. É preciso rever esses números porque duplicaram nas universidades públicas federais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Duplicaram, mas o número de estudantes universitários agora bate milhões. A grande maioria está no privado. O ProUni serve a uma percentagem muito pequena. E o Senado é para isso, é para esse debate qualificado. Os Estados Unidos foram porque não viram. O Obama é Presidente porque ele não votou contra a guerra do Iraque, não. Ele discursou, ele debateu; ele antes dizia que não tinha nada do Iraque com armas químicas contra a humanidade. Esta Casa é para este debate. Quer dizer, se tivesse, vamos dizer, o Presidente Bush escutado o Senador Obama, ele não teria entrado na guerra.

Então os nossos cumprimentos. V. Ex^a enriquece este Partido. Eu apenas acho hoje o PT não era aquele do sonho que eu mesmo tive. Eu votei em Luiz Inácio em 94, eu votei no Governador do Piauí. Mas o sonho... Nós somos hoje todos iguais, os partidos no Brasil.

Então, olha aqui. Não tem mais nada não? Está aí o exemplo da grandeza aqui, dois jovens, altamente, tipo Obama, não é só o Obama que tem inteligência privilegiada, não. Está aqui, a coisa mais fácil é dirigir o Senado porque somos cercados de assessores que sabem mais do que a gente. O Dr. José Roberto quando eu preciso das coisas, eu cutuco aqui, e ele me dá as informações em menos de trinta segundos e o João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 1.217, DE 2008

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003 (nº 687/1995, na Casa de Origem do Deputado Koyu Iha) que dispõe sobre a política pesqueira nacional e dá outras providências.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Vem a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), nos termos do art. 104-B, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 29, de 2003 (PL nº 687, de 1995, na origem), que dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências.

No Senado Federal, a matéria foi inicialmente distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Por força da aprovação do Requerimento nº 158, de 2008, o projeto veio à análise da CRA.

A CCJ concluiu pela constitucionalidade e regimentalidade da matéria e a CRE emitiu parecer favorável ao texto aprovado na Câmara dos Deputados. A CAE, a CAS e a CMA aprovaram o projeto na forma de substitutivos e emendas apresentados em cada Comissão.

De acordo com o Substitutivo aprovado pela CMA, o qual incorpora os aperfeiçoamentos propostos nas demais comissões que apreciaram a matéria, o projeto compõe-se de vinte e seis artigos, estruturados em oito capítulos, resumidos a seguir.

O art. 1º estabelece que a política nacional da aquicultura e da pesca tem por objetivo promover: o desenvolvimento sustentável, o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade; a preservação, a conservação e a recuperação dos ecossistemas aquáticos; e o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira.

O art. 2º trata das definições inerentes ao objeto da proposição.

No âmbito do Capítulo III, o art. 3º versa sobre a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e determina que compete ao Poder Público fixar, em cada caso: os regimes de acesso; a captura total permitível e os tamanhos das espécies passíveis de captura; os períodos de defeso e as temporadas de pesca; as áreas interditadas à atividade ou de reservas; os aparelhos, métodos e sistemas de pesca e de cultivo; o esforço

de pesca máximo sustentável; a capacidade de suporte dos ambientes; e as ações de monitoramento, controle e fiscalização.

O Capítulo IV, que trata da atividade pesqueira, comprehende os arts. 4º a 7º.

O art. 4º estabelece os processos envolvidos na atividade pesqueira; define atividade pesqueira artesanal; fixa que a pesca só poderá ser realizada em áreas destinadas a essa finalidade, mediante prévia licença ou permissão da autoridade competente; e especifica as embarcações que nela poderão ser utilizadas.

No art. 5º, estão definidos os atos administrativos que poderão ser adotados pelas autoridades competentes em relação ao exercício da atividade pesqueira. O art. 6º estabelece normas relativas à fiscalização e o art. 7º enuncia os meios pelos quais se dará o desenvolvimento sustentável dessa atividade, entre os quais destacamos: a determinação de áreas especialmente protegidas, a educação ambiental, a pesquisa pertinente à atividade pesqueira e o crédito para fomento do setor.

O art. 8º define as modalidades de pesca: comercial, que comprehende as categorias “artesanal ou de pequeno porte”, “industrial de médio porte” e “industrial de grande porte”, e não-comercial, classificada em “científica”, “amadora” e “de subsistência”.

Tratando das embarcações de pesca, o Capítulo VI reúne os arts. 9º a 12. O primeiro dispositivo define e caracteriza as embarcações de pesca, ao passo que o art. 10 dispõe sobre a construção e a transformação de embarcação brasileira e a importação ou o arrendamento de embarcação estrangeira. Na sequência, os arts. 11 e 12 disciplinam, respectivamente, o transbordo do produto da pesca e a associação entre o armador de pesca e os pescadores profissionais.

O Capítulo VII trata especificamente da atividade da aquicultura. De acordo com o art. 13, as empresas que desenvolvem a atividade são equiparadas a empresas pesqueiras; o aquicultor poderá coletar e transportar organismos aquáticos silvestres; e o cultivo de moluscos e algas macrófitas fica restrito à edição de lei específica. Os arts. 14 e 15 fixam as modalidades da aquicultura em “comercial”, “científica ou demonstrativa” e de “recomposição ambiental” e estabelecem que para essa classificação deverão ser consideradas: a forma de cultivo, a dimensão da área explorada, a prática de manejo e a finalidade do empreendimento. O art. 16 determina que, na criação de espécies exóticas, é responsabilidade do aquicultor assegurar a contenção dos espécimes.

O art. 17 estatui a proibição da soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, e o art. 18 define os planos de desenvolvimento da aquicultura, os parques e áreas aquáticas e o Sistema

Nacional de Autorização de Uso de Águas da União como instrumentos de ordenamento da aquicultura.

Tratando das disposições gerais, o Capítulo VIII disciplina, no art. 19, a comercialização dos produtos pesqueiros e, nos arts. 20 e 21, estatui que a pesquisa pesqueira e a capacitação de mão-de-obra deverão ser direcionadas para o desenvolvimento sustentável da atividade. O art. 22 dispõe sobre o Registro Geral da Atividade Pesqueira e o art. 23 autoriza o Poder Executivo a criar sistema nacional de informações sobre a pesca e a aquicultura. As penalidades aos infratores da lei são previstas no art. 24; o art. 25 estabelece que a lei entrará em vigor sessenta dias após sua publicação; e o art. 26 enuncia os dispositivos legais revogados.

No âmbito da CRA, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em análise.

II – Análise

Inicialmente, o PLC nº 29, de 2003, tinha por objetivo, justificadamente, aperfeiçoar e sistematizar as normas relativas ao disciplinamento da pesca. Atualmente, essas normas se encontram dispersas em vários diplomas legais – sendo o principal deles o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 – e em inúmeros decretos, resoluções e portarias. A regulação vigente, em grande parte inadequada e de aplicação duvidosa, não estaria sendo capaz de coibir a sobrepesca, tampouco de estimular a economia pesqueira.

Durante a tramitação do projeto no Senado Federal, o objetivo inicial da proposição se expandiu e o texto recebeu aperfeiçoamentos consistentes, coroando o esforço antes realizado na Câmara dos Deputados. Assim, partiu-se do intuito de disciplinar a política pesqueira nacional, para se chegar ao delineamento de uma política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, nos termos do Substitutivo aprovado pela CMA (Emenda nº 2-CMA).

As alterações promovidas no texto do PLC nº 29, de 2003, harmonizam-se com o entendimento que se consolida na sociedade brasileira, no sentido de correlacionar a ameaça aos estoques pesqueiros a ações humanas, tais como a destruição dos ecossistemas aquáticos, a existência de barragens que impedem a migração reprodutiva de peixes, o assoreamento dos cursos d'água e o emprego de métodos predatórios de pesca.

A despeito das alterações, o projeto mantém sua essência, ao buscar conciliar a preservação e a conservação dos ecossistemas aquáticos com o aproveitamento dos recursos pesqueiros e o desenvolvimento socioeconômico dos que exercem a pesca e a aquicultura, a fim de que essa atividade se dê em bases sustentáveis.

Não perdendo de vista as análises formuladas nas Comissões antecessoras, julgamos relevante contribuir com outras alterações nos textos já aprovados por aquelas Comissões, para dar melhor estrutura à legislação referente ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura nacionais.

Nesse sentido, atinente à boa técnica legislativa e à consecução dos objetivos do PLC nº 29, de 2003, apresentamos substitutivo que, no nosso entendimento, aperfeiçoa o texto do projeto, sem se afastar de sua essência. Cabe observar que o incremento no número de artigos do substitutivo elaborado deve-se, em grande medida, à reestruturação do conteúdo original, objetivando alcançar a adequada técnica legislativa e o esforço de sistematização para permitir a revogação do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, dispondo sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução.

No âmbito das alterações de conteúdo propostas, excluímos do texto do PLC as atribuições de obrigações, competências ou autorizações ao Poder Executivo, para que não venham a constituir risco de inconstitucionalidade por vício de iniciativa. No que tange à juridicidade, as modificações sugeridas consideram ainda disposições da legislação trabalhista e da ambiental em vigor, além da supressão de definições redundantes ou estranhas à matéria.

Na discussão da matéria na CRA foram apresentadas sugestões, da Senadora Rosalba Ciarlini e do senador Cícero Lucena, de alteração no texto. Sugestões estas que acato na forma do substitutivo que ora apresento.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29 (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I Das Normas Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da

Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;

III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

CAPÍTULO II Das Definições

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – recursos pesqueiros: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;

II – aquicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária, e classificada nos termos do art. 20 desta Lei;

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extraír, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

IV – aquiculтор: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, exerce a aquicultura com fins comerciais;

V – armador de pesca: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, apresta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira pondo-a ou não a operar por sua conta;

VI – empresa pesqueira: a pessoa jurídica que, constituída de acordo com a legislação e devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, dedica-se, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira prevista nesta lei;

VII – embarcação brasileira de pesca: A pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no Brasil ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, bem como aquela sob contrato de arrendamento por empresa pesqueira brasileira;

VIII – embarcação estrangeira de aquicultura ou pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no exterior ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis de outro país, em que tenha sede e administração, ou, ainda, as embarcações brasileiras arrendadas a pessoa física ou jurídica estrangeira;

IX – transbordo do produto da pesca: fase da atividade pesqueira destinada à transferência do pescado e dos seus derivados de embarcação de pesca para outra embarcação;

X – áreas de exercício da atividade pesqueira: as águas continentais, interiores, o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva brasileira, o alto mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil, excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para a segurança nacional e para o tráfego aquaviário;

XI – processamento: fase da atividade pesqueira destinada a utilizar os recursos pesqueiros provenientes da pesca e da aquicultura para a obtenção de produtos elaborados, conservados ou preservados;

XII – ordenamento pesqueiro: o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, econômicos e sociais;

XIII – águas interiores: as baías, lagunas, braços de mar, canais, estuários, portos, angras, enseadas, ecossistemas de manguezais, ainda que a comunicação com o mar seja sazonal, e as águas compreendidas entre a costa e a linha de base, ressalvado o disposto em acordos e tratados de que o Brasil seja parte;

XIV – águas continentais: os rios, bacias, ribeiros, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar

XV – alto mar: a porção de água do mar não incluída na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores e continentais de outro Estado, nem nas águas arquipelágicas de Estado arquipélago;

XVI – mar territorial: faixa de doze milhas marinhas de largura, medida a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Brasil.

XVII – zona econômica exclusiva: faixa que se estende das doze às duzentas milhas marinhas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

XVII – plataforma continental: o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância;

XVIII – defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes;

XIX – espécies exóticas: são aquelas que se encontram fora de sua distribuição natural;

XX – espécies estabelecidas: aquelas que se reproduzem de forma natural fora de sua área de origem e são observadas na pesca, em região ou área considerada;

XXI – pescador amador: a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos;

XXII – Pescador profissional é a pessoa física, brasileiro ou estrangeiro residente no País que, licenciado pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

§ 1º Considera-se também armador de pesca a pessoa física ou jurídica que tenha o exclusivo controle da expedição de embarcação aparelhada e poderes para administrá-la em qualquer modalidade de contrato.

§ 2º Considera-se também pescador profissional a pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações de petrechos e no processamento do produto da pesca.

§ 3º Considera-se para efeito de concessão do benefício do seguro desemprego para o pescador profissional artesanal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para preservação da espécie, somente o pescador referido na Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2603.

CAPITULO III

Da Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e da Atividade de Pesca

Seção I

Da Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros

Art. 3º Compete ao Poder Público a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos

pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso:

I – os regimes de acesso;

II – a captura total permitível;

III – o esforço de pesca sustentável

IV – os períodos de defeso

V – as temporadas de pesca;

VI – os tamanhos de captura;

VII – as áreas interditadas ou de reservas;

VIII – as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cuhivo;

IX – a capacidade de suporte dos ambientes;

X – as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade;

XI – a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques.

§ 1º O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando garantir sua permanência e continuidade.

§ 2º Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação federal aplicável e o direito de pescadores, armadores e empresas de pesca, podendo o exercício da atividade ser restrito a uma determinada bacia hidrográfica.

Seção II

Da Atividade Pesqueira

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento de pescado.

Art. 5º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:

I – a proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;

II – a busca de mecanismos para a garantia da proteção e da segurança do trabalhador e das populações com saberes tradicionais;

III – a busca da segurança alimentar e a sanidade dos alimentos produzidos

Art. 6º O exercício da atividade pesqueira poderá ser proibido transitória, periódica ou permanentemente, nos termos das normas específicas, para proteção:

I – de espécies, áreas ou ecossistemas ameaçados;

II – do processo reprodutivo das espécies e de outros processos vitais para a manutenção e a recuperação dos estoques pesqueiros;

III – da saúde pública;

IV – do trabalhador.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, o exercício da atividade pesqueira é proibido:

I – em épocas e nos locais definidos pelo órgão competente;

II – em relação às espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos não permitidos pelo órgão competente;

III – sem licença, permissão, concessão, autorização ou registro expedido pelo órgão competente;

IV – em quantidade superior à permitida pelo órgão competente;

V – em locais próximos às áreas de lançamento de esgoto nas águas, com distância estabelecida em norma específica;

VI – em locais que cause embaraço à navegação;

VII – mediante a utilização de:

a) explosivos;

b) processos, técnicas ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante ao de explosivos;

c) substâncias tóxicas ou químicas que afetem as condições naturais da água;

d) petrechos, técnicas e métodos não permitidos ou predatórios.

§ 2º São vedados o transporte, a comercialização, o processamento e a industrialização de espécimes provenientes da atividade pesqueira proibida.

Art. 7º O desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:

I – a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;

II – a determinação de áreas especialmente protegidas;

III – a participação social;

IV – a capacitação da mão-de-obra do setor pesqueiro;

V – a educação ambiental;

VI – a construção e a modernização da infra-estrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;

VII – a pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;

VIII – o sistema de informações sobre a atividade pesqueira;

IX – o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;

X – o crédito para fomento ao setor pesqueiro.

CAPITULO IV

Da Pesca

Seção I

Da Natureza da Pesca

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal – quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma, com meios de produção próprios, sozinho, em regime de economia familiar ou em regime de parceria com outros pescadores com finalidade comercial, utilizando embarcação de pequeno porte;

b) industrial – quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

II – não comercial:

a) científica – quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora – quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência – quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

Seção II

Das Embarcações de Pesca

Art. 9º Podem exercer a atividade pesqueira em áreas sob jurisdição brasileira:

I – as embarcações brasileiras de pesca;

II – as embarcações estrangeiras de pesca cobertas por acordos ou tratados internacionais firmados pelo Brasil, nas condições neles estabelecidas e na legislação específica;

III – as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por empresas, armadores e cooperativas brasi-

leiras de produção de pesca, nos termos e condições estabelecidos em legislação específica.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se equiparadas às embarcações brasileiras de pesca as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por pessoa física ou jurídica brasileira.

§ 2º A pesca amadora ou esportiva somente poderá utilizar embarcações classificadas, pela autoridade marítima, na categoria de esporte e recreio.

Art. 10 Embarcação de pesca, para os fins aquela que, permissionada e registrada junto às competentes, na forma da legislação específica, opera, com exclusividade em uma ou mais das seguintes atividades:

- I – na pesca;
- II – na aquicultura;
- III – na conservação do pescado;
- IV – no processamento do pescado;
- V – no transporte do pescado;
- VI – na pesquisa de recursos pesqueiros.

§ 1º As embarcações que operam na pesca comercial se classificam em:

I – de pequeno porte: quando possui arqueação bruta (AB) igual ou menor que vinte toneladas;

II – de médio porte: quando possui arqueação bruta (AB) maior que vinte e menor que cem toneladas;

III – de grande porte: quando possui arqueação bruta (AB) igual ou maior que cem toneladas.

§ 2º São considerados bens de produção as embarcações, as redes e os demais petrechos utilizados na pesca ou na aquicultura comercial.

§ 3º São considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal.

§ 4º A embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da Autoridade Marítima aplicáveis ao tipo de embarcação.

§ 5º É permitida a admissão, em embarcações pesqueiras, de menores a partir de catorze anos de idade, na condição de aprendizes de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, bem como as normas da Autoridade Marítima.

Art. 11. A embarcação brasileira de pesca terá, no curso normal das pescarias, livre acesso a qualquer hora do dia ou da noite aos portos e aos terminais pesqueiros nacionais, isentas de quaisquer taxas e tarifas portuárias, salvo dos serviços a ela prestados, quando forem realizados pelo porto ou empresa autorizada, por solicitação do armador.

§ 1º A descarga do pescado poderá ser feita pela tripulação da embarcação de pesca.

§ 2º Não se aplicam à embarcação brasileira de pesca ou estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira, as normas reguladoras do tráfego de cabotagem e as referentes à praticagem.

Art. 12. O transbordo do produto da pesca, desde que previamente autorizado, poderá ser feito nos termos da regulamentação específica.

§ 1º O transbordo será permitido, independentemente de autorização, em caso de acidente ou defeito mecânico que implique no risco de perda do produto da pesca ou seu derivado.

§ 2º O transbordo de pescado em área portuária, para embarcação de transporte, poderá ser realizado mediante autorização da autoridade competente, nas condições nela estabelecidas.

§ 3º Obedecida a legislação específica, as embarcações pesqueiras brasileiras poderão desembarcar o produto da pesca em portos de outros países.

§ 4º O produto pesqueiro ou seu derivado oriundo de embarcação brasileira ou de embarcação estrangeira de pesca arrendada à pessoa jurídica brasileira, é considerado produto brasileiro.

Art. 13. A construção e a transformação de embarcação brasileira de pesca, assim como a importação ou arrendamento de embarcação estrangeira de pesca, dependem de autorização prévia das autoridades competentes observados os critérios definidos na regulamentação pertinente.

Parágrafo único. – A autoridade competente poderá dispensar, nos termos da legislação específica, a exigência de que trata o **caput** deste artigo para a construção e transformação de embarcação utilizada nas pescas artesanal e de subsistência, atendidas as diretrizes relativas à gestão dos recursos pesqueiros.

Seção III Dos Pescadores

Art. 14. São pescadores profissionais aqueles que devidamente licenciados pela autoridade competente trabalham na pesca artesanal ou na pesca industrial.

Parágrafo único. Ao tripulante estrangeiro de embarcação estrangeira de pesca arrendada por brasileiro, portador de carteira marítima, será concedida a autorização de trabalho temporário pelo órgão competente se atendidas as exigências da legislação pertinente.

Art. 15. Os tripulantes das embarcações de pesca podem ser contratados:

I – sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, observadas as normas específicas estabelecidas nesta lei;

II – sob o Regime de Contrato de Parceria de Pesca por cotas-partes, na forma desta lei.

Art. 16. Na pesca Industrial o armador de pesca poderá celebrar com pescadores profissionais para o exercício da pesca, contrato de parceria por cotas-partes, previsto em convenção coletiva de trabalho, com cláusulas dispendo sobre as condições relativas à responsabilidade pela embarcação, na forma da legislação específica.

§ 1º O comandante da embarcação será responsável pela direção das operações de pesca durante a viagem ou expedição e pela disciplina do pessoal a bordo.

§ 2º O proprietário, o armador e o preposto respondem solidariamente pelos danos a que a embarcação der causa, bem como por sua regularidade.

§ 3º Os parceiros contribuirão, para o empreendimento comum, com a embarcação apta a operar, com equipamentos, materiais e com o trabalho, ou só com este, conforme se ajustar no contrato, repartindo os ganhos ou perdas ao término da cada viagem ou expedição de pesca.

§ 4º As entidades nacionais de representação das categorias que fizerem uso do instrumento previsto no **caput** deste artigo, regularão as condições mínimas para os contratos de parceria por cotas parte nas diversas modalidades de pesca, podendo denunciar contratos que apresentarem contradições ao estabelecido, excluídas aquelas da pesca artesanal.

Art. 17. O ajuste entre os parceiros não prejudica a regular distribuição de funções a bordo nem a observância dos requisitos profissionais dos tripulantes, de conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo único. O patrão de pesca da embarcação será o responsável pelas operações de pesca durante a viagem ou expedição.

Art. 18. Na Pesca Industrial, o contrato de parceria por cotas partes será obrigatoriamente homologado pelos sindicatos das categorias envolvidas.

CAPÍTULO V Da Aqüicultura

Art. 19. O aqüicultor poderá coletar, capturar e transportar organismos aquáticos silvestres, com finalidade técnico-científica ou comercial, desde que previamente autorizado pelo órgão competente.

Art. 20. A aqüicultura é classificada como:

I – comercial: quando praticada com finalidade econômica, por pessoa física ou jurídica;

II – científica ou demonstrativa: quando praticada unicamente com fins de pesquisa, estudos ou demonstração por pessoa jurídica legalmente habilitada para essas finalidades;

III – recomposição ambiental: quando praticada sem finalidade econômica, com o objetivo de reovoamento, por pessoa física ou jurídica legalmente habilitada;

IV – familiar: quando praticada por unidade familiar, podendo contar com a mão-de-obra de terceiros em caráter eventual e que explore reservatórios hídricos com superfície igual ou inferior a dois hectares ou ocupe até quinhentos metros cúbicos de água quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

V – ornamental: quando praticada para fins de aquariofilia ou de exposição pública, com fins comerciais ou não.

Art. 21. O regulamento desta lei disporá sobre a classificação das modalidades de aqüicultura a que se refere o art. 19, consideradas:

I – a forma do cultivo;

II – a dimensão da área explorada;

III – a prática de manejo;

IV – a finalidade do empreendimento.

Parágrafo único. As empresas de aqüicultura são consideradas empresas pesqueiras.

Art. 22. O Estado concederá o direito de uso de águas e terrenos públicos para o exercício da aqüicultura.

Art. 23. Na criação de espécies exóticas, é responsabilidade do aqüicultor assegurar a contenção dos espécimes no âmbito do cativeiro, impedindo seu acesso às águas de drenagem de bacia hidrográfica brasileira.

Parágrafo único. Fica proibida a soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, cuja caracterização esteja em conformidade com os termos da legislação específica;

Art. 24. São instrumentos de ordenamento da aqüicultura os planos de desenvolvimento da aqüicultura, os parques e áreas aqüícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de aqüicultura, conforme definidos em regulamentação específica.

§ 1º A implantação de empreendimentos aqüícolas, em áreas de salinas, salgados, apicuns, restingas, bem como em todas e quaisquer áreas adjacentes a, rios, lagoas, lagos, açudes, deverá observar o contido nos artigos 2º e 3º da Lei nº 4.771 de 1965 e o art. 1º da MP nº 2.166-67 de 2001, que dispõem sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP's).

§ 2º Fica vedada a implantação de empreendimentos aqüícolas no mangue e em Áreas de Preservação Permanente (APP's), classificadas nos Art. 2º e Art. 3º do Código Florestal e MP nº 2.166-67/01.

§ 3º A instalação de canais e estruturas de captação e drenagem de água para operacionalização de

empreendimentos aquícolas, previstas em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, não se incluem na vedação prevista no parágrafo anterior.

CAPÍTULO VI

Do Acesso aos Recursos Pesqueiros e das Taxas

Art. 25. Toda pessoa, física ou jurídica, que exerce atividade pesqueira, bem como a embarcação de pesca, devem ser previamente inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), bem como no Cadastro Técnico Federal (CTF) na forma da legislação específica.

Parágrafo único. Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta lei.

Art. 26. A autoridade competente adotará, para o exercício da atividade pesqueira, os seguintes atos administrativos.

I – concessão: para exploração, por particular, de infra-estrutura e de terrenos públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros;

II – permissão: para transferência de permissão; para importação de espécies aquáticas para fins ornamentais e de aquicultura, em qualquer fase do ciclo vital; para construção, transformação e importação de embarcações de pesca; para arrendamento de embarcação estrangeira de pesca; para pesquisa; para o exercício de aquicultura em águas públicas; para instalação de armadilhas fixas em águas de domínio da União;

III – autorização: para operação de embarcação de pesca e para operação de embarcação de esporte e recreio, quando utilizada na pesca esportiva, e para a realização de torneios ou gincanas de pesca amadora;

IV – licença: para o pescador profissional e amador ou esportivo; para o aquicultor; para o armador de pesca; para a instalação e operação de empresa pesqueira;

V – cessão: para uso de espaços físicos em corpos d’água sob jurisdição da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura.

§ 1º Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta lei.

§ 2º A inscrição no RGP é condição prévia para a obtenção de concessão, permissão, autorização e licença em matéria relacionada ao exercício da atividade pesqueira.

Art. 27. Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cumprimento das exigências das autoridades marítimas, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no **caput** deste artigo implicará na interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

Art. 28. Os valores, condições e épocas de incidência de taxas referentes à outorga de permissões, concessões, autorizações, licenças, registros e outros serviços prestados visarão à gestão e administração pública da atividade pesqueira e à justa remuneração da sociedade pela utilização de bens do domínio da União.

§ 1º Ficam isentos do pagamento das taxas de que trata o **caput** deste artigo, a pessoa física ou jurídica que desenvolve atividade de:

I – pesquisa;

II – atividade pesqueira artesanal ou de subsistência;

III – aquicultura em propriedade privada;

IV – aquicultura para recomposição ambiental;

V – aquicultura familiar.

Art. 29. Sem prejuízo das demais restrições previstas em legislação, norma ou regulamento, ficam dispensados de registro e do pagamento de taxas de licença de pesca esportiva ou amadora, desde que não filiados a clubes ou associações esportivas de pesca, e que em nenhuma hipótese importe em atividade comercial:

I – qualquer pessoa desembarcada, que utilize para o exercício da pesca somente linha de mão ou caniço simples;

II – os menores de 14 anos, os aposentados e os maiores de 60 anos, embarcados ou não, que utilizem para o exercício da pesca linha de mão, caniço simples ou com molinete, empregados com anzóis simples ou múltiplos.

CAPÍTULO VII

Do Estímulo à Atividade Pesqueira

Art. 30. São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal em todos os seus efeitos, inclusive aqueles creditícios e fiscais, as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de captura, criação, transformação, armazenamento, processamento e industrialização de pescado nos termos desta lei.

§ 1º O Estado fomentará o desenvolvimento da atividade pesqueira, concedendo à aquicultura e à pesca o mesmo tratamento e incentivos especiais previstos para as demais atividades agropecuárias.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar sistema nacional de informações sobre a pesca e a aquicultura, com o objetivo de coletar, agregar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro e aquícola nacional.

Art. 31. Será observada, para a embarcação nacional de pesca que opera fora do mar territorial brasileiro, a legislação fiscal desonerativa aplicável às demais embarcações.

Art. 32. As colônias e sindicatos de pescadores poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, diretamente ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim.

Art. 33. A capacitação da mão-de-obra será orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público e à iniciativa privada a promoção e o incentivo da pesquisa e capacitação da mão-de-obra pesqueira.

Art. 34. A pesquisa pesqueira será destinada a obter e proporcionar, de forma permanente, informações e bases científicas que permitam o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

§ 1º Não se aplicam á pesquisa científica as proibições estabelecidas para a atividade pesqueira comercial.

§ 2º A coleta e o cultivo de recursos pesqueiros com finalidade científica deverão ser autorizados pelo órgão ambiental competente.

§ 3º O resultado das pesquisas deve ser difundido para todo o setor pesqueiro.

CAPÍTULO VIII Da Fiscalização e das Sanções

Art. 35. A fiscalização da atividade pesqueira abrangerá as fases de pesca, cultivo, desembarque, conservação, transporte, processamento, armazenamento, e comercialização dos recursos pesqueiros bem como o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos.

Parágrafo único. A fiscalização prevista no caput deste artigo é de competência do Poder público Federal, observadas as competências estadual, distrital e municipal pertinentes.

Art. 36. A autoridade competente, nos termos da legislação específica, poderá determinar a utilização de mapa de bordo e dispositivo de rastreamento por satélite, bem corno de qualquer outro dispositivo ou procedimento que possibilite o monitoramento a distância e permita o acompanhamento, de forma automática e em tempo real, da posição geográfica e da profundidade do local de pesca da embarcação.

Art. 37. As condutas e atividades lesivas aos recursos pesqueiros e ao meio ambiente decorrentes do descumprimento do disposto nesta lei serão punidas na forma da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento.

§ 1º O agente poluidor que der causa a interdição ou degradação de uma área de exercício da atividade

pesqueira deverá indenizar os pescadores, armadores e aqüicultores profissionais pelos prejuízos causados às atividades econômicas por estes desenvolvidas, enquanto perdurarem os seus efeitos, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em lei.

§ 2º Sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata a presente lei, sujeitar-se-á o infrator a reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros por sua conduta ou atividade irregular.

§ 3º Toda ação ou omissão que importe em inobservância do disposto neta lei é considerada conduta lesiva aos recursos pesqueiros e ao seu respectivo ambiente, punida na forma da legislação penal e administrativa pertinente.

CAPÍTULO IX Das Disposições Gerais

Art. 38. O órgão responsável pela gestão do uso dos recursos pesqueiros poderá solicitar amostra de material biológico oriundo da atividade pesqueira, sem ônus para o solicitante, com a finalidade de geração de dados e informações científicas, podendo ceder o material a instituições de pesquisa.

Art. 39 A autoridade competente, nos termos da legislação específica, e sem comprometer os aspectos relacionados à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e às condições de habitabilidade da embarcação, poderá determinar que os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras mantenham a bordo da embarcação, sem ônus para a referida autoridade, acomodações e alimentação para servir a:

I – observador de bordo, que procederá à coleta de dados, material para pesquisa e informações de interesse do setor pesqueiro, assim como do monitoramento ambiental;

II – cientista brasileiro que esteja realizando pesquisa de interesse do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aqüicultura.

Art. 40. A atividade de processamento do produto resultante da pesca e da aqüicultura será exercida de acordo com as normas de sanidade, higiene e segurança, qualidade e preservação do meio ambiente e estará sujeita à observância da legislação específica e à fiscalização dos órgãos competentes.

Parágrafo único. Aplicam-se aos produtos importados resultantes da pesca e da aqüicultura, no mínimo, as mesmas exigências sanitárias e comerciais incidentes sobre os congêneres nacionais exportados.

Art. 41. São também competentes para representar junto ao Ministério Público contra ato ilícito praticado conta os recursos pesqueiros, além das pessoas previstas em lei, as colônias de pescadores legalmente constituídas, as Federações e a Confederação Nacional

dos Pescadores artesanais e profissionais, e os Sindicatos e Federações da Pesca e da Aquicultura.

Art. 42. Esta lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

Art. 43. Ficam revogados a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 e os dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, exceto os arts. 60, 19, 29, 52, e 93.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 29, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / /, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT PR PSB PC DO B PRB PP)	
DELcíDIO AMARAL	1- PAULO PAIM
ANTONIO CARLOS VALADARES	2- VAGO
EXPEDITO JÚNIOR	3- CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	4- AUGUSTO BOTELHO
	5- JOSÉ NERY
PMDB	
VAGO	1- VALDIR RAUPP
LEOMAR QUINTANILHA	2- ROMERO JUCÁ
PEDRO SIMON	3- VALTER PEREIRA
NEUTO DE CONTO	4- MÃO SANTA
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
HERÁCLITO FORTES	1- VAGO
JAYME CAMPOS	2- ELISEU RESENDE
GILBERTO GOELLNER	3- RAIMUNDO COLOMBO
KÁTIA ABREU	4- ROSALBA CIARLINI
CÍCERO LUCENA	5- MARCONI PERILLO
FLEXA RIBEIRO	6- JOÃO TENÓRIO
MARISA SERRANO	7- SÉRGIO GUERRA
PDT	
OSMAR DIAS	1- JOÃO DURVAL

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**RELATÓRIO**Relator: Senador **Flexa Ribeiro****I – Relatório**

Vem a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), nos termos do art. 104-B, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 29, de 2003 (PL nº 687, de 1995, na origem), que dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências.

No Senado Federal, a matéria foi inicialmente distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Por força da aprovação do Requerimento nº 158, de 2008, o projeto veio à análise da CRA.

A CCJ concluiu pela constitucionalidade e regimentalidade da matéria e a CRE emitiu parecer favorável ao texto aprovado na Câmara dos Deputados. A CAE, a CAS e a CMA aprovaram o projeto na forma de substitutivos e emendas apresentados em cada Comissão.

De acordo com o Substitutivo aprovado pela CMA, o qual incorpora os aperfeiçoamentos propostos nas demais Comissões que apreciaram a matéria, o projeto compõe-se de vinte e seis artigos, estruturados em oito capítulos, resumidos a seguir.

O art. 1º estabelece que a política nacional da aquicultura e da pesca tem por objetivo promover: o desenvolvimento sustentável, o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade; a preservação, a conservação e a recuperação dos ecossistemas aquáticos; e o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira.

O art. 2º trata das definições inerentes ao objeto da proposição.

No âmbito do Capítulo III, o art. 3º versa sobre a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e determina que compete ao Poder Público fixar, em cada caso: os regimes de acesso; a captura total permitível e os tamanhos das espécies passíveis de captura; os períodos de defeso e as temporadas de pesca; as áreas interditadas à atividade ou de reservas; os aparelhos, métodos e sistemas de pesca e de cultivo; o esforço de pesca máximo sustentável; a capacidade de su-

porte dos ambientes; e as ações de monitoramento, controle e fiscalização.

O Capítulo IV, que trata da atividade pesqueira, compreende os arts. 4º a 7º.

O art. 4º estabelece os processos envolvidos na atividade pesqueira; define atividade pesqueira artesanal; fixa que a pesca só poderá ser realizada em áreas destinadas a essa finalidade, mediante prévia licença ou permissão da autoridade competente; e especifica as embarcações que nela poderão ser utilizadas.

No art. 5º, estão definidos os atos administrativos que poderão ser adotados pelas autoridades competentes em relação ao exercício da atividade pesqueira. O art. 6º estabelece normas relativas à fiscalização e o art. 7º enuncia os meios pelos quais se dará o desenvolvimento sustentável dessa atividade, entre os quais destacamos: a determinação de áreas especialmente protegidas, a educação ambiental, a pesquisa pertinente à atividade pesqueira e o crédito para fomento do setor.

O art. 8º define as modalidades de pesca: comercial, que compreende as categorias “artesanal ou de pequeno porte”, “industrial de médio porte” e “industrial de grande porte”, e não-comercial, classificada em “científica”, “amadora” e “de subsistência”.

Tratando das embarcações de pesca, o Capítulo VI reúne os arts. 9º a 12. O primeiro dispositivo define e caracteriza as embarcações de pesca, ao passo que o art. 10 dispõe sobre a construção e a transformação de embarcação brasileira e a importação ou o arrendamento de embarcação estrangeira. Na sequência, os arts. 11 e 12 disciplinam, respectivamente, o transbordo do produto da pesca e a associação entre o armador de pesca e os pescadores profissionais.

O Capítulo VII trata especificamente da atividade da aquicultura. De acordo com o art. 13, as empresas que desenvolvem a atividade são equiparadas a empresas pesqueiras; o aquicultor poderá coletar e transportar organismos aquáticos silvestres; e o cultivo de moluscos e algas macrófitas fica restrito à edição de lei específica. Os arts. 14 e 15 fixam as modalidades da aquicultura em “comercial”, “científica ou demonstrativa” e de “recomposição ambiental” e estabelecem que para essa classificação deverão ser consideradas: a forma de cultivo, a dimensão da área explorada, a prática de manejo e a finalidade do empreendimento. O art. 16 determina que, na criação de espécies exóticas, é responsabilidade do aquicultor assegurar a contenção dos espécimes.

O art. 17 estatui a proibição da soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, e o art. 18 define os planos de desenvolvimento da aquicultura, os parques e áreas aquáticas e o Sistema

Nacional de Autorização de Uso de Águas da União como instrumentos de ordenamento da aquicultura.

Tratando das disposições gerais, o Capítulo VIII disciplina, no art. 19, a comercialização dos produtos pesqueiros e, nos arts. 20 e 21, estatui que a pesquisa pesqueira e a capacitação de mão-de-obra deverão ser direcionadas para o desenvolvimento sustentável da atividade. O art. 22 dispõe sobre o Registro Geral da Atividade Pesqueira e o art. 23 autoriza o Poder Executivo a criar sistema nacional de informações sobre a pesca e a aquicultura. As penalidades aos infratores da lei são previstas no art. 24; o art. 25. estabelece que a lei entrará em vigor sessenta dias após sua publicação; e o art. 26 enuncia os dispositivos legais revogados.

No âmbito da CRA, não foram apresentadas emendas ao Projeto de lei em análise.

II – Análise

Inicialmente, o PLC nº 29, de 2003, tinha por objetivo, justificadamente, aperfeiçoar e sistematizar as normas relativas ao disciplinamento da pesca. Atualmente, essas normas se encontram dispersas em vários diplomas legais – sendo o principal deles o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 – e em inúmeros decretos, resoluções e portarias. A regulação vigente, em grande parte inadequada e de aplicação duvidosa, não estaria sendo capaz de coibir a sobrepesca, tampouco de estimular a economia pesqueira.

Durante a tramitação do projeto no Senado Federal, o objetivo inicial da proposição se expandiu e o texto recebeu aperfeiçoamentos consistentes, coroando o esforço antes realizado na Câmara dos Deputados. Assim, partiu-se do intuito de disciplinar a política pesqueira nacional, para se chegar ao delineamento de uma política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, nos termos do Substitutivo aprovado pela CMA (Emenda nº 2-CMA).

As alterações promovidas no texto do PLC nº 29, de 2003, harmonizam-se com o entendimento que se consolida na sociedade brasileira, no sentido de correlacionar a ameaça aos estoques pesqueiros a ações humanas, tais como a destruição dos ecossistemas aquáticos, a existência de barragens que impedem a migração reprodutiva de peixes, o assoreamento dos cursos d'água e o emprego de métodos predatórios de pesca.

A despeito das alterações, o projeto mantém sua essência, ao buscar conciliar a preservação e a conservação dos ecossistemas aquáticos com o aproveitamento dos recursos pesqueiros e o desenvolvimento socioeconômico dos que exercem a pesca

e a aquicultura, a fim de que essa atividade se dê em bases sustentáveis.

Não perdendo de vista as análises formuladas nas Comissões antecessoras, julgamos relevante contribuir com outras alterações nos textos já aprovados por aquelas Comissões, para dar melhor estrutura à legislação referente ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura nacionais.

Nesse sentido, atinente à boa técnica legislativa e à consecução dos objetivos do PLC nº 29, de 2003, apresentamos substitutivo que, no nosso entendimento, aperfeiçoa o texto do projeto, sem se afastar de sua essência. Cabe observar que o incremento no número de artigos do substitutivo elaborado deve-se, em grande medida, à reestruturação do conteúdo original, objetivando alcançar a adequada técnica legislativa e o esforço de sistematização para permitir a revogação do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, dispendo sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução.

No âmbito das alterações de conteúdo propostas, excluímos do texto do PLC as atribuições de obrigações, competências ou autorizações ao Poder Executivo, para que não venham a constituir risco de inconstitucionalidade por vício de iniciativa. No que tange à juridicidade, as modificações sugeridas consideram ainda disposições da legislação trabalhista e da ambiental em vigor, além da supressão de definições redundantes ou estranhas à matéria.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA N° 3 – CRA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 29, DE 2003

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I Das Normas Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da

Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira que compreende a aquicultura e a pesca;

III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

Art. 2º São Patrimônio Público os recursos pesqueiros existentes nas águas jurisdicionais do Brasil, competindo ao Estado regulamentar sua utilização.

CAPÍTULO II Das Definições

Art. 3º Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I – recursos pesqueiros: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca esportiva ou amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;

II – aquicultura: a atividade de cultivo de organismos hidróbios de interesse econômico em todas as fases dos ciclos de vida produtiva implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária e classificada nos termos do art. 26 desta Lei;

III – pesca: toda operação ou ação destinada a extraír, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

IV – aquiculor: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, exerce a aquicultura com fins comerciais;

V – armador de pesca: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, apresta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na pesca comercial;

VI – empresa pesqueira: a pessoa jurídica que, constituída de acordo com a legislação e devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, dedica-se, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira prevista nesta lei;

VII – embarcação brasileira de aquicultura ou pesca: a registrada sob a legislação brasileira, per-

tencente a pessoa natural residente e domiciliada no Brasil ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, bem como aquela sob contrato de arrendamento por empresa brasileira;

VIII – embarcação estrangeira de aquicultura ou pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no exterior ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis de outro país, em que tenha sede e administração, ou, ainda, as embarcações brasileiras arrendadas a pessoa física ou jurídica estrangeira;

IX – transbordo do produto da pesca ou aquicultura: fase da atividade pesqueira destinada à transferência do pescado e dos seus derivados entre embarcação de pesca ou aquicultura e estruturas aquáticas ou outra embarcação;

X – áreas de exercício da atividade pesqueira: as águas continentais, interiores, o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva brasileira, o alto mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil, excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para a segurança nacional e para o tráfego aquaviário;

XI – processamento: fase da atividade pesqueira destinada a utilizar os recursos pesqueiros provenientes da pesca e da aquicultura para a obtenção de produtos elaborados, conservados ou preservados;

XII – ordenamento pesqueiro: o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ambientais, econômicos e sociais;

XIII – águas interiores: as baías, lagunas, braços de mar, canais, estuários, portos, angras, enseadas, ecossistemas de manguezais, ainda que a comunicação com o mar seja sazonal, e as águas compreendidas entre a costa e a linha de base, ressalvado o disposto em acordos e tratados de que o Brasil seja parte;

XIV – águas continentais: os rios, bacias, ribeiros, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar;

XV – alto mar: a porção de água do mar não incluída na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores e continentais de outro Estado, nem nas águas arquipelágicas de Estado arquipélago;

Parágrafo único. Considera-se também armador de pesca pessoa física ou jurídica que tenha o exclusivo controle da expedição de embarcação aparelhada

e poderes para administrá-la em qualquer modalidade de contrato.

CAPÍTULO III

Da Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e da Atividade de Pesca

Seção I

Da Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros

Art. 4º A regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca promoverá a conciliação e o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso:

I – os regimes de acesso;

II – a captura total permitível;

III – o esforço de pesca sustentável a ter aplicação autorizada;

IV – os períodos de paralisação obrigatória da pesca para proteção ou recomposição dos estoques;

V – as temporadas de pesca;

VI – os tamanhos de captura;

VII – as áreas interditadas ou de reservas;

VIII – as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo;

IX – a capacidade de suporte dos ambientes;

X – as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade;

XI – a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques.

§ 1º O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando garantir sua permanência e continuidade.

§ 2º Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação federal aplicável, podendo o exercício da atividade ser restrito a uma determinada bacia hidrográfica.

Seção II

Da Atividade Pesqueira

Art. 5º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta lei, os trabalhos

de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento artesanal de pescado.

Art. 6º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:

I – a proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de conservação dos estoques, a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;

II – a busca de mecanismos para a garantia da proteção e da segurança do trabalhador e das populações com saberes tradicionais;

III – a busca da segurança alimentar e a sanidade dos alimentos produzidos.

Art. 7º O exercício da atividade pesqueira poderá ser proibido transitória, periódica ou permanentemente, nos termos das normas específicas, para proteção:

I – de espécies, áreas ou ecossistemas ameaçados;

II – do processo reprodutivo das espécies e de outros processos vitais para a manutenção e a recuperação dos estoques pesqueiros;

III – da saúde pública;

IV – da segurança do trabalhador.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, o exercício da atividade pesqueira é proibido:

I – em épocas e nos locais interditados pelo órgão competente;

II – em relação às espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos não permitidos pelo órgão competente;

III – sem licença, permissão, concessão, autorização ou registro expedido pelo órgão competente;

IV – em quantidade superior à permitida pelo órgão competente;

V – mediante a utilização de:

a) explosivos;

b) processos, técnicas ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante ao de explosivos;

c) substâncias tóxicas ou químicas que alterem as condições naturais da água;

d) petrechos, técnicas e métodos não permitidos ou predatórios.

§ 2º São vedados o transporte, a comercialização, o processamento e a industrialização de espécimes provenientes da atividade pesqueira proibida.

Art. 8º O desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:

I – a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;

II – a determinação de áreas especialmente protegidas;

III – a participação social;

IV – a capacitação da mão-de-obra do setor pesqueiro;

V – a educação ambiental;

VI – a construção e a modernização da infra-estrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;

VII – a pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;

VIII – o sistema de informações sobre a atividade pesqueira;

IX – o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;

X – o crédito rural para fomento ao setor pesqueiro.

CAPÍTULO IV Da Pesca

Seção I Da Natureza da Pesca

Art. 9º Pesca, para os efeitos desta lei, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal – quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma, com meios de produção próprios, sozinho, com o auxílio de familiares ou em regime de parceria com outros pescadores com finalidade comercial;

b) de pequeno porte – quando praticada por pessoa física ou jurídica, através de pescadores profissionais, com vínculo empregatício ou em regime de parceria, utilizando embarcações de pequeno porte, tendo por finalidade comercializar o produto na forma da legislação em vigor;

c) de grande porte – quando praticada por pessoa física ou jurídica, através de pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria, utilizando embarcações de médio ou grande porte, tendo por finalidade

a comercialização do produto na forma da legislação em vigor.

II – não comercial:

a) científica – quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) esportiva ou amadora – quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com anzol, aparelho de mergulho ou outros permitidos, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência – quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro.

Seção II

Das Embarcações de Pesca

Art. 10. Podem exercer a atividade pesqueira em áreas sob jurisdição brasileira:

I – as embarcações brasileiras de pesca;

II – as embarcações estrangeiras de pesca cobertas por acordos ou tratados internacionais firmados pelo Brasil, nas condições neles estabelecidas e na legislação específica;

III – as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por empresas, armadores e/ou cooperativas brasileiras de pesca, nos termos e condições estabelecidos em legislação específica.

§ 1º Para os efeitos desta lei, consideram-se equiparadas às embarcações brasileiras de pesca as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por pessoa física ou jurídica brasileira.

§ 2º A pesca amadora ou esportiva somente poderá utilizar embarcações classificadas, pela autoridade marítima, na categoria de esporte e recreio.

Art. 11. Embarcação de pesca é aquela que, registrada nos órgãos públicos competentes, opera exclusivamente na pesca, processamento, transporte ou pesquisa de recursos pesqueiros e se classifica como:

I – de pequeno porte: quando possui tonelagem de arqueação bruta (TAB) igual ou menor que vinte toneladas;

II – de médio porte: quando possui tonelagem de arqueação bruta (TAB) maior que vinte e menor que cem toneladas;

III – de grande porte: quando possui tonelagem de arqueação bruta (AB) igual ou maior que cem toneladas.

§ 1º São considerados bens de produção as embarcações, as redes e os demais petrechos utilizados na pesca ou na aquicultura comercial.

§ 2º São considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal.

§ 3º A embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da Autoridade Marítima aplicáveis ao tipo de embarcação.

Art. 12. A embarcação brasileira de pesca terá, no curso normal das pescarias, livre acesso a qualquer hora do dia ou da noite aos portos e aos terminais pesqueiros nacionais, isentas de quaisquer taxas e tarifas portuárias, salvo dos serviços a ela prestados, quando forem realizados pelo porto ou empresa autorizada, por solicitação do armador.

§ 1º A descarga do pescado poderá ser feita pela tripulação da embarcação de pesca.

§ 2º Não se aplicam à embarcação brasileira de pesca ou estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira, as normas reguladoras do tráfego de cabotagem e as referentes à praticagem.

Art. 13. É proibido transbordar o produto da pesca sem autorização específica do órgão competente antes de chegar ao porto, salvo em caso de acidente ou defeito mecânico que implique em risco de perda do pescado.

§ 1º O transbordo de pescado em área portuária, para embarcação de transporte, poderá ser realizado mediante autorização da autoridade competente, nas condições nela estabelecidas.

§ 2º Obedecida a legislação específica, as embarcações pesqueiras brasileiras poderão desembarcar o produto da pesca em portos de países com os quais o Brasil mantenha convênio fiscal que permita tal operação.

§ 3º O produto pesqueiro ou seu derivado oriundo de embarcação estrangeira de pesca arrendada à pessoa jurídica brasileira, capturado na Zona Econômica Exclusiva brasileira, áreas adjacentes e águas internacionais, é produto brasileiro.

Art. 14. A construção e a transformação de embarcação nacional de pesca, assim como a importação ou arrendamento de embarcação estrangeira de pesca, dependem de autorização prévia do órgão público competente, observados os critérios definidos na regulamentação pertinente.

Parágrafo único. A exigência de que trata o **caput** deste artigo poderá ser dispensada para a construção e a transformação de embarcação nacional de pesca utilizada na pesca artesanal, atendidas as diretrizes relativas à gestão dos recursos pesqueiros.

Art. 15. Entende-se por operação de apoio à faina de pesca, realizada por embarcações de pesca autorizadas para este fim:

I – a transferência e o transporte de pescado no território nacional, nele compreendidas as águas continentais, as águas interiores e o mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva e no alto mar;

II – o transporte e transferência de combustível, isca e mantimentos para outras embarcações de pesca.

§ 1º A embarcação de pesca somente poderá exercer atividades de apoio à faina de pesca com a presença de método, sistema, equipamento ou dispositivo que permita o acompanhamento, de forma automática e em tempo real, da operação, da posição geográfica da embarcação e da profundidade do local de pesca.

§ 2º A transferência e o transporte de pescado para outra embarcação de pesca serão permitidos, independentemente de autorização, em caso de acidente ou defeito mecânico que implique o risco de perda do produto da pesca ou seu derivado.

Seção III Dos Pescadores

Art. 16. Pescador profissional é a pessoa física, brasileiro ou estrangeiro residente no País que, registrado e licenciado pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais.

§ 1º Ao tripulante estrangeiro de embarcação estrangeira de pesca arrendada por brasileiro, portador de carteira marítima, é concedido o visto temporário pelo órgão competente nos termos da legislação pertinente.

§ 2º Considera-se também pescador profissional a pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos e no processamento do produto da pesca.

Art. 17. Pescador esportivo ou amador é a pessoa física que licenciada pelo órgão público competente pratica a pesca com finalidade de lazer ou desporto, como disposto na alínea **b** do inciso II do art. 9º desta Lei.

Art. 18. Pescador de subsistência é a pessoa física que exerce a pesca nas condições estabelecidas pela alínea c do inciso II do art. 9º desta Lei.

Seção IV Da Parceria de Pesca

Art. 19. Os tripulantes das embarcações de pesca podem ser contratados:

I – sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, observadas as normas específicas estabelecidas nesta Lei;

II – sob o Regime de Contrato de Parceria de Pesca, na forma desta Lei.

Parágrafo único. O tripulante da embarcação de pesca, excetuando-se aquele da pesca artesanal ou da pesca de subsistência, deverá estar seguro contra acidentes do trabalho, bem como ser filiado à Previdência Social.

Art. 20. O armador de pesca poderá celebrar com pescadores profissionais para o exercício da pesca, contrato de parceria, previsto em convenção coletiva de trabalho, com cláusulas dispendendo sobre as condições relativas à responsabilidade pela embarcação, na forma da legislação específica.

§ 1º O comandante da embarcação será responsável pela direção das operações de pesca durante a viagem ou expedição e pela disciplina do pessoal a bordo.

§ 2º O proprietário, o armador e o preposto respondem solidariamente pelos danos a que a embarcação der causa, bem como por sua regularidade.

§ 3º Os parceiros contribuirão, para o empreendimento comum, com a embarcação apta a operar, com equipamentos, materiais e com o trabalho, ou só com este, conforme se ajustar no contrato, repartindo os ganhos ou perdas ao término da cada viagem ou expedição de pesca.

Art. 21. O ajuste entre os parceiros não prejudica a regular distribuição de funções a bordo nem a observância dos requisitos profissionais dos tripulantes, de conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo único. O patrão de pesca da embarcação será o responsável pelas operações de pesca durante a viagem ou expedição.

Art. 22. O contrato de parceria será obrigatoriamente homologado pelos sindicatos das categorias envolvidas.

Art. 23. O parceiro armador será o gestor e caixa da parceria e dela prestará contas aos outros parceiros.

Art. 24. A parceria responderá pelas despesas de viagem ou armação de pesca, compostas pelos custos variáveis incorridos, pelo seguro da tripulação e pelas contribuições previdenciárias e tributárias dos parceiros embarcados.

CAPÍTULO V Da Aqüicultura

Art. 25. O aqüicultor poderá coletar, capturar e transportar organismos aquáticos silvestres, com finalidade técnico-científica ou comercial, desde que previamente autorizado pelo órgão ambiental competente.

Art. 26. A aqüicultura é classificada como:

I – comercial: quando praticada com finalidade econômica, por pessoa física ou jurídica;

II – científica ou demonstrativa: quando praticada unicamente com fins de pesquisa, estudos ou demonstração por pessoa jurídica legalmente habilitada para essas finalidades;

III – recomposição ambiental: quando praticada sem finalidade econômica, com o objetivo de reposicionamento, por pessoa física ou jurídica legalmente habilitada;

IV – familiar: quando praticada por unidade familiar, podendo contar com a mão-de-obra de terceiros em caráter eventual, e cuja renda familiar não suplante três salários mínimos mensais;

V – ornamental: aquariofilia ou de exposição pública praticada para fins comerciais.

Art. 27. O regulamento desta Lei disporá sobre a classificação das modalidades de aqüicultura a que se refere o art. 26, consideradas:

I – a forma do cultivo;

II – a dimensão da área explorada;

III – a prática de manejo;

IV – a finalidade do empreendimento.

Parágrafo único. As empresas de aqüicultura são consideradas empresas pesqueiras.

Art. 28. O Estado concederá o direito de uso de águas e terrenos públicos para o exercício da aqüicultura.

Art. 29. Na criação de espécies exóticas, é responsabilidade do aqüicultor assegurar a contenção dos espécimes no âmbito do cativeiro, impedindo seu acesso às águas de drenagem de bacia hidrográfica brasileira.

Art. 30. São instrumentos de ordenamento da aqüicultura os planos de desenvolvimento da aqüicultura, os parques e área aquáticas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins

de aquicultura, conforme definidos em regulamentação específica.

CAPÍTULO VI

Do Acesso aos Recursos Pesqueiros e das Taxas

Art. 31. Toda pessoa, física ou jurídica, que exerce atividade pesqueira, bem como a embarcação de pesca, devem ser previamente inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

Art. 32. A autoridade competente adotará, para o exercício da atividade pesqueira, os seguintes atos administrativos, sem prejuízo do disposto no art. 25:

I – concessão: para exploração, por particular, de infra-estrutura e de terrenos públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros;

II – permissão: para transferência de permissão; para importação de espécies aquáticas para fins ornamentais e de aquicultura, em qualquer fase do ciclo vital; para construção, transformação e importação de embarcações de pesca; para arrendamento de embarcação estrangeira de pesca; para pesquisa; para o exercício de aquicultura em águas públicas; para instalação de armadilhas fixas em águas de domínio da União;

III – autorização: para operação de embarcação de pesca e para operação de embarcação de esporte e recreio, quando utilizada na pesca esportiva, e para a realização de torneios ou gincanas de pesca amadora;

IV – licença: para o pescador profissional e amador ou esportivo; para o aquicultor; para o armador de pesca; para a instalação e operação de empresa pesqueira;

V – cessão: para uso de espaços físicos em corpos d'água sob jurisdição da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura.

§ 1º Os atos administrativos de que trata o **caput** deste artigo serão outorgados pela autoridade pesqueira da seguinte forma:

I – concessão: por períodos de até 20 anos;

II – permissão: para cada evento;

III – autorização: por períodos de um ano;

IV – licença: por períodos de cinco anos.

§ 2º A inscrição no RGP é condição prévia para a obtenção de concessão, permissão, autorização, licença e registro em matéria relacionada ao exercício da atividade pesqueira.

§ 3º Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta lei.

Art. 33. Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cum-

primento das exigências das autoridades marítimas, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no **caput** deste artigo implicará na interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

Art. 34. Os valores, condições e épocas de incidência de taxas referentes à outorga de permissões, concessões, autorizações, licenças, registros e outros serviços prestados visarão à gestão e administração pública da atividade pesqueira e à justa remuneração da sociedade pela utilização de bens do domínio da União.

§ 1º Os recursos arrecadados com a cobrança das taxas de que trata o **caput** deste artigo constituem recursos próprios do órgão responsável pela gestão da atividade pesqueira.

§ 2º Ficam isentos do pagamento das taxas de que trata o **caput** deste artigo, a pessoa física ou jurídica que desenvolve atividade de:

I – pesquisa;

II – atividade pesqueira artesanal ou de subsistência;

III – aquicultura em propriedade privada;

IV – aquicultura para recomposição ambiental.

Art. 35. Sem prejuízo das demais restrições previstas em legislação, norma ou regulamento, ficam dispensados de registro e do pagamento de taxas de licença de pesca esportiva ou amadora, desde que não filiados a clubes ou associações esportivas de pesca, e que em nenhuma hipótese importe em atividade comercial:

I – qualquer pessoa desembucada, que utilize para o exercício da pesca somente linha de mão ou caniço simples;

II – os menores de 14 anos, os aposentados e os maiores de 60 anos, embarcados ou não, que utilizem para o exercício da pesca linha de mão, caniço simples ou com molinete, empregados com anzóis simples ou múltiplos.

Art. 36. As taxas ou tarifas portuárias cobradas das embarcações pesqueiras deverão ser estabelecidas pelo órgão federal competente considerando a natureza da atividade.

CAPÍTULO VII

Do Estímulo à Atividade Pesqueira

Art. 37. São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal em todos os seus efeitos, inclusive aqueles creditícios e fiscais, as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira

de captura, criação, transformação, armazenamento, processamento e industrialização de pescado nos termos desta lei.

§ 1º O Estado fomentará o desenvolvimento da atividade pesqueira, concedendo à aquicultura e à pesca o mesmo tratamento e incentivos especiais previstos para as demais atividades agropecuárias.

§ 2º Os mecanismos para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira são a capacitação da mão-de-obra do setor, a construção e modernização da infra-estrutura e serviços portuários, a pesquisa científica e o crédito agrícola.

Art. 38. Será observada, para a embarcação nacional de pesca que opera fora do mar territorial brasileiro, a legislação fiscal desonerativa aplicável às demais embarcações.

Art. 39. As colônias de pescadores poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, diretamente ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim.

Art. 40. A capacitação da mão-de-obra será orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

Art. 41. A pesquisa pesqueira será destinada a obter e proporcionar, de forma permanente, informações e bases científicas que permitam o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

§ 1º Não se aplicam à pesquisa científica as proibições estabelecidas para a atividade pesqueira comercial.

§ 2º A coleta e o cultivo de recursos pesqueiros com finalidade científica deverão ser autorizados pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO VIII Da Fiscalização e das Sanções

Art. 42. A fiscalização da atividade pesqueira abrangerá as fases de pesca, cultivo, desembarque, conservação, transporte, transformação, beneficiamento, processamento, armazenamento, industrialização e comercialização dos organismos passíveis de exploração pela atividade pesqueira bem como o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos.

Parágrafo único. A fiscalização prevista no caput deste artigo dar-se-á nos termos da legislação específica, observadas as competências estadual, distrital e municipal pertinentes.

Art. 43. A autoridade competente, nos termos da legislação específica, poderá determinar a utilização

de mapa de bordo e dispositivo de rastreamento por satélite, bem como de qualquer outro dispositivo ou procedimento que possibilite o monitoramento a distância e permita o acompanhamento, de forma automática e em tempo real, da posição geográfica e da profundidade do local de pesca da embarcação.

Art. 44. As condutas e atividades lesivas aos recursos pesqueiros e ao meio ambiente decorrentes do descumprimento do disposto nesta lei serão punidas na forma da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento.

Parágrafo único. Sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata a presente Lei, sujeitar-se-á o infrator a reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros por sua conduta ou atividade irregular.

CAPÍTULO IX Das Disposições Gerais

Art. 45. O órgão responsável pela gestão do uso dos recursos pesqueiros poderá solicitar amostra de material biológico oriundo da atividade pesqueira, sem ônus para o solicitante, com a finalidade de geração de dados e informações científicas, podendo ceder o material a instituições de pesquisa.

Art. 46. A autoridade competente, nos termos da legislação específica, e sem comprometer os aspectos relacionados à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e às condições de habitabilidade da embarcação, poderá determinar que os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras mantenham a bordo da embarcação, sem ônus para a referida autoridade, acomodações e alimentação para servir a:

I – observador de bordo, que procederá à coleta de dados, material para pesquisa e informações de interesse do setor pesqueiro, assim como do monitoramento ambiental;

II – cientista brasileiro que esteja realizando pesquisa de interesse do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura.

Art. 47. A atividade de processamento do produto resultante da pesca e da aquicultura será exercida de acordo com as normas de sanidade, higiene e segurança, qualidade e preservação do meio ambiente e estará sujeita à observância da legislação específica e à fiscalização dos órgãos competentes.

Parágrafo único. Aplicam-se aos produtos importados resultantes da pesca e da aquicultura, no mínimo, as mesmas exigências sanitárias e comerciais incidentes sobre os congêneres nacionais.

Art. 48. São também competentes para representar junto ao Ministério Públíco contra ato ilícito praticado contra os recursos pesqueiros, além das pessoas previstas em lei, as colônias de pescadores legalmente constituídas, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, e os Sindicatos e Federações da Pesca e da Aqüicultura.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

Art. 50. Ficam revogados o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2008. –
Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I – os instrumentos creditícios e fiscais;
- II – os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III – o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV – a assistência técnica e extensão rural;
- V – o seguro agrícola;
- VI – o cooperativismo;
- VII – a eletrificação rural e irrigação;
- VIII – a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizada a ações de política agrícola e de reforma agrária.

DECRETO-LEI N° 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Regulamento

Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

LEI N° 7.679, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988

Conversão da Medida Provisória nº 10, de 1988

Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências.

LEI N° 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

PARECER N° 1.218, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Petição nº 9, de 2004, do Sr. Carlos Alberto Ribeiro Campos Grandim, que solicita sejam desbloqueados e tornados disponíveis seus bens, bloqueados por ordem da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal criada pelo Requerimento nº 127, de 1999, destinada a “apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistena Financeiro Nacional”.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Carlos Alberto Ribeiro Campos, qualificado nos autos da presente Petição nº 9 de 2004, doravante Requerente, foi sócio e diretor do Banco Marka até a data de 15 de janeiro de 1999, conforme atesta documento acostado ao processo (fl. 7 dos autos).

Alega que em 14 de abril de 1999, a Comissão Parlamentar de Inquérito “dos Bancos”, criada pelo Requerimento nº 127/99-SF, decidiu tornar indisponíveis os bens de todos os controladores, presidentes e diretores dos bancos Marka e FonteCindam, medida essa que teve seu registro lavrado no Cartório de Imóveis competente, alcançando o Requerente, embora no momento da deliberação já não mais fosse tecnicamente diretor do Banco Marka.

Ainda, após o término das investigações, não restou qualquer acusação contra a sua pessoa, nem foi encaminhada qualquer sugestão de indiciamento pelo Relatório Final da CPI e, por lapso daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, não foi expedida ordem de desbloqueio dos seus bens.

E por meio da presente petição o Requerente pede ao Senado Federal que libere seus bens, a fim de que possa dar continuidade à gestão do seu patrimônio privado, direito assegurado pela Constituição e que lhe é sonegado já há seis anos.

II – Análise

Efetivamente, tudo indica assistir razão ao Requerente. Se contra ele nada foi apurado pela CPI dos Bancos, não há motivação suficiente para manter a indisponibilidade dos seus bens. A manutenção de tal impedimento constitui constrangimento ilegal contra sua pessoa.

Em contraposição, não se há que imputar exclusivamente à Comissão a responsabilidade pela manutenção até a presente data do referido bloqueio, uma vez que o Requerente somente agora, seis anos passados, vem solicitar a revogação da medida acautelatória. Outros investigados por aquela mesma CPI, em igual situação, inclusive antes do término da investigação, requereram igual medida e foram prontamente atendidos. Assim, afastada está qualquer responsabilização por mora deste Senado Federal, que cumpre seu dever ao apreciar, neste instante e na maneira regimental, a petição que lhe foi encaminhada.

O Requerente fez juntar à sua petição exaustiva relação de certidões negativas de protestos, falência, execuções cíveis ou criminais ou qualquer tipo de outro procedimento judicial que pudesse levar igualmente à restrição sobre a disponibilidade de seus bens.

Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal já entendeu que o bloqueio de bens extrapola os poderes imediatos das Comissões Parlamentares de Inquérito, motivo pelo qual não faz sentido, também por esse motivo, a manutenção da decisão outrora exarada.

O que se impõe, no entanto, é um problema procedural: Uma vez estando encerrados os trabalhos da CPI dos Bancos, qual a autoridade do Senado Federal competente para apreciar o pedido do Requerente e, em seguida, qual a autoridade competente para determinar o levantamento do bloqueio dos bens? O art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal esclarece. Estabelece o RISF, em seu art. 101, o seguinte:

Art. 101. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – **ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito**, sobre as matérias de competência da União, especialmente as seguintes:

(...)

I) registros públicos, organização administrativa e judiciária do Ministério Público e Defensoria Pública da União e dos Territórios, organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

(...)

V – opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício, ou por deliberação do Plenário ou por outra comissão; (grifou-se)

No que tange ao encaminhamento do ofício à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, a fim de determinar aos respectivos cartórios sob seus auspícios que levantem o bloqueio dos bens do Requerente, tal competência pertence ao 1º Secretário da Casa, conforme a dicção do art. 54, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

III – Voto

Sendo esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competente para apreciar a presente petição – que versa sobre matéria relativa a deliberação de CPI já extinta – Voto pelo seu deferimento **in totum**. E após a aprovação do presente parecer que seja a deliberação comunicada a Sua Excelência, o senhor 1º Secretário do Senado Federal, a fim de que ele oficie à Egrégia Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo encaminhando anexos o presente parecer e a deliberação desta CCJ, determinando a retirada das restrições impostas pela CPI “dos Bancos” aos bens de Carlos Alberto Ribeiro Campos Gadrim, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade 4.396.289 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 606.686.107-78, residente e domiciliado na Rua Leão Coroado, 393, apto. 91, Vila Madalena, São Paulo – SP.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PET Nº 9 DE 2008ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/11/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	Senador Marco Maciel
RELATOR:	Senador Demóstenes Torres
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPlicY	3. CESAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JUNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. MARCELO CRIVELLA
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPIINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Com relação ao **Parecer nº 1.218, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, referente à Petição nº 9, de 2004, a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender à recomendação contida em sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008
(Nº 371/99, na Casa e origem)

Altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. O consumidor pode desistir de qualquer tipo de contrato, por simples arrependimento, no prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, quando a contratação do fornecimento de produtos ou serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial do fornecedor.

§ 1º Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

§ 2º No caso de contratação de serviços, o direito de arrependimento só poderá ser exercido até o início da execução ou fornecimento do serviço contratado.

§ 3º Os prazos mencionados neste artigo terão seu vencimento prorrogado para o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento cair em qualquer dia em que o fornecedor não esteja funcionando, independentemente do motivo da inatividade do fornecedor”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI N° 371-B, DE 1999

Fixa prazo de 10 (dez) dias para consumidor desistir das compras por telefone ou correspondência e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altera o artigo 49 da Lei nº 8.078 de 11-9-1990 (Código de Defesa do Consumidor), passando a ter a seguinte redação:

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação ocorrer por correspondência, telefone, ou qualquer forma que não ocorra a presença física das partes na assinatura ou concretização do ato.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto pretende tornar mais claro e específico o artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, possibilitando ao consumidor desistência e aumentando prazo de 7 (sete) para 10 (dez) dias, sempre que ocorrer pacto contratual à distância, seja por telefone, reembolso postal, ou qualquer outra forma onde as partes não estejam fisicamente presentes.

Sala das Sessões, 23 de março de 1999. – Deputado **Ênio Bacci**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços correr fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Parágrafo único. Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 183, DE 2008

(Nº 2.280/2007, na casa de origem,
do Deputado Ilderlei Cordeiro)

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para acrescentar na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres os portos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Plano Nacional de Viação, constante da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes portos:

“4.2

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
217	Sena Madureira	AC	RIO IACO
218	Manuel Urbano	AC	RIO PURUS
219	Santa Rosa do Purus	AC	RIO PURUS
220	Jordão	AC	RIO TARAUACÁ
221	Feijó	AC	RIO ENVIRA
222	Tarauacá	AC	RIO TARAUACÁ
223	Rodrigues Alves	AC	RIO JURUÁ
224	Mâncio Lima	AC	RIO JAPIIM
225	Marechal Thaumaturgo	AC	RIO JURUÁ
226	Porto Walter	AC	RIO JURUÁ
227	Porto Acre	AC	RIO ACRE
228	Plácido de Castro	AC	RIO ABUNÃ
229	Brasiléia	AC	RIO ACRE
230	Xapuri	AC	RIO ACRE
231	Epitaciolândia	AC	RIO ACRE
232	Assis Brasil	AC	RIO ACRE

“(NPB)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 2.280, DE 2007

Acresce dispositivos à Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Plano Nacional de Viação, constante da Lei N° 5.917 de 10 de Setembro de 1973. passa a vigorar acrescido dos seguintes portos.

“4.2 –

N.º DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	LOCALIZAÇÃO
217	Sena Madureira	AC	RIO IACO
218	Manuel Urbano	AC	RIO PURUS
219	Santa Rosa do Purus	AC	RIO PURUS
220	Jordão	AC	RIO TARAUACÁ
221	Feijó	AC	RIO ENVIRA
222	Tarauacá	AC	RIO TARAUACÁ
223	Rodrigues Alves	AC	RIO JURUÁ
224	Mâncio Lima	AC	RIO JAPIM
224	Marechal Thaumaturgo	AC	RIO JURUÁ
225	Porto Walter	AC	RIO JURUÁ
226	Porto Acre	AC	RIO ACRE
227	Plácido de Castro	AC	RIO ABUNÁ
228	Brasiléia	AC	RIO ACRE
229	Xapuri	AC	RIO ACRE
230	Epitaciolândia	AC	RIO ACRE
231	Assis Brasil	AC	RIO ACRE

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei passa vigorar na data de sua publicação.

Justificação

A recente Lei Nº 11.518 de 5 de Setembro de 2007, conversão da MP Nº 369 de 2007, entre várias alterações e acréscimos à legislação vigente, somou à Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Plano Nacional de Viação, constante da Lei Nº 5.917 de 10 de Setembro de 1973, nada menos que 41 portos, dos quais 30 (trinta) localizados no Estado do Amazonas, 7 (sete) no Estado do Pará, 2 (dois) no Estado de São Paulo, 1 (um) no Estado do Mato Grosso, e 1 (um) no Estado de Rondônia, visando, obviamente, atualizar o PNV para que o mesmo possa respaldar futuros investimentos.

É natural e desejável que sistematicamente o Plano Nacional Viário – PNV seja revisto para incluir localidades que antes dispensavam obras e serviços inerentes a movimentação de embarcações, mas ao longo do tempo passaram a exigir estas condições para seu próprio desenvolvimento. Significa, ao cabo,

contemplar e estimular a dinamização das atividades econômicas regionais.

Infelizmente, por lapso, a recente atualização do PNV não contemplou algumas situações que, por conhecimento de causa, reputo inquestionáveis. Trata-se dos municípios acreanos, dos quais 18 (dezoito) localizam-se às margens de rios (em alguns casos estes são as únicas vias de comunicação viária existente), sendo que somente 2 (dois) fazem parte do PNV. Significa dizer que atualmente somente em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul será possível, como antes, realizar investimentos em portos, por exemplo. concebentes ao PNV. Outros lá (dezesseis) municípios continuam fora desta perspectiva.

Todos estes municípios têm sua sede situada á margem do rio citado e, nas condições amazônicas, dado o processo de ocupação e a carência de infra-estrutura rodoviária, mantém um sistema fluvial ativo e em crescimento, irradiado por centenas de pequenas comunidades que tem nos rios o acesso principal á cidade, o que eleva a sua importância para o desenvolvimento do comércio e o transporte de cargas e pessoas.

A inclusão desses municípios no PNV de pronto abre chance para que dependendo das condições orçamentárias e financeiras, possamos programar investimentos que resultem em promoção da economia e do desenvolvimento local, com repercussões altamente significativas para o Acre e a região com um todo.

Nestes termos peço aos nobres pares o apoio necessário à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 25 de Outubro de 2007. – Deputado **Ilderlei Cordeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 5.917. DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.

(À Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso n° 68, de 2008** (n° 110/2008, na origem), de 31 de outubro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É o seguinte o aviso recebido:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso nº 110/2008-BCB-Presi

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Demonstrativo das emissões do Real

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de outubro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,



HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente

Anexo ao Aviso nº 110/2008-BCB-Presi, de 28.11.2008**Demonstrativo das emissões do real – Mês de outubro de 2008**

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

A - DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL**I – A base monetária restrita e a emissão**

Em outubro, a média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$139,8 bilhões, registrando incrementos de 1,7% no mês e de 12,4% em doze meses. A variação mensal decorreu de elevações de 1,5% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 2,1% em reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real
Outubro - 2008

Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 4º trimestre/2008 ¹ (Voto CMN nº 118/2008)	184,10
B - Emissão monetária realizada ²	139,82
b.1 - Usos - saldos ³	139,82
b.1.1 Papel-moeda emitido	99,68
b.1.2 Reservas bancárias	40,13
b.2 - Fontes	139,82
b.2.1 Saldos em 30.9.2008	136,94
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	98,21
b.2.1.2 Reservas bancárias	38,72
b.2.2 Fluxos em outubro/2008 ³	2,88
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	-4,30
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	4,57
b.2.2.3 Operações com o setor externo	-8,26
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	10,86
C - Saldo de emissão (A - B)	44,28
D - Reservas Internacionais disponíveis	417,20
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	184,10
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	233,10

¹/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

²/ Média dos saldos nos dias úteis.

³/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Os fluxos mensais dos fatores de emissão monetária produziram contrações de R\$18,4 bilhões nas operações do setor externo, resultante das vendas líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado

interbancário de câmbio, de R\$4,4 bilhões nos ajustes das operações com derivativos e de R\$10,7 bilhões nas operações do Tesouro Nacional. Em sentido oposto, as liberações referentes à exigibilidade adicional sobre depósitos totalizaram R\$23,4 bilhões, refletindo a redução das alíquotas incidentes sobre depósitos à vista e depósitos a prazo, que passaram de 8% para 5% a partir de outubro, e a elevação de R\$300 milhões para R\$1 bilhão da parcela a deduzir da exigibilidade no recolhimento ao Banco Central.

Base monetária e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual		R\$ milhões
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses	
2008 Jan	65 938	-4,6	12,4	30 716	5,3	12,5	96 655	-1,7	12,4	
Fev	63 931	-3,0	13,1	28 527	-7,1	8,0	92 458	-4,3	11,5	
Mar	61 998	-3,0	12,5	28 486	-0,1	8,2	90 434	-2,1	11,1	
Abr	62 542	0,9	14,7	28 384	-0,4	9,5	90 926	0,5	13,0	
Mai	62 516	-0,0	15,1	28 241	-0,5	8,3	90 757	-0,2	12,9	
Jun	63 958	2,3	16,3	29 831	5,6	18,1	93 790	3,3	16,9	
Jul	66 013	3,2	17,4	29 515	-1,1	12,2	95 528	1,9	15,8	
Ago	67 093	1,6	19,2	28 916	-2,0	12,1	96 009	0,5	17,0	
Set	70 881	5,6	24,2	29 593	2,3	15,4	100 474	4,7	21,5	
Out	72 040	1,6	23,6	29 863	0,9	16,7	101 903	1,4	21,5	
Nov	72 986	1,3	24,7	31 896	6,8	19,9	104 882	2,9	23,2	
Dez	82 881	13,6	19,9	35 423	11,1	21,5	118 304	12,8	20,3	
2007 Jan	80 499	-2,9	22,1	35 829	1,1	16,8	116 328	-1,7	20,4	
Fev	78 486	-2,5	22,8	33 465	-6,6	17,3	111 951	-3,8	21,1	
Mar	75 677	-3,6	22,1	33 346	-0,4	17,1	109 023	-2,6	20,5	
Abr	75 912	0,3	21,4	34 782	4,3	22,5	110 634	1,5	21,7	
Mai	76 067	0,2	21,7	35 235	1,3	24,8	111 301	0,5	22,6	
Jun	77 561	2,0	21,3	35 634	1,1	19,5	113 195	1,7	20,7	
Jul	79 218	2,1	20,0	37 240	4,5	26,2	116 458	2,9	21,9	
Ago	79 704	0,8	18,8	37 722	1,3	30,5	117 425	0,8	22,3	
Set	83 917	5,3	18,4	39 264	4,1	32,7	123 181	4,9	22,6	
Out	84 694	0,9	17,6	39 651	1,0	32,8	124 345	0,9	22,0	
Nov	86 141	1,7	18,0	41 252	4,0	29,3	127 393	2,5	21,5	
Dez	98 620	14,5	19,0	45 022	9,1	27,1	143 642	12,8	21,4	
2008 Jan	95 182	-3,5	18,2	46 676	3,7	30,3	141 858	-1,2	21,9	
Fev	91 169	-4,2	16,2	41 355	-11,4	23,6	132 524	-6,6	18,4	
Mar	90 364	-0,9	19,4	40 447	-2,2	21,3	130 811	-1,3	20,0	
Abr	90 300	-0,1	19,0	41 020	1,4	17,9	131 320	0,4	18,6	
Mai	91 099	0,9	19,8	41 560	1,3	18,0	132 658	1,0	19,2	
Jun	92 270	1,3	19,0	38 797	-6,5	8,9	131 067	-1,2	15,8	
Jul	94 222	2,1	18,9	40 447	4,3	8,6	134 669	2,7	15,6	
Ago	95 392	1,2	19,7	38 543	-4,7	2,2	133 935	-0,5	14,1	
Set	98 222	3,0	17,0	39 323	2,0	0,1	137 544	2,7	11,7	
Out	99 682	1,5	17,7	40 134	2,1	1,2	139 816	1,7	12,4	

As operações com títulos públicos federais, incluindo a atuação do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, implicaram expansão de R\$6,4 bilhões no mês. No mercado primário,

ocorreram resgates líquidos de R\$18,3 bilhões de títulos do Tesouro Nacional, enquanto no mercado secundário as vendas líquidas somaram R\$11,9 bilhões.

Fatores condicionantes da base monetária
Fluxos acumulados no mês

Período	Operações com o Tesouro Nacional ¹¹	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos e ajustes	R\$ milhões
					Variação da base monetária	
2006 Jan	9 668	- 26 578	5 541	991	1 773	- 8 404
Fev	- 8 207	3 478	5 156	691	1 349	1 784
Mar	- 9 465	- 3 157	6 567	778	- 515	- 5 892
Abr	- 7 839	1 412	4 714	- 69	1 960	177
Mai	- 10 245	528	9 054	1 465	- 3 555	- 2 754
Jun	- 6 246	13 247	- 5	- 1 373	2 853	8 476
Jul	- 29	- 10 716	9 626	897	379	- 43
Ago	- 12 426	6 235	9 904	587	989	5 269
Set	1 812	- 3 326	3 227	- 504	- 398	511
Out	- 7 680	- 3 316	9 388	689	480	- 510
Nov	- 6 834	8 197	5 677	- 1 291	- 276	5 473
Dez	- 2 159	13 309	5 599	- 1 451	499	15 767
2007 Jan	- 1 924	- 20 246	10 320	38	406	- 11 406
Fev	- 4 108	- 19 559	18 487	419	302	- 4 559
Mar	- 350	- 16 004	17 330	99	1 024	2 099
Abr	- 8 741	- 6 736	22 328	66	257	7 171
Mai	- 5 560	- 31 496	29 170	- 358	2 088	- 6 156
Jun	- 143	- 10 757	18 209	- 631	875	7 353
Jul	- 1 284	- 12 009	13 106	- 749	1 144	208
Ago	- 7 570	3 257	5 794	- 914	- 1 892	- 1 324
Set	- 3 654	8 917	- 3	- 2 270	2 861	5 852
Out	- 6 244	930	6 430	- 478	1 988	2 627
Nov	- 11 197	10 601	10 010	- 1 006	- 527	7 881
Dez	- 4 828	19 229	4 210	- 3 329	485	15 769
2008 Jan	5 479	- 26 009	4 409	489	- 377	16 029
Fev	- 15 087	3 378	5 214	- 397	2 632	- 4 259
Mar	1 820	958	2 031	- 648	- 1 623	2 548
Abr	- 14 212	4 491	6 690	- 2 157	996	- 4 193
Mai	- 11 468	14 928	4 203	- 1 203	2 014	8 475
Jun	- 2 799	- 481	3 276	- 1 559	1 199	- 366
Jul	133	- 5 957	2 724	- 1 639	1 040	- 3 701
Ago	- 10 325	14 554	2 058	- 1 972	- 1 338	2 979
Set	- 5 041	14 221	286	1 905	- 6 507	4 865
Out	- 10 652	6 375	- 18 382	22 880	- 4 383	- 4 162

¹¹ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada alcançou R\$1.755 bilhões, representando diminuição de 0,3% no mês e crescimento de 10,7% nos últimos doze meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central apresentou aumento de 1,3% no mês, situando-se em R\$1.525 bilhões.

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Títulos do BCB			Títulos do Tesouro Nacional			Total	R\$ milhões		
														Variação percentual		
		Remunerados ^{2/}	Não remunerados ^{3/}	Posição de carteira	Financiamento ^{4/}	Total	Posição de carteira	Financiamento ^{4/}	Total	Mês	12 meses					
2006																
Jan	82 843	72 665	725	6 506	- 63	8 443	954 205	57 319	1011 525	1017 968	1184 202	2.8	18.4			
Fev	94 827	73 195	754	6 329	- 108	8 221	981 704	39 229	1020 933	1027 154	1195 730	1.0	18.0			
Mar	88 735	73 277	807	6 613	- 110	8 403	992 480	48 106	1038 586	1044 989	1207 808	1.0	17.9			
Abr	88 913	73 869	850	6 207	- 136	8 071	976 002	71 828	1047 830	1053 901	1217 533	0.9	17.9			
Mai	86 159	73 243	827	6 627	- 32	6 595	968 335	84 927	1081 262	1067 857	1228 085	0.9	18.1			
Jun	94 635	75 275	1 037	6 294	0	6 294	990 045	70 062	1080 107	1066 401	1237 348	0.8	17.5			
Jul	94 532	75 686	836	6 389	- 7	6 382	986 090	95 760	1081 870	1088 252	1259 366	1.8	17.8			
Ago	99 881	76 033	887	6 340	0	5 340	1011 136	78 456	1089 592	1095 932	1272 713	1.1	17.4			
Set	100 372	77 483	979	6 505	0	8 505	1033 587	71 899	1105 466	1111 971	1280 805	1.4	17.8			
Out	99 882	77 656	1 000	2 773	0	2 773	1034 564	91 232	1125 796	1128 569	1307 087	1.3	17.3			
Nov	105 335	79 620	1 088	0	0	0	1080 349	72 613	1132 962	1132 962	1319 005	0.9	16.9			
Dez	121 102	82 024	1 123	0	0	0	1072 566	60 030	1132 596	1132 596	1336 845	1.4	15.8			
2007																
Jan	109 696	82 846	1 058	0	0	0	1067 217	99 825	1167 042	1167 042	1380 642	1.8	14.9			
Fev	105 137	83 444	1 124	0	0	0	1089 314	98 347	1197 861	1197 681	1387 365	2.0	16.0			
Mar	107 236	84 147	1 148	0	0	0	1121 298	105 937	1227 235	1227 235	1419 765	2.3	17.5			
Abr	114 406	84 986	1 150	0	0	0	1130 519	115 698	1246 217	1246 217	1446 759	1.9	18.8			
Mai	108 251	86 037	1 207	0	0	0	1153 027	137 832	1290 859	1290 859	1486 354	2.7	21.0			
Jun	115 604	87 416	1 252	0	0	0	1176 431	136 677	1313 103	1313 108	1517 380	2.1	22.6			
Jul	115 812	89 091	1 186	0	0	0	1147 823	191 538	1339 361	1339 361	1545 450	1.8	22.7			
Ago	114 488	90 749	1 242	0	0	0	1167 472	184 568	1352 040	1352 040	1558 519	0.8	22.5			
Set	120 340	93 660	1 344	0	0	0	1180 030	176 068	1356 116	1356 116	1571 460	0.8	21.7			
Out	122 967	94 903	1 368	0	0	0	1174 785	190 835	1365 600	1365 600	1584 838	0.9	21.2			
Nov	130 847	96 610	1 363	0	0	0	1202 175	173 008	1375 183	1375 183	1604 003	1.2	21.6			
Dez	148 617	100 777	1 446	0	0	0	1201 965	165 813	1367 778	1367 778	1616 618	0.8	20.9			
2008																
Jan	130 588	101 172	1 454	0	0	0	1187 444	228 346	1415 790	1415 790	1649 004	2.0	21.2			
Fev	126 329	102 199	1 568	0	0	0	1225 556	199 500	1425 056	1425 056	1655 142	0.4	19.3			
Mar	128 877	103 636	1 573	0	0	0	1234 587	204 991	1439 578	1439 578	1673 664	1.1	17.9			
Abr	124 684	106 811	1 650	0	0	0	1205 468	246 017	1451 485	1451 485	1634 430	0.8	16.4			
Mai	133 159	108 554	1 734	0	0	0	1226 119	224 058	1450 177	1450 177	1693 624	0.5	13.9			
Jun	132 793	111 066	1 758	0	0	0	1234 923	233 129	1468 052	1468 052	1713 669	1.2	12.9			
Jul	129 092	113 892	1 723	0	0	0	1196 274	299 785	1496 059	1496 059	1740 768	1.6	12.6			
Ago	132 071	116 894	1 748	0	0	0	1217 242	278 500	1495 742	1495 742	1746 455	0.3	12.1			
Set	136 938	116 124	1 847	0	0	0	1222 857	282 368	1505 225	1505 225	1760 133	0.8	12.0			
Out	132 774	93 819	3 104	0	0	0	1220 025	304 821	1524 847	1524 847	1754 544	-0.3	10.7			

^{1/} Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

^{2/} Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Exigibilidade adicional sobre depósitos à vista e de poupança: SELIC.

^{3/} A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.

^{4/} Inclui posições de financiamento líquido no dia, do DEMAB (-) oversold (+) undersold e posições da Res. 2308, de 28.8.98.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento restritos (M1), considerada a média dos saldos diários, atingiram R\$196 bilhões em outubro, com acréscimos de 1,3% no mês e de 9,3% em doze meses. Os saldos médios do

papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista elevaram-se 0,9% e 1,6%, no mês. Em doze meses, tais componentes expandiram-se 17,6% e 4,2%, respectivamente.

Meios de pagamento (M1) e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual		R\$ milhões
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses	
2006										
Jan	54 537	-4,4	11,2	83 364	-2,4	10,7	137 900	-3,2	10,9	
Fev	52 046	-4,6	11,2	79 688	-4,4	7,9	131 734	-4,5	9,2	
Mar	50 624	-2,7	11,1	81 369	2,1	9,7	131 933	0,3	10,2	
Abr	50 739	0,2	13,0	80 315	-1,3	10,4	131 054	-0,7	11,4	
Mai	51 210	0,9	14,1	80 789	0,6	13,1	131 939	0,7	13,5	
Jun	52 410	2,3	15,0	81 386	0,7	12,1	133 797	1,4	13,2	
Jul	53 888	2,8	15,7	83 244	2,3	12,8	137 132	2,5	13,8	
Ago	54 603	1,3	17,4	83 325	0,1	13,1	137 928	0,6	14,8	
Set	57 506	5,3	22,8	85 992	3,2	17,8	143 498	4,0	19,6	
Out	58 015	0,9	22,5	88 215	2,6	17,9	146 230	1,9	19,7	
Nov	58 680	1,1	22,3	91 448	3,7	19,5	150 128	2,7	20,6	
Dez	67 072	14,3	17,8	100 118	9,5	17,2	167 180	11,4	17,4	
2007										
Jan	65 157	-2,9	19,5	98 980	-1,2	18,7	164 117	-1,8	19,0	
Fev	62 801	-3,6	20,7	94 814	-4,2	19,0	157 515	-4,0	19,6	
Mar	61 526	-2,0	21,5	95 600	0,8	17,5	157 126	-0,3	19,0	
Abr	61 402	-0,3	21,0	97 434	1,9	21,3	158 836	1,1	21,2	
Mai	61 885	0,8	20,8	96 679	-0,8	19,7	158 564	-0,2	20,1	
Jun	62 958	1,7	20,1	99 652	3,1	22,4	162 610	2,8	21,5	
Jul	64 453	2,4	19,6	103 226	3,8	24,0	167 678	3,1	22,3	
Ago	65 257	1,2	19,5	105 440	2,1	26,5	170 688	1,8	23,8	
Set	68 174	4,6	18,6	107 615	2,1	25,1	175 789	3,0	22,5	
Out	68 510	0,5	18,1	110 768	2,9	25,6	179 278	2,0	22,6	
Nov	69 380	1,3	18,2	114 345	3,2	25,0	183 725	2,8	22,4	
Dez	79 265	14,2	18,2	131 245	14,8	31,1	210 510	14,6	25,9	
2008										
Jan	76 684	-3,3	17,7	122 805	-6,4	24,1	199 489	-5,2	21,6	
Fev	73 353	-4,3	16,8	113 958	-7,2	20,2	187 311	-6,1	18,8	
Mar	72 828	-0,7	18,4	112 675	-1,1	17,9	185 503	-1,0	18,1	
Abr	73 066	0,3	19,0	113 819	1,0	18,8	188 885	0,7	17,7	
Mai	73 342	0,4	18,5	114 270	0,4	18,2	187 812	0,4	18,3	
Jun	74 573	1,7	18,4	111 724	-2,2	12,1	186 207	-0,7	14,6	
Jul	76 074	2,0	18,0	113 880	1,9	10,3	189 955	2,0	13,3	
Ago	76 916	1,1	17,9	111 041	-2,5	5,3	187 958	-1,1	10,1	
Set*	79 895	3,9	17,2	113 533	2,2	5,5	193 426	2,9	10,0	
Out*	80 578	0,9	17,8	115 401	1,8	4,2	196 979	1,3	9,3	

* Dados preliminares.

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se relativamente estável, em 1,40.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/}
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	
2006 Jan	0,40	0,60	0,14	0,37	1,43
Fev	0,40	0,60	0,15	0,36	1,42
Mar	0,38	0,62	0,14	0,35	1,46
Abr	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44
Mai	0,39	0,61	0,14	0,35	1,45
Jun	0,39	0,61	0,14	0,37	1,43
Jul	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44
Ago	0,40	0,60	0,15	0,35	1,44
Set	0,40	0,60	0,16	0,34	1,43
Out	0,40	0,60	0,18	0,34	1,43
Nov	0,39	0,61	0,16	0,35	1,43
Dez	0,40	0,60	0,16	0,35	1,41
2007 Jan	0,40	0,60	0,16	0,36	1,41
Fev	0,40	0,60	0,17	0,35	1,41
Mar	0,39	0,61	0,15	0,35	1,44
Abr	0,39	0,61	0,15	0,36	1,43
Mai	0,39	0,61	0,15	0,36	1,42
Jun	0,39	0,61	0,15	0,36	1,44
Jul	0,38	0,62	0,14	0,36	1,44
Ago	0,38	0,62	0,14	0,36	1,45
Set	0,39	0,61	0,15	0,36	1,43
Out	0,38	0,62	0,15	0,36	1,44
Nov	0,38	0,62	0,15	0,36	1,44
Dez	0,38	0,62	0,15	0,34	1,47
2008 Jan	0,38	0,62	0,15	0,38	1,41
Fev	0,39	0,61	0,16	0,36	1,41
Mar	0,39	0,61	0,16	0,36	1,42
Abr	0,39	0,61	0,15	0,36	1,42
Mai	0,39	0,61	0,16	0,36	1,41
Jun	0,40	0,60	0,16	0,35	1,42
Jul	0,40	0,60	0,16	0,36	1,41
Ago	0,41	0,59	0,17	0,35	1,40
Set	0,41	0,59	0,18	0,35	1,41
Out	0,41	0,59	0,17	0,35	1,40

1/ Onde :

C - Preferência do público por papel-moeda

PMPP - Papel-moeda em poder do público

M1 - Meios de pagamento

D - Preferência do público por depósitos à vista

DV - Depósitos à vista

R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente

CX - Encaixe de moeda corrente

R2 - Taxa de reservas bancárias

RB - Reservas bancárias

K - Multiplicador da base monetária

B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

No conceito M2, os meios de pagamento ampliados cresceram 3,7% em relação a setembro, alcançando R\$1 bilhão. O estoque de títulos privados expandiu-se 7%, resultado das captações de R\$20,3 bilhões em depósitos a prazo, enquanto que os depósitos de poupança aumentaram 0,8%.

O saldo do M3, conceito que abrange o M2 mais as quotas de fundos de investimento e os títulos públicos federais que dão lastro à posição líquida de financiamento em operações compromissadas, elevou-se 0,8% no mês, com saldo de R\$1,8 trilhão, a despeito da redução de 3% no saldo de quotas de fundos de investimento. O M4, que compreende o M3 mais os títulos públicos de detentores não financeiros, totalizou R\$2,2 trilhões em outubro, com expansão de 0,3% no mês.

Meios de pagamento ampliados

Saldos em final de período

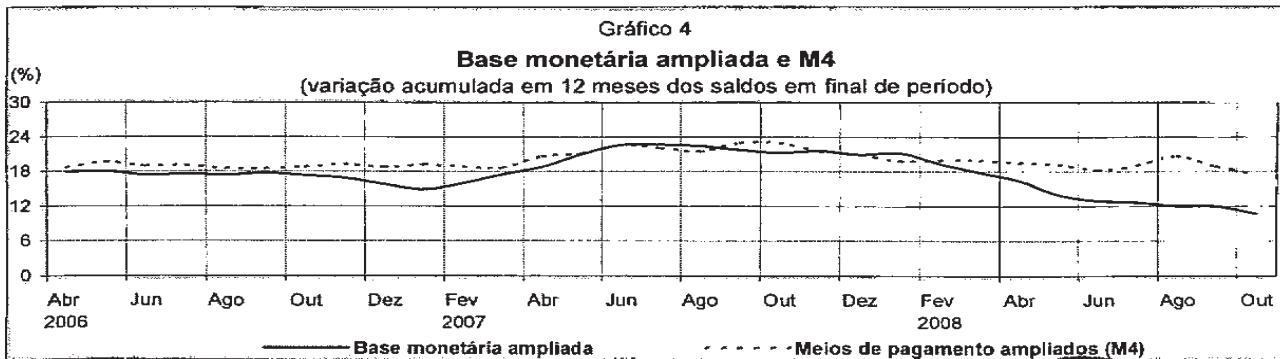
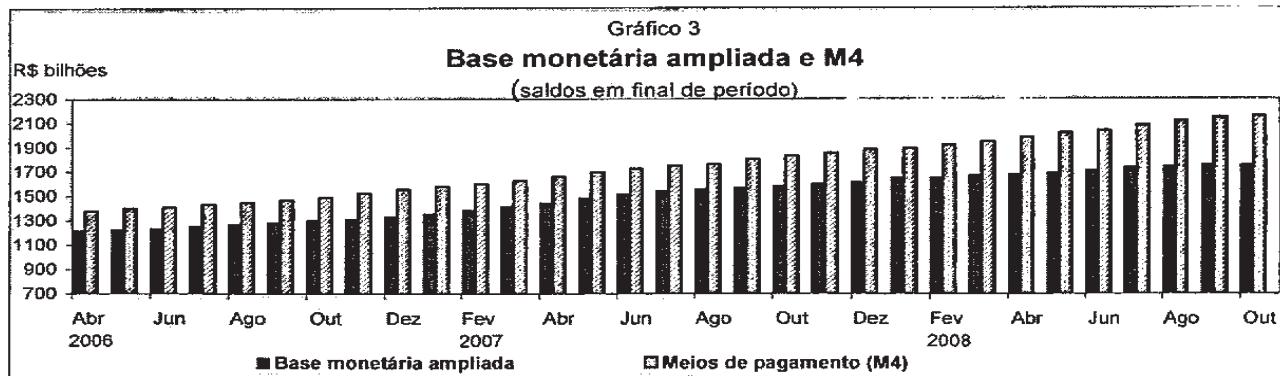
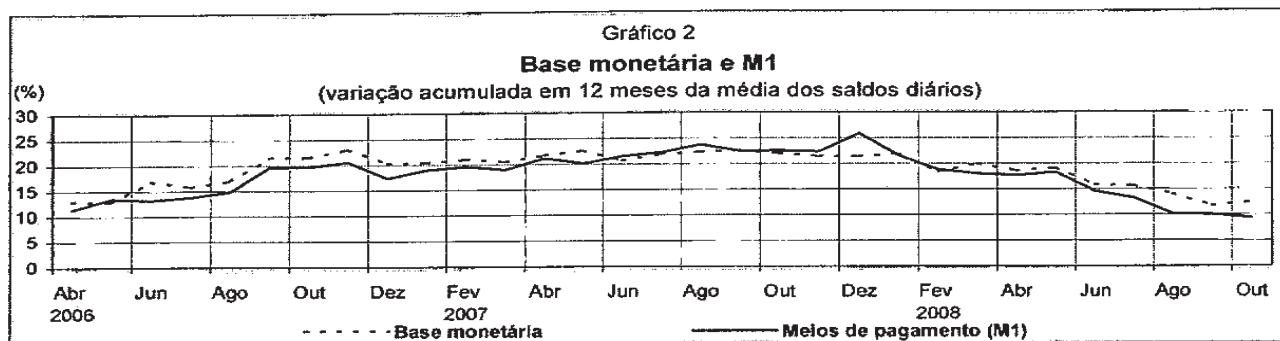
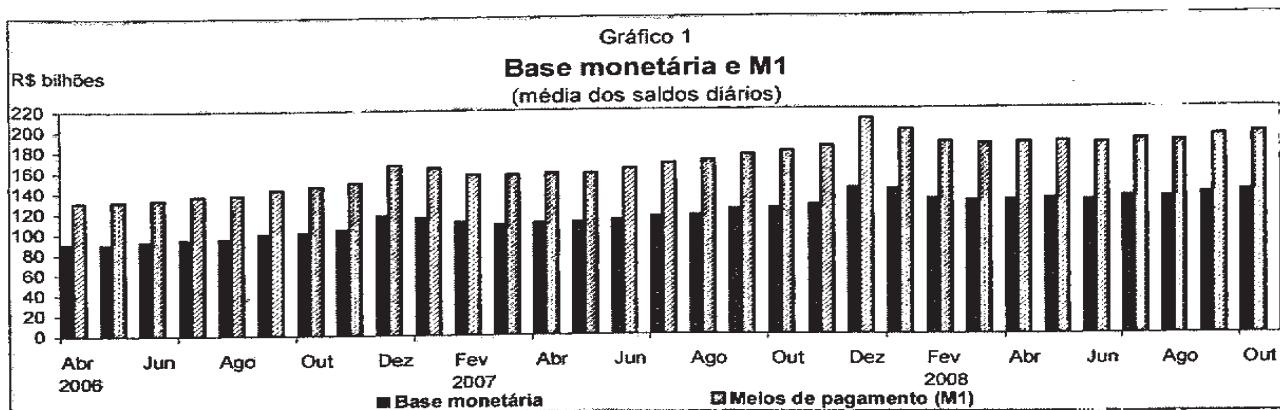
Período	M1	Depósitos		Títulos privados ¹	M2	Quotas de fundos de renda fixa ²	Operações compromissadas com títulos federais ³	M3	Títulos Federais ⁴ (Selic)	Títulos estaduais e municipais	M4	R\$ milhões	
		para investimento	de poupança									No mês	Em 12 meses
2006													
Jan	129 951	1 109	168 740	267 451	567 253	588 534	25 676	1 179 463	148 722	997	1 327 182	1,1	19,0
Fev	131 138	1 181	169 964	272 574	574 855	600 493	26 828	1 202 176	146 551	1 009	1 349 735	1,7	19,2
Mar	128 748	1 135	167 242	281 689	578 795	811 674	27 357	1 217 326	152 956	21	1 370 802	1,6	18,9
Abr	127 513	1 232	166 661	284 251	579 657	817 986	27 904	1 225 525	153 791	21	1 379 338	0,8	18,7
Mai	130 857	1 276	166 049	295 798	593 981	620 958	30 941	1 245 830	155 187	21	1 401 088	1,6	19,7
Jun	132 055	1 138	167 520	299 629	600 442	622 123	29 976	1 252 541	156 717	21	1 409 279	0,8	19,0
Jul	133 558	1 212	170 110	299 933	604 813	635 993	30 604	1 271 609	163 119	21	1 434 749	1,8	19,1
Ago	138 342	1 154	171 003	298 533	607 033	648 529	28 169	1 283 731	186 567	21	1 450 319	1,1	18,8
Sep	143 061	1 339	174 233	293 241	611 875	563 273	26 714	1 301 861	169 455	22	1 471 337	1,4	18,8
Out	145 009	3 698	178 209	297 493	622 409	666 931	30 625	1 320 165	173 576	22	1 493 763	1,5	18,8
Nov	151 875	3 320	180 119	302 411	637 724	877 167	53 233	1 343 123	179 252	22	1 527 397	2,3	19,3
Dez	174 345	3 731	187 964	295 589	681 500	684 082	32 123	1 377 704	180 681	22	1 558 607	2,0	18,8
2007													
Jan	155 630	3 082	189 735	297 305	645 752	710 837	34 839	1 391 523	190 476	22	1 582 024	1,5	19,2
Fev	153 682	2 749	192 045	298 490	646 966	722 353	37 179	1 406 498	197 717	23	1 604 938	1,4	18,9
Mar	155 577	2 793	194 876	297 484	650 734	728 128	34 955	1 413 816	213 306	23	1 627 145	1,4	18,7
Abr	156 498	3 155	197 640	299 887	657 130	745 789	37 109	1 441 026	223 504	23	1 664 555	2,3	20,7
Mai	157 893	2 763	200 246	302 977	683 900	753 843	41 287	1 459 030	238 625	23	1 697 677	2,0	21,8
Jun	164 171	3 052	203 955	308 042	677 220	759 169	42 363	1 478 753	249 063	23	1 727 839	1,8	22,6
Jul	166 831	3 113	208 214	304 406	682 624	774 827	41 879	1 499 130	253 145	23	1 752 298	1,4	22,1
Ago	170 027	3 236	212 971	311 853	688 087	771 293	40 017	1 509 397	252 633	23	1 762 113	0,8	21,8
Sep	174 810	3 358	218 432	315 106	711 706	783 331	40 149	1 545 185	253 755	23	1 808 963	2,1	22,9
Out	178 096	3 541	221 169	318 547	722 353	806 621	40 750	1 589 723	268 846	23	1 836 592	1,3	23,0
Nov	187 793	3 831	225 355	318 210	735 169	807 044	43 345	1 585 577	271 311	24	1 856 912	1,1	21,6
Dez	231 430	4 254	234 672	310 924	781 280	793 809	42 529	1 617 618	257 206	24	1 884 847	1,9	20,9
2008													
Jan	190 279	3 728	237 490	324 507	756 004	817 956	43 382	1 617 343	278 443	24	1 895 809	0,8	19,8
Fev	184 057	3 276	240 433	330 636	758 408	826 590	48 773	1 633 771	290 530	24	1 924 325	1,9	20,0
Mar	183 846	3 412	242 582	348 607	778 446	819 877	51 338	1 649 722	301 526	24	1 951 272	1,4	19,9
Abr	186 799	3 760	242 699	379 068	812 327	814 156	60 723	1 687 205	302 122	24	1 989 352	2,0	19,9
Mai	183 251	3 534	245 171	408 714	840 670	806 268	67 786	1 714 724	309 382	27	2 024 144	1,7	19,2
Jun	186 220	3 346	248 087	426 798	854 451	794 372	68 801	1 727 624	315 418	27	2 043 080	0,9	18,2
Jul	185 867	2 907	251 931	465 013	905 717	793 871	56 998	1 766 588	320 208	38	2 086 832	2,1	19,1
Ago	186 653	2 781	255 226	505 153	949 814	785 087	66 407	1 801 308	324 136	38	2 125 482	1,9	20,3
Sep*	194 689	3 014	258 393	532 397	988 498	777 652	57 063	1 823 213	327 144	0	2 150 357	1,2	18,9
Out*	191 288	3 325	260 423	569 840	1 024 876	754 533	59 141	1 838 550	319 316	0	2 167 856	0,3	17,5

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias

2/ - Excluir lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991

* Dados preliminares

V - Anexos

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

À Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 69, de 2008**, de 28 de novembro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 3º trimestre de 2008.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência lembra às Sr's e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do

Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 9 de dezembro do corrente, terça-feira, às dez horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

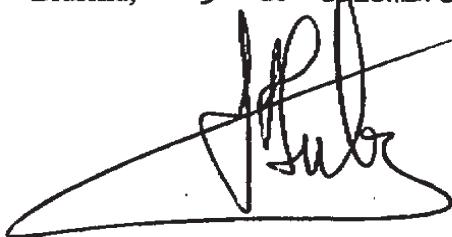
MENSAGEM Nº 260, DE 2008 (nº 977/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Os méritos do Senhor Paulo Antonio Pereira Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de dezembro de 2008.



EM Nº 00452 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G - APES

Brasilia, 01 de dezembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimaraes Neto

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO**

CPF.: 04218183104

ID.: 3977/MRE

1948 Filho de José Paulo Pereira Pinto e Maria José Ney Pereira Pinto, nasce em 28 de janeiro, em Recife/PE

1970 Oficial de Chancelaria, Ministério das Relações Exteriores

1973 Ciências Econômicas pela Universidade do Distrito Federal

1975 IRBr, concurso direto

1976 Terceiro Secretário em 06 de fevereiro

1976 Divisão de Organização dos Estados Americanos, assistente

1976 Embaixada em Libreville, Terceiro Secretário e Encarregado de Negócios

1977 Embaixada em Maputo, Terceiro e Segundo Secretário e Encarregado de Negócios

1979 Segundo Secretário em 21 de junho

1979 Embaixada em Pretória, Encarregado de Negócios

1982 Embaixada em Pequim, Segundo, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios

1984 Primeiro Secretário, por merecimento, em 29 de junho

1985 Divisão de Ásia e Oceania, assessor

1986 Embaixada em Kuala Lumpur, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios

1986 I Sessão Especial do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), Chefe de delegação

1986 XIII Sessão do Conselho da Organização Internacional da Borracha, Chefe de delegação

1987 XV Sessão do Conselho da Organização Internacional da Borracha, Chefe de delegação

1989 Embaixada em Cingapura, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios

1991 Embaixada em Manila, Primeiro Secretário, Conselheiro e Encarregado de Negócios

1993 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro

1994 Consulado em Xangai, Encarregado do Consulado em missão transitória

1995 Embaixada em Jacarta, Encarregado de Negócios em missão transitória

1995 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Coordenador-Geral de Planejamento e Articulação Institucional

1996 Mérito Santos Dumont, Brasil

1997 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro

1997 CAE - IRBr, A Influência Político-Cultural Chinesa no atual Processo de Cooperação entre a RPC e o Sudeste Asiático - Subsídios para a interlocução brasileira

1998 Escritório Comercial em Taipé, Diretor

2000 A China e o Sudeste Asiático, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul

2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de dezembro

2003 Condecoração 2003 Golden Merchant Award, Câmara de Comércio de Taiwan

2004 Taiwan - um futuro formoso para a ilha? Aspectos de segurança e política, in Revista Brasileira de Política Internacional

2004 Iruan nas Reinações Asiáticas, Editora AGE, Porto Alegre

2005 O ressurgimento da influência cultural chinesa e as oportunidades oferecidas ao Brasil, na Revista Historia Actual on-Line, Espanha

2005 China - a ascensão pacífica da Ásia Oriental, na Revista Brasileira de Política Internacional.

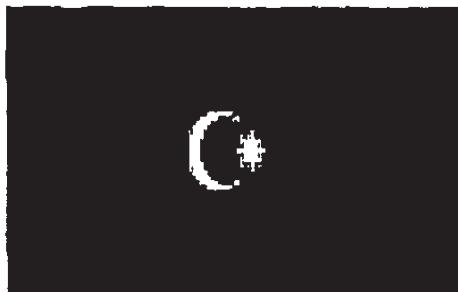
2005 Taiwan - um futuro formoso para a ilha?, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul

2006 Consulado-Geral em Mumbai, Cônsul-Geral



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

AZERBAIJÃO



AZERBAIJÃO – DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Baku
ÁREA:	86.600 km ² .
POPULAÇÃO:	8.177.717 (est. Julho/2008)
IDIOMAS:	azeri
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Muçulmanos (93%), russo-ortodoxos (2,5%), arménio-ortodoxos (2,3%) outros (1,8%)
SISTEMA POLÍTICO:	República
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ilham Aliyev
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Artur Rasizade
CHANCELER:	Elmar Maharram oglu Mammadyarov
PIB (2007):	Nominal: US\$ 31,32 bilhões; PPP: US\$ 64,66 bilhões.
PIB PER CAPITA (2007):	PPP: US\$ 8.000.
UNIDADE MONETÁRIA:	Manat (AZM)

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ milhões):

BRASIL⇒ AZERBAIJÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	58,3	60,4	73,2	96,6	118,5	137,8	160,6
Importações	55,6	47,2	48,3	62,8	73,6	91,3	120,6
Saldo	2,7	13,2	24,9	33,8	44,9	46,5	40
Total	113,9	107,6	121,5	159,4	192,1	229,1	281,2



O diálogo bilateral Brasil-Azerbaijão ganhou dinamismo com a visita oficial ao Brasil, em abril de 2006, do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Embaixador Elmar Mammadyarov. Tratou-se da primeira visita de um Chanceler azeri a nosso País. Na ocasião, o Presidente da República anunciou sua intenção de abrir Embaixada residente em Baku. O Ministro Mammadyarov manteve encontros com altos representantes do Ministério das Minas e Energia e da Petrobrás para explorar modalidades de cooperação na área energética entre os dois países. Em agosto de 2008, o Governo do Azerbaijão deu a anuência formal para a abertura da Embaixada residente do Brasil em Baku.

No plano das relações internacionais, o Brasil e o Azerbaijão apresentam confluências de propósitos e visões nas principais questões da agenda multilateral. No plano multilateral, delegações brasileiras e azeris vêm mantendo bom entendimento, refletido, não raro, na troca de apoio mútuo em candidaturas.

O Azerbaijão é hoje um dos maiores receptores mundiais de investimentos estrangeiros diretos, em virtude da imensa riqueza e potencial de sua indústria petrolífera, com acesso privilegiado às jazidas do Mar Cáspio e papel central no transporte de petróleo e gás natural pelo Cáucaso. O comércio bilateral com o Brasil ainda é pouco expressivo, mas o país tem grande interesse em estreitar laços com o Brasil a fim de promover a diversificação de seu comércio exterior.

Independente desde 1991, com o fim da União Soviética, o Azerbaijão tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, do Banco Islâmico para o Desenvolvimento e do Banco Asiático para o Desenvolvimento, dispondo, portanto, da possibilidade de contratar linhas de crédito desses organismos para projetos diversos, inclusive em base tripartite, envolvendo parceiros nacionais de outros Estados.

Dois terços do país são ricos em petróleo e gás. A região ao norte, no Cáucaso, é também rica em ouro, prata, ferro, cobre, titânio, crômio, manganês, cobalto e outros minerais. Em setembro de 1994, um contrato de 30 anos foi firmado entre a State Oil Company of Azerbaijan Republic (SOCAR) e consórcio de 13 empresas petrolíferas estrangeiras, entre as quais, Amoco, BP, Exxon, LUKoil, and Statoil, para exploração de petróleo nos campos de grande profundidade ainda não explorados. Esse acordo permitiu a entrada de volumosos investimentos estrangeiros no país que ocupa importante papel entre os produtores mundiais de petróleo e gás.

O governo azeri criou, em 2006, um Fundo Estadual do Petróleo (State Oil Fund) para garantir que os recursos angariados com a exploração do petróleo sejam canalizados para promoção da estabilidade macroeconômica necessária ao desenvolvimento sustentável do país.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE AGRICULTURA

Com uma população estimada em 8,676,000 em 2007, o Azerbaijão mantinha, durante o período soviético, uma agricultura de baixos rendimentos, embora o país tenha condição de promover, graças a terras férteis ao sul do país, que conta com clima sub-tropical, agroindústrias para suprimento regional em verduras e frutas. Poderia ser avaliada possibilidade de cooperação entre a Embrapa e institutos de pesquisa agrícola congêneres azeris para troca de técnicas e experiências em cultivos determinados.

Por outro lado, é também do interesse do governo azeri desenvolver indústrias de pesca no Mar Cáspio configurando-se essa área também como potencial para cooperação bilateral.

COOPERAÇÃO NA ÁREA BANCÁRIA

O sistema bancário azeri tem como base o Banco Nacional do Azerbaijão (criado em 1992, que funciona como banco central do país, inclusive emitindo a moeda), bancos comerciais e organismos de crédito não-bancários. O Banco Internacional do Azerbaijão e o United Universal Joint-Stock Bank, de natureza estatal, são os principais bancos comerciais do país. Com essas entidades, poderiam ser verificadas possibilidades de cooperação inter-bancária, visando, entre outros, além de trocas de informações e experiências, abertura de linhas de crédito para operações comerciais e de investimento entre os dois países.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

Seria interessante avaliar a possibilidade de estudar com as autoridades azeris modalidade de cooperação em áreas de construção de infraestrutura portuária (em vista da abertura do país para o Mar Cáspio), rodoviária, e em comunicações. O Azerbaijão tornou-se importante "hub" econômico em termos de transporte de matérias primas e seria interessante explorar, não apenas as possibilidades decorrentes da entrada em operação do gasoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), operacional desde maio de 2006, mas também todo tipo de

infraestrutura decorrente das operações e instalações ligadas ao funcionamento do gasoduto.

O Azerbaijão também ocupa papel importante na construção do projeto "da rota da seda" – "Silk Road Project", patrocinado pela União Européia, como via de escoamento de comércio entre o sul da Europa e a Ásia Central.

SITUAÇÃO NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS DO AZERBAIJÃO: NAGORNO-KARABAKH

Com a escalada do conflito armênio-azeri, em 1993, mediante a ocupação por forças da Armênia do território do Nagorno-Karabakh, habitado por população de origem predominantemente armênia, e de sete outros distritos adjacentes, o CSNU adotou quatro Resoluções (Resoluções 822, 853, 874 e 884, todas de 1993) que condenavam a ocupação dos territórios do Azerbaijão e demandavam a retirada completa e incondicional das forças ocupantes. Ademais, o CSNU reiterava seu apoio à integridade territorial do Azerbaijão e reafirmava a soberania azeri sobre aquela região. Até o presente, essas resoluções não foram implementadas.

O item é considerado inativo. Sua manutenção na agenda da 62ª AGNU dependerá de decisão da Assembléia.

Evolução do tema

Após o desmembramento da URSS, forças armênias expulsaram os azeris do Nagorno-Karabakh, estabelecendo controle sobre a região e o "Corredor Lachin" (que liga o enclave à Armênia), além de estender uma "zona de segurança" que abarcava outros distritos. Em 12/5/1994 foi estabelecido um cessar-fogo não oficial, ainda em vigor.

Atualmente, o Nagorno-Karabakh é região independente de facto, intimamente associada à Armênia, e o processo de negociação passa por sérias dificuldades. O Azerbaijão insiste na retirada das tropas armênias de todas as áreas do Nagorno-Karabakh e no retorno da população azeri. A Armênia não reconhece a região como parte integrante do Azerbaijão – apesar de também não reconhecê-la como país independente – e insiste em que o autoproclamado governo do Nagorno-Karabakh tome parte nas negociações. Também se recusa a aceitar as exigências azeris antes da conclusão das negociações acerca do status da região. Desde 2001, as negociações têm sido realizadas no âmbito do chamado "Grupo de Minsk" da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), com a participação de representantes da Rússia, França e EUA. Apesar de pequenos avanços registrados, não há perspectivas imediatas de solução da questão.

Elementos da posição brasileira

O Brasil considera fundamental que as negociações entre o Azerbaijão e a Armênia prossigam e que seja alcançado um acordo global e sustentável com relação ao conflito entre as partes. A consolidação da estabilidade política e econômica na região dependerá da valorização dos interesses comuns e dos pontos de convergência. A intensificação do diálogo e o adensamento das

relações entre os dois países são fundamentais para que sejam criadas as condições necessárias para a paz e a prosperidade na região. Por outro lado, somente acordo que garanta a integridade territorial do Azerbaijão e assegure as aspirações de autodeterminação da população do enclave e o grau máximo de autonomia de Nagorno-Karabakh dentro do Azerbaijão poderá conduzir a região à estabilidade imperativa ao desenvolvimento sustentável e à inserção plena na economia internacional.

O Brasil favorece solução negociada e pacífica entre o Azerbaijão e a Armênia, com a implementação das resoluções do CSNU sobre o assunto e a condução das negociações sob os auspícios da Organização para a Segurança e a Cooperação Européia.

Aviso nº 1.165 - C. Civil.

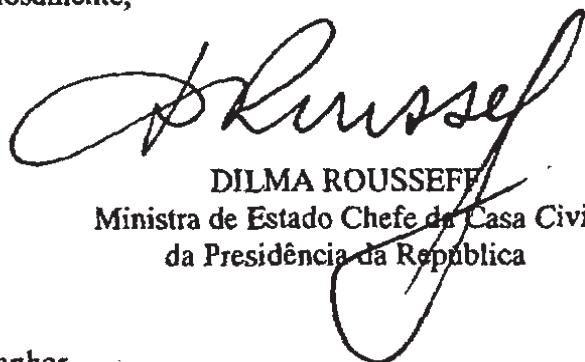
Em 3 de dezembro de 2008.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Então, é com satisfação, que encerramos esta sessão de segunda-feira, 8 de dezembro, ela iniciou-se às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 30, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras provisões (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008).

Relator revisor: Valter Pereira

(Sobrestando a pauta a partir de: 6.12.2008)

Prazo final: 20.12.2008

2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 270, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3
MEDIDA PROVISÓRIA N° 444, DE 2008

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 444, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.12.2008)

Prazo final: 07.02.2009

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador

Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Fe-

deral, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Shessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n°s 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

18

SUBSTITUTIVO**AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara n° 6, de 2003 (n° 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei n° 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 28, de 2003 (n° 5.657/2001, na Casa de origem, do Deputado José Roberto Batochio), que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2004 (n° 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei n° 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 103, de 2005 (n° 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos

candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 118, de 2005 (n° 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CE (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 1, de 2006 (n° 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 2, de 2006 (n° 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 142, DE 2005
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumerá e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os*

§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do

Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

41

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dis-

põe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

43

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

44

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

45

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da

Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

46

REQUERIMENTO N° 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelzperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

47

REQUERIMENTO N° 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador

Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

48

REQUERIMENTO N° 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

08/12/2008**Segunda**

16:00 Lançamento da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública
 Salão Nobre do Palácio do Planalto
 Convite: Ministro Tarso Genro
 Presidente da República estará presente

20:00 Cerimônia de entrega dos diplomas "Brasileiro do Ano" pela
 revista Isto É, "Empreendedor do Ano", pela revista Isto É Dinheiro e "Personalidade do Ano"
 pela revista Isto É Gente. Av. Chedid Jafet, 131 - Vila Olímpia - São Paulo

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2708 , de 2008 .

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.301/97-1.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 975, de 1997, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora **IRANY DE SOUZA MUNIZ**, Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato, Nível M 30, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a mesma foi considerada portadora de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, a partir de 01 de setembro de 2008, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de dezembro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 2711 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 017500/08-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a MARIA RAIMUNDA SILVA CARVALHO CIRQUEIRA, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor JOAQUIM AIRES CIRQUEIRA, matrícula 28645-ERGON, a partir da data do óbito, 16/11/2008.

Senado Federal, 08 de dezembro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2712 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 17104/08-4,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor RONALDO FERREIRA DA SILVA, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível M-30, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista na Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 08 de dezembro de 2008.

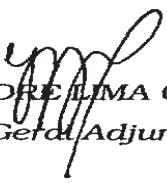

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2713 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 017571/08-1,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a MARIA TEREZINHA TIMOTEO TEIXEIRA, na condição de ex-esposa pensionada, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor TENISSON CHAVES DOS SANTOS, matrícula 5189, a partir da data do óbito, 21/11/2008.

Senado Federal, 08 de dezembro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SANTA CATARINA

Finalidade: Averiguar, in loco, a situação do estado de Santa Catarina visando encaminhar medidas a serem tomadas para minorar os efeitos da situação de calamidade pública decorrente das chuvas das últimas semanas.

(Requerimento nº 1.483, de 2008, aprovado em 25.11.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 25/11/2008

TITULARES**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Raimundo Colombo (DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senadora Ideli Salvatti (PT)

Maioria (PMDB)

Senador Neuto De Conto (PMDB)

PDT, PTB, PSOL, PSC

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
 9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
 10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
 12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
 13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
 14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).
 15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maoria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
- Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) (8)	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSJMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

- Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
 12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
 13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1^a/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

- Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude do Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
- Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).
- Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: socomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ^(8,10)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPDt).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antônio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/09/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PRJoão Ribeiro (TO) ⁽⁴⁾**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSBRenato Casagrande (ES) ⁽³⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 27/11/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

3. Indicado para ocupar a vaga do PSB, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of.GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

4. Indicado para ocupar vaga destinada ao PR, conforme Of.nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, e lido na Sessão dessa mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).



EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS